



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS DE AGRICULTURA FAMILIAR/UFPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA: A TRAJETÓRIA DE
UM DISCURSO A MUITAS VOZES

ANA PAULA SANTOS SOUZA

BELÉM - PARÁ
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS DE AGRICULTURA FAMILIAR/UFPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA: A
TRAJETÓRIA DE UM DISCURSO A MUITAS VOZES

ANA PAULA SANTOS SOUZA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Iran Veiga

BELÉM - PARÁ
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS DE AGRICULTURA FAMILIAR/UFPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA: A
TRAJETÓRIA DE UM DISCURSO A MUITAS VOZES

ANA PAULA SANTOS SOUZA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora:

Data: ____/____/2006.

Conceito: _____

BELÉM - PARÁ
2006

A Ademir Federicci (Dema), Bartolomeu Silva (Brasília), Pe. Oscar Führ,
Dorothy Stang e Maria Barbosa. Amigos, companheiros da vida toda.
Honra e glória sempre!

A meus pais Durval e Zulma, agricultores a vida inteira.
Com suor e esperança criaram seus filhos e construíram sonhos.

A meu filho Igor Sassano que com o poder de seu abraço
desfaz todo e qualquer cansaço.

A Choiti e Maria, exemplos de dedicação e amor ao próximo.

AGRADECIMENTOS

A todos os companheiros e companheiras da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), FETAGRI regional, GTA regional, Prelazia do Xingu, Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM) em especial aos que acompanharam o cotidiano desse desafio: Luzia, Raimundinha, Melo, João Batista, Zezinho, Anderson, Marta, Miquéias, Guilherme, Silvano, Sol, George, Eva, Elizete, Márcia, Edmilson, Charles, Vanessa, Donária, Adelson, Emanuel, Marcos, Ricardo, Lucimar, Rosana, Inês, Tânia, Paulo Medeiros, Gonzaga, Tarcísio e Steve.

Ao Bispo Dom Erwin Krautler, mais de três décadas de vida dedicadas ao povo do Xingu e da Transamazônica.

Ao meu orientador Dr. Iran Veiga pelo estímulo, paciência e competência.

Ao Dr. Roberto Araújo que ajudou a fundamentar as bases desse trabalho.

A Antonia Martins, Galdino Xavier, Fabiano Toni, Noemi Porro e Francisco Feitosa que contribuíram diretamente na elaboração desse estudo.

A todas as pessoas que deram depoimentos, responderam as entrevistas e cederam documentos de seus arquivos para esse estudo.

Aos meus colegas do MAFDS Valter, Loraine, Fabiano, Rosa, Zezinho, Barto, Lauande, Beth, Dulce, Mara e Margô (in memorian). Parceiros no desafio de sonhar.

A todos os professores e professoras, atores importantes nessa construção.

“Todo testemunho é a crônica de um ferido que está vivo;
a mostra de uma vontade que fala.”
(Vich e Zavala)

RESUMO

A Transamazônica é uma região de fronteira agrícola planejada pelos governos militares, com a finalidade de ligar a Amazônia ao restante do país. Com o abandono do projeto de colonização, os migrantes reagiram e com o apoio da Igreja Católica, criaram um movimento social forte. O discurso do desenvolvimento sustentável, difundido pela ECO92 chega a Transamazônica em 1989, a partir do Encontro dos povos indígenas do Xingu, em protesto a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

O enfoque desse trabalho é o discurso. Trata-se de uma análise histórico-social do discurso oral e escrito dos agricultores e da Igreja Católica, sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, identificando limites e possibilidades, bem como as mudanças provocadas por ele no cenário político, social e ambiental da região. Utilizou-se a ferramenta da Análise do Discurso, a partir da categoria da *interdiscursividade*, definida por Fairclough (2001) como a combinação de vários elementos de ordem de discurso em um mesmo discurso. O objetivo dessa categoria é especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva sob análise.

A área do estudo está situada na região Oeste do Pará com um recorte espacial nos municípios localizados ao longo da BR-230, de Rurópolis a Pacajá, na BR 163 de Rurópolis a Itaituba e no médio Xingu incluindo os municípios de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz. Essa região é também a área prioritária de atuação da Prelazia do Xingu e do movimento social coordenado pelos agricultores familiares.

Quatro assuntos foram selecionados para a análise: a demarcação da terra indígena Cachoeira Seca, o FNO Especial, a construção de Belo Monte e o programa Proambiente. Os resultados mostraram que o discurso socioambiental internacional influenciou o movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu. Entretanto, a criação das resex, parques, bem como os debates sobre os impactos ambientais de Belo Monte, a expansão da soja e outras iniciativas revelaram também que a agricultura familiar diversificada, com acesso as políticas públicas, tendo sua produção beneficiada e comercializada, é o modelo de desenvolvimento almejado por esses atores. O Proambiente é um exemplo disso.

Palavras chaves: *desenvolvimento, agricultura familiar, meio ambiente, Amazônia, Transamazônica, Xingu, discurso.*

ABSTRACT

The Transamazônica is a region of agricultural frontier planned by the military governments, with a finality to connect The Amazônia to the rest of the country. With the abandon of the colonization project, the migrants reacted and with the help of Catholic Church created an important social movement. The discourse of a sustainable development, diffused by ECO92 to Transamazônica in 1989, with the meeting of Xingu Indian people, in protest against the construction of Belo Monte Hydroelectric power station.

The focus of this study is the discourse. It treats an historic-social analyze of oral and writing discourse of agricultors and the Catholic Church, on the development and the environment, identifying limits and the possibilities, as the provoked changes by its in the politic social and environmental scenery of the region. It used the method of the analyze of discourse since the category of interdiscoursevity, denominated by Fairclough (2001) as the combination of several elements of order of discourse in a same discourse. The objective of this category is to specify the types of discourse that they are present in analyzed discourse sample.

The areas of the study is situated in the west of Pará, more exactly in the localized municipalities a long of BR – 230, of Uruará until Pacaja, in the BR-163, of Placas until Itaituba and in the middle Xingu including the municipalities of Vitória do Xingu, Senador José Porfirio e Porto de Moz. This region is also the priority area of actuation of Prelazia of Xingu and the leaded social movement by agricultors.

Four subjects were selected to the analyze: the demarcation of the Cachoeira Seca Indian Land, Especial FNO, the Belo Monte construction and the Proambiente program. The results chose that the international social environmental influenced the agricultors social movement of Transamazônica and Xingu. Though, the creation of the resex, parks, well as debates about the environmental impacts of Belo Monte, a expansion of the soybean and other initiatives also showed that the diversified familiar agriculture, with access to the public politics, getting their production benefited and commercialized, it's the model of aspired development by these actors. The Proambiente is an example of this.

Key words: *development, familiar agriculture, environment, Amazônia, Transamazônica, Xingu, discourse.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A TRAJETÓRIA DO EXERCÍCIO DE ANALISAR O DISCURSO.....	20
2.1 O DISCURSO E A MUDANÇA SOCIAL	22
3 OBJETIVOS DO ESTUDO	29
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O NOVO DISCURSO.....	35
5.1 ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA DE (RE) CONSTRUIR UM OUTRO FUTURO PARA O PLANETA	37
5.2 O DISCURSO DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	39
6 A EMERGÊNCIA DOS ELEMENTOS DE DEBATE E O MOVIMENTO SOCIAL DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU	42
6.1 FÉ, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: O PERFIL DOS ATORES	43
6.2 DESENVOLVIMENTISMO E ABANDONO NA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA	46
6.3 A REAÇÃO DOS AGRICULTORES E O PAPEL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	47
6.4 AS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS CHEGAM A FRONTEIRA AGRÍCOLA, NOVOS RUMOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS	59
7 A TRAJETÓRIA DO DISCURSO SÓCIO AMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA E O SURGIMENTO DO MPST	70
7.1 OS CONFLITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS E A AÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES	85
7.2 BELO MONTE, CACHOEIRA SECA: OUTROS TEMPOS, NOVOS DISCURSOS, O MESMO CONFLITO	104
7.3 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, O DISCURSO DO DESAFIO.....	110
7.3.1 Proambiente: Um Discurso de Muitas Vozes	116
8 CONCLUSÕES E REFLEXÕES	125
9 REFERÊNCIAS	132

- ANEXO 1: Relatório da Situação do Projeto de Colonização da Transamazônica (1973)
ANEXO 2: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (Jun/1981)
ANEXO 3: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (Jun/1982)
ANEXO 4: Resumo da Ata da Assembléia Pastoral da Prelazia do Xingu (Dez/1982)
ANEXO 5: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (Jun/1983)
ANEXO 6: Relatório do Conselho de Pastoral (Jun/1984)
ANEXO 7: Relatório da Comissão Pastoral da Terra (Out/1985)
ANEXO 8: Relatório da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia – SOPREN (Set/1988)
ANEXO 9: Jornalzinho da Prelazia do Xingu (Mar/1989)
ANEXO 10: Declaração do 1º Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Projeto Hidroelétrico do Xingu (Fev/1989)
ANEXO 11: Declaração da CNBB em defesa da vida na Amazônia (Fev/1990)
ANEXO 12: Estatuto do Conselho de Pastoral da Prelazia do Xingu (Abr/1990)
ANEXO 13: Relatório da Reunião do Conselho de Pastoral (Abr/1990)
ANEXO 14: Relatório do 1º Encontro do Comissão Pastoral da Terra – Regional Xingu (Abr/1990)
ANEXO 15: Carta da Transamazônica (Ago/1990)
ANEXO 16: Carta do Conselho de Pastoral sobre Ecologia (Dez/1990)
ANEXO 17: Texto Base para Discussão sobre Ecologia e Agricultura na Amazônia (Abr/1991)
ANEXO 18: Proposta de Crédito Bancário para a Transamazônica - MPST (Abr/1991)
ANEXO 19: 1º Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica - MPST (Maio/1991)
ANEXO 20: Panfleto sobre a ECO 92 (Maio/1991)
ANEXO 21: Ata da Reunião de Negociação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica com Órgãos Governamentais (Jun/1991)
ANEXO 22: Informativo Transmigrante – Notícias de Brasília (Set/1991)
ANEXO 23: Manifesto do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (Set/1991)
ANEXO 24: Avaliação das Prioridades e Destaque das Pastorais Regionais – Quadriênio 1987-1991 (Out/1991)
ANEXO 25: Relatório do Grupo de Trabalho para Estudo de Problemas na Transamazônica (Out/1991)
ANEXO 26: Carta do Padre Alírio Bervian (Jul/1992)
ANEXO 27: Jornal do MPST (Jul/1992)
ANEXO 28: Relatório da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidroelétrico do Xingu (Abr/1993)
ANEXO 29: Relatório de Atividades da Comissão Pastoral da Terra – Xingu (Maio/1993)
ANEXO 30: Panfleto do Grito da Terra Brasil (Maio de 1995)
ANEXO 31: Chico Mendes: Natal de Sangue na Floresta Amazônica (Dez/1995)
ANEXO 32: Nota à Sociedade Altamirense (Maio/1996)
ANEXO 33: Panfleto para o Grito da Terra (Maio/1996)
ANEXO 34: Grito da Terra Brasil – Acordos sobre a Questão Fundiária e Ambiental (Ago/1999)
ANEXO 35: Cartilha SOS Xingu (Mar/2002)
ANEXO 36: Reunião da Terra do Meio (Dez/2002)

1. INTRODUÇÃO

A Transamazônica sempre teve espaço na imprensa. No princípio, em função do caráter de obra faraônica que para alguns consumiria os recursos públicos e serviria apenas para ligar o nada a lugar nenhum. Para outros, a redenção da Amazônia, que seria definitivamente incorporada ao resto do país e teria seu desenvolvimento garantido. Mais tarde, o abandono do projeto por parte do Governo Federal também virou manchete: o drama de milhares de famílias migrantes isoladas no meio das vicinias intransitáveis, sem acesso a saúde, educação e crédito agrícola também foi notícia em jornais e revistas de circulação estadual e até nacional recheando também a retórica dos políticos, obviamente não com a mesma repercussão do passado. A partir de 1987, a reação da sociedade civil organizada, liderada pelos agricultores e a Igreja Católica, ocupou novamente as páginas dos jornais estaduais, surgia então o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST): uma reação dos agricultores que foi apoiada por vários outros grupos organizados, dentre esses a Prelazia do Xingu, que exigiam do governo a retomada do projeto de colonização.

A Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU), movimento de oposição sindical que havia assumido a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santarém em 1979, também influenciou fortemente na formação do MPST. Algumas lideranças¹ sindicais de Santarém, membros da CSLU direcionaram sua atuação para a Transamazônica com o propósito de ajudar na organização dos agricultores migrantes. A grande maioria dessas lideranças também eram agricultores familiares que vieram para a região na abertura da BR 230 e BR 163. Em 1992, as lideranças que formavam o MPST criaram também a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) para ser a sua representação jurídica. Mas somente a partir de 1995, a FVPP passou a ter visibilidade pública dado ao número de projetos e volume de recursos que passou a administrar bem como as interlocuções formais que passou a estabelecer com o governo, em especial o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em nome do MPST.

¹ A expressão “lideranças” utilizadas ao longo desse estudo está em acordo com o mesmo significado dado a expressão pela Igreja Católica do Xingu. Trata-se daquelas pessoas que se destacaram nas suas comunidades pelo seu carisma, capacidade de liderar ações coletivas em prol da comunidade, estão engajadas nas causas sociais defendidas pela Igreja Católica e pelos movimentos sociais. Pessoas que ocupam cargos de dirigentes de organizações, comunidades, delegados sindicais, políticos, religiosos e assessores do movimento social.

formal desse movimento, a FVPP cresceu significativamente a ponto de tornar-se até os dias atuais, a referência de todo esse conjunto de atores da região. Vale ressaltar que todas as organizações municipais ligadas a FETAGRI regional, também fazem parte da FVPP e todas as decisões regionais são tomadas no mesmo fórum.

Ao longo desse trabalho denominaremos esse conjunto de atores que envolvem MDTX, FVPP, FETAGRI regional, como *movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu*, essa classificação foi adotada com o intuito de abranger toda a diversidade que compõe um dos movimentos sociais mais conhecidos na Amazônia por sua longevidade, crescimento e capacidade de articulação junto ao governo e as organizações locais. Apesar de surgir sob a liderança forte dos agricultores familiares, que migraram de seus estados de origem para o projeto de colonização da Transamazônica, o movimento conta com a participação em menor escala, de professores, artistas, ribeirinhos, comerciantes, pequenos empresários, pesquisadores, pastorais sociais católicas e organização de trabalhadores urbanos. Esse conjunto de organizações foi capaz de exercitar desde 1985, a construção coletiva de um pacto em torno da busca pela melhoria das condições de vida das populações da região; denunciou o abandono da Transamazônica, exigiu do governo investimento em todas as políticas públicas do projeto de colonização, construiu propostas de desenvolvimento, negociou suas reivindicações com todos os escalões do governo e buscou se firmar como ator político elegendo seus representantes como vereadores, prefeitos e parlamentares, além de ocupar cargos de confiança nos órgãos públicos.

O termo agricultura familiar utilizado nesse trabalho está em consonância com a interpretação dada ao termo pelo estudo sobre a agricultura familiar no Brasil, realizado pela FAO/INCRA, em 2006. De acordo com esse estudo, a tipologia adotada foi simples e buscou, em essência, classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explicam, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza. Dessa maneira, o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) *A direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;*
- b) *O trabalho familiar era superior ao trabalho contratado;*

Outra razão para utilização do termo, foi o fato dos agricultores e lideranças participantes das organizações pesquisadas se referirem dessa maneira sobre si. Outro motivo é o fato dessa expressão tão ampla, conseguir abarcar a diversidade que envolve essa categoria política na Transamazônica e Xingu.

O movimento social dos agricultores da Transamazônica, desde o princípio, propôs ações regionais envolvendo vários municípios, como forma de dar maior visibilidade as suas ações e aos problemas existentes na região. Portanto, a região da Transamazônica e Xingu de que fala o estudo, compreende a área de atuação do referido movimento e coincide com grande parte da área de atuação da Prelazia do Xingu, somando um total de 15 municípios (Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Senador José Porfírio e Porto de Moz) no Pará. Nesses municípios existem STR, associações, cooperativas, movimentos populares (mulheres, jovens, artistas, estudantes), organizações indígenas e outros ligados diretamente a FVPP, compondo o público principal e com poder de decisão dentro da FVPP. Além desses, vários outros se juntam as iniciativas da FVPP dependendo da temática em debate, dentre esses os funcionários públicos, empresários, ambientalistas, políticos e até representantes de órgãos públicos. Nessa mesma região onde convivem uma agricultura familiar em busca de consolidação e uma abundância de florestas, muitos ambientalistas foram atraídos com o intuito de garantir a preservação e o uso sustentável dessas riquezas. Entretanto, essas pessoas também encontraram no meio desse cenário, um movimento social forte, liderado pela agricultura familiar, que fala alto e em uníssono sobre o desenvolvimento que almeja para o presente e o futuro de suas gerações.

A preocupação com o desenvolvimento da região sempre fez parte da agenda das lideranças do movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu, para elas a conquista do FNO Especial pelos agricultores familiares, a retomada do anúncio da construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, o assassinato de importantes lideranças ligadas aos agricultores, a criação de unidades de conservação e o recrudescimento dos conflitos pela posse da terra são fatos que deram o tom de um novo cenário regional, marcado pela violência e pelo discurso do desenvolvimento equilibrado com o uso sustentável dos recursos naturais. Esse discurso, que reuniu palavras como *desenvolvimento e meio ambiente*, passou a fazer parte de documentos e da fala de lideranças sindicais dos STR, políticos, populações indígenas e lideranças religiosas, aproximando-se com isso da fala dos ambientalistas, pesquisadores e estudantes que desde a realização da grande Conferência das Nações Unidas de 1992, passaram a difundir esse discurso preconizando que uma nova forma de viver na Amazônia era viável, possível e necessária. A conferência da ONU também denominada de ECO92, aconteceu no Rio de Janeiro, com a tarefa de discutir saídas para os problemas sociais e ambientais que ameaçavam a vida no planeta terra.

Como resultado das negociações da conferência, a partir de 1995, vários projetos passaram a ser implantados na região da Transamazônica, a maioria sob a liderança das organizações dos agricultores. Esses projetos traziam como parte importante a preocupação com as questões ambientais e o desenvolvimento. Dentre esses podemos citar os Projetos Demonstrativos (PDA) apoiados pelo fundo do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras (PP - G7) formado a partir de recurso a fundo perdido, doados pelos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, França e Canadá. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi o responsável pela gestão desses recursos. As organizações não-governamentais da Amazônia, presentes na ECO92 criaram o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)², uma rede de organizações da Amazônia, que segundo Santilli (2005), tinha inicialmente o objetivo de pressionar os países mais ricos a cumprir efetivamente a promessa de destinar recursos para combater o desmatamento nas florestas tropicais brasileiras.

O GTA que congrega tanto organizações indígenas, agricultores familiares e seringueiros quanto ambientalistas, buscou também assegurar a participação dessas organizações na gestão dos recursos do PP – G7. De acordo com Santilli (2005, p. 47) esse foi o maior programa socioambiental brasileiro e chegou a financiar mais de duzentos projetos piloto da sociedade civil, destinando recursos para a implantação de reservas extrativistas e a demarcação de terras indígenas.

Na Transamazônica o PPG/7 apoiou iniciativas de implantação de projetos piloto de Sistemas Agroflorestais, formação sobre manejo florestal, identificação e usos do potencial dos produtos florestais não madeireiros dos lotes dos agricultores. Mais tarde, outros projetos foram construídos nessa direção pelas organizações dos agricultores, dentre esses o projeto das Casas Familiares Rurais (CFR), com o objetivo de formar filhos de agricultores através da Pedagogia da Alternância, numa perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, o programa Proambiente que busca uma harmonia entre as formas de produção e o uso dos recursos naturais disponíveis nos lotes dos agricultores; reduzindo o desmatamento, o uso do fogo, dos agrotóxicos, buscando a preservação dos mananciais e da biodiversidade e melhorando a qualidade de vida das famílias. Dezenas de outros projetos menores também

² José Geraldo Torres, primeiro coordenador geral do MPST, atualmente deputado federal pelo PT do Pará, foi o primeiro secretário executivo do GTA nacional, um dos responsáveis pelo debate que incluiu a importância dos agricultores familiares nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento, passando esses a serem considerados também como povos da floresta amazônica e não apenas os índios, seringueiros, ribeirinhos, e quilombolas conforme preconizava o discurso ambientalista da época.

estão em curso nos municípios, tais como viveiros para produção de mudas de essências florestais nas comunidades, cursos e treinamentos sobre manejo florestal, produção sem o uso do fogo entre outros. A grande maioria dessas iniciativas continua sendo apoiada política e financeiramente pelo MMA. Foi sempre através desse Ministério que as organizações da Transamazônica além de recursos financeiros, conseguiram também estabelecer diálogos com o Governo Federal, mesmo sendo grande parte de suas reivindicações (crédito agrícola, recuperação da rodovia e vicinais, saúde, educação e segurança) de responsabilidade de outros setores do governo.

A interlocução com o MMA ampliou-se e após a eleição de Lula em 2002, a agenda ambiental do Governo Federal dedicou uma atenção especial à Transamazônica: as ações de fiscalização e combate a grilagem de terras públicas e ao desmatamento ilegal desencadeadas pelo IBAMA e pela Polícia Federal (PF) levaram ao fechamento de serrarias, multas e prisões dos envolvidos. Essas ações propiciaram a reação agressiva de comerciantes, fazendeiros, madeireiros e políticos que, sentindo no bolso os impactos da ação do governo, responsabilizaram a FVPP pela ação acirrando ainda mais os conflitos já existentes entre esses grupos e os agricultores familiares, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terras que passaram a migrar de outras regiões do Estado ocupando às vezes as mesmas terras públicas teoricamente já demarcadas por fazendeiros e madeireiros.

Nessa trajetória de disputa pelo espaço, uma outra ação governamental deu mais visibilidade aos conflitos fundiários: através de um Decreto Presidencial o Governo Federal em novembro de 2004, criou a Resex Verde Para Sempre, em Porto de Moz, e o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio em Altamira (Resex do Riozinho do Anfrísio, a Estação Ecológica e o Parque da Serra do Pardo). Toda essa área somou milhares de hectares de floresta retiradas do alcance da grilagem para serem, em princípio, destinadas às populações ribeirinhas e indígenas, assim como à pesquisa científica. Essa iniciativa do Governo Federal, apoiada pela FVPP e a Prelazia do Xingu, fez recuar o avanço do setor madeireiro nessas áreas e ampliou o debate sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Essas mudanças produziram diferentes reações que marcaram a história da região, como exemplo, o assassinato da freira Dorothy Stang, uma das lideranças incentivadoras dessa estratégia ambiental, em especial da criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do município de Anapu, voltados para as famílias sem terra. Outros fatores como o avanço da soja em larga escala no planalto santareno e da pecuária extensiva também provocaram mudanças no cenário da Transamazônica onde a agricultura familiar ainda é uma das

principais geradoras de renda. As restrições sobre o uso dos recursos naturais e o debate sobre o que seria um modelo de desenvolvimento sustentável para o Oeste do Pará dão à tônica dos mais variados discursos da atualidade nos quais as palavras por vezes são as mesmas, mas o sentido que elas carregam podem ser completamente diferentes.

Os fatos narrados acima foram decisivos na construção de uma realidade em que o termo desenvolvimento sustentável, em conjunto com outras expressões como “riquezas naturais”, “preservação do meio ambiente” e “participação da sociedade civil” compõem um conjunto recorrente de expressões presentes nos discursos dos mais diferentes atores sociais da Transamazônica (agricultores, políticos, pesquisadores, lideranças da FVPP e da Igreja Católica). Em uma breve leitura dos Planos de Desenvolvimento Municipais (PDM), pautas de reivindicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá – (FETAGRI), bem como em outros documentos das organizações locais dessa região, foi possível comprovar a presença dessas expressões.

Jollivet (apud Ruscheinsky, 2004), considera que as expressões *meio ambiente*, *princípio de precaução*, *patrimônio* e *ética* constituem o núcleo semântico das correntes de pensamento que orientam tanto a ação quanto a reflexão sobre a ecologia nos dias atuais. Ao falar de desenvolvimento para a área urbana de um município ou para uma comunidade rural atualmente é quase imprescindível afirmar seu caráter sustentável, destacando a relação dessa proposta com a preservação do meio ambiente, bem como se dará a participação da sociedade local no empreendimento proposto. Nessa direção Santilli (2005, p. 35) ao comentar sobre a importância da aliança estabelecida entre o movimento social dos seringueiros do Acre e o movimento ambiental em curso no país, na fase preparatória da ECO92, afirma que “o socioambientalismo nasceu baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem a repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais”.

O discurso do desenvolvimento a partir desses pressupostos, recorrentes nas mais variadas falas, também chegou a Transamazônica. Esse fato suscita algumas reflexões sobre as influências desse discurso no futuro do desenvolvimento da região. Nessa direção é que esse estudo objetiva contribuir, propondo uma reflexão sobre o significado de uma pluralidade discursiva marcada por expressões comuns para os diferentes atores locais envolvidos e,

A organização do presente trabalho foi construída em quatro partes. Na primeira está o referencial teórico sobre a Análise do Discurso a partir de autores ligados a Escola Francesa da Análise do Discurso e também autores ligados a Análise Crítica do Discurso. Essa ferramenta metodológica foi utilizada apenas com o intuito de auxiliar na compreensão do discurso oral e escrito dos referidos atores, sem nenhuma pretensão de se constituir em uma contribuição teórica à Análise do Discurso. Por se tratar de um estudo que busca evidenciar limites e possibilidades a partir de uma diversidade discursiva, a categoria da interdiscursividade foi considerada a mais adequada como ponto de partida para a análise das falas e dos documentos escritos. A segunda parte trata dos objetivos e procedimentos metodológicos adotados no estudo. Nessa parte está descrito as pretensões do trabalho bem como os passos dados ao analisar o discurso dos atores; como esses foram selecionados e interpretados. Vale ressaltar que tanto os discursos orais quanto os escritos foram transcritos obedecendo o mais fielmente possível aos originais, algumas pequenas correções gramaticais foram realizadas apenas quando a transcrição literal prejudicaria a compreensão da citação.

A terceira parte diz respeito à construção das idéias de conservação ambiental e desenvolvimento no país até sua chegada a Transamazônica. Nesse cenário é destacado os marcos na construção do discurso socioambiental, as diferentes visões sobre o tema. Na quarta parte, destaca-se a trajetória histórico-social da Prelazia do Xingu e do movimento social dos agricultores da Transamazônica. A reflexão sobre a história desses dois atores objetiva mostrar suas estratégias organizativas, a evolução do discurso socioambiental e a visão de mundo desses sobre o assunto. Nessa direção são evidenciados os momentos em que esses dois atores se envolveram na construção do discurso que buscou equilibrar meio ambiente e desenvolvimento, as propostas e atividades que realizaram, as posições que assumiram e as alianças que foram capazes de construir em torno do assunto.

A quarta e última parte faz um recorte na pluralidade discursiva desses atores detendo-se em uma análise mais apurada sobre quatro temas: A retomada do projeto de construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte, a conquista do FNO Especial pelos agricultores familiares, a demarcação da terra indígena Cachoeira Seca e a implantação do programa Proambiente. Nessa análise o objetivo do estudo é apresentar as reflexões sobre os temas, a partir das diferentes formações discursivas, identificando seus autores e destacando as proposições, os antagonismos, as alianças, as percepções existentes sobre as questões ambientais e a evolução desses discursos ao longo dos tempos. Nessa parte também estão incluídas as reflexões e conclusões finais, realizadas a partir de um retorno aos objetivos.

2 A TRAJETÓRIA DO EXERCÍCIO DE ANALISAR O DISCURSO

Os estudiosos da linguagem sempre buscaram compreender a estrutura e o funcionamento da língua. Mas mesmo quem não é lingüista está sempre buscando compreender o significado das mensagens orais escritas que estão a sua volta, numa tentativa de melhor entender o outro e o mundo em que vive. Para além da Lingüística e da Gramática, o enfoque desse trabalho é o discurso, ou seja, o conjunto dos enunciados unidos pela mesma formação discursiva. Compreender, por exemplo, a mensagem contida nos textos orais e escritos, produzidos pelos agricultores e lideranças religiosas da Transamazônica, apreender a relação desses significados com a conjuntura social, política e econômica em que foram construídos é um dos objetivos centrais do trabalho. Vich e Zavala (2004, p. 47) fazem um breve resgate da trajetória da Análise do Discurso, demonstrando que o exercício de estudar a linguagem é longo e atravessou inúmeras fases. Nessa direção os autores enfatizam a importância dos paradigmas lingüísticos; formalistas e funcionalistas, começando pelo formalista que concebia a linguagem como um fenômeno mental, autônomo, homogêneo e uniforme, reduzindo seu estudo praticamente ao aspecto gramatical.

Para os funcionalistas analisar o discurso implicava necessariamente na análise do uso lingüístico e não na descrição de formas lingüísticas independentes de suas funções. O discurso é concebido como as diferentes maneiras de falar, através das quais se realizam funções em contextos particulares. Mais tarde, a perspectiva da *etnografia da comunicação* desenvolvida por Hymes, retoma e aprofunda os estudos sobre os atos da fala e estuda os padrões de comunicação como parte integral do que fazemos como membros de uma cultura popular. Busca averiguar o que um indivíduo necessita saber sobre a comunicação, para ser membro funcional de uma determinada comunidade. Segundo esse autor, as pessoas não só conhecem o código lingüístico, mas também sabem o que dizer a quem dizer e como dizer apropriadamente em alguma situação.

As teorias dos estudiosos da linguagem como um processo interativo, ganham cada vez mais espaço. As perspectivas da *Análise da conversação e da sociolingüística interacional* são exemplos desse avanço. Essas perspectivas consideravam como o mais importante, estudar a natureza interativa da conversação. A principal diferença entre ambas é que a primeira intenta construir um modelo estrutural da conversação e a segunda tem por

objetivo investigar como se negociam as identidades e as relações sociais nesse tipo de intercâmbio verbal.

Para essa corrente o contexto se reduz unicamente ao contexto textual e a relevância que têm os enunciados dentro deles. Este tipo de perspectiva é bem mais conservadora que a teoria dos atos da fala. No entanto, a *Sociolinguística interacional*, estudo da construção social e linguística da interação, retoma os propósitos da Análise da Conversação e preconiza que o discurso não funciona apenas para troca de informações, mas também para dar forma as relações interpessoais e intergrupais. Erwing Goffman e John Gumperz foram os estudiosos que influenciaram essa corrente. De acordo com Goffman (apud Vich e Zavala, 2004) a metáfora que domina esta proposta é a do teatro, a fala constitui uma *performance*, conforme dissera Bourdieu, e “os falantes e os ouvintes são atores sociais que selecionam rostos para projetar certas imagens e efeitos nesse cenário. Por isso se afirma que todo discurso se constrói como parte da atuação estratégica dos envolvidos”.

A perspectiva da análise crítica do discurso difundiu-se com muita força nos anos 90, logo que seus seguidores sentiram que as outras perspectivas não reuniam uma sólida teoria da linguagem. Os precursores dessa fase foram: Fairclough e Van Dijk. A nova proposta buscou vincular teoricamente o uso da linguagem com a sociedade. O que diferencia a análise crítica do discurso de outras correntes é que ela estuda os fenômenos linguísticos que sinalizam a presença dos problemas sociais com o objetivo de contribuir na intervenção dessa situação. Para os analistas do discurso, o uso linguístico constitui um instrumento da construção social da realidade e, como tal, uma arma que não só reproduz relações de poder, mas também reflete formas de resistência a ideologias dominantes. Essa corrente defende que o poder nem sempre é coercitivo, justifica essa afirmação dizendo que uma das maneiras cruciais para influenciar a mente de uma pessoa para que esta faça o que queremos é através do uso oral e escrito da linguagem. Por exemplo, nem sempre os governantes brasileiros precisaram usar a força física ou a coação para convencer a sociedade a aceitar as mudanças. A partir disso se explica de que maneira os textos manipulam as pessoas para que se realize o que pretende o grupo do poder. A propaganda apelativa sobre o projeto de colonização da Transamazônica, que atraiu milhares de migrantes para a desconhecida floresta amazônica, veiculada nacionalmente pelo Governo Federal foi um exemplo dessa capacidade. O discurso do poder dominante do governo militar conseguiu mover milhares de pessoas de suas origens para uma região desconhecida, sem dar gritos de ordem.

2.1 O DISCURSO E A MUDANÇA SOCIAL

A linguagem é vista pelos analistas do discurso como um sistema que reflete e determina a forma que os grupos sociais pensam, se expressam e atuam. A partir dessa afirmação é que o instrumental metodológico da Análise do Discurso foi considerado adequado para esse estudo. Compreender o discurso oral e escrito dos atores da Transamazônica pressupõe conhecer sua diversidade discursiva, assim se fez necessário retomar as idéias de Bakhtin (1997, 1995), Pêcheux (1995) sobre o discurso polifônico. Autores ligados à escola francesa da Análise do Discurso. A análise do discurso escrito contou também com o apoio teórico de Norman Fairclough (2001), ligado a uma outra corrente denominada Análise de Discurso Crítica. Para esses autores, a realidade não fala por si só sem que as pessoas a façam falar com suas práticas cotidianas e que a linguagem aparece entre o sujeito e a realidade, como um agente carregado de um conjunto de interesses que não podem ser desmerecidos.

Outros autores que realizaram estudos objetivando compreender a relação estabelecida entre o discurso de outros grupos sociais na América Latina e suas práticas foram também importantes nas análises realizadas. Dentre esses ressaltamos Vich e Zavala (2004), Brandão (1998), Costa (1999) e Petit (2003), autores que desenvolveram seus estudos sobre os discursos partilhando dos conceitos sobre a linguagem defendidos por Foucault, Bourdieu e Althusser. Baseado nessas leituras construiu-se o referencial teórico, a partir do qual será analisado o discurso oral e escrito dos atores da Transamazônica.

O discurso é o lugar de significação, confronto de sentido, de argumentação. São também, formas textuais de representação do político. Assim, a linguagem é um lugar de conflito, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. O conceito de discurso aqui trabalhado é construído a partir das definições de Foucault, trabalhadas por Brandão (1998, p. 28, 31), "[...] um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva". Foucault afirma que o discurso é um espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerador de poder. A análise do

discurso seria então a descrição dos enunciados que compõem a formação discursiva. Fairclough (2001, p. 21, 22), ao usar o termo discurso, propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual. Considera não ser fácil formular um conceito fechado sobre o que seria o discurso, mas alerta que são os efeitos sociais que devem ser focalizados na análise discursiva, haja vista o fato de os discursos não apenas refletirem ou representarem entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem, posicionam as pessoas como sujeitos sociais.

Costa (1999, p. 24) também enfatiza a importância dos estudos da linguagem enquanto discurso, afirmando que essa não serve apenas como instrumento de comunicação, partilhando das definições de Pêcheux (1995); define o discurso como um modo de produção social, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia, o instrumento de mediação entre o homem e sua realidade, entre o homem e os outros homens, é o veículo das ideologias. Não pode ser estudado fora da sociedade. De acordo com Pêcheux (1995)

A ideologia através do hábito e do uso designa o que é e o que deve ser (...) é a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem (...) e também mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PECHEUX, 1995, P. 160).

Os analistas do discurso ligados a corrente da Análise de Discurso Crítica também destacam o poder das ideologias sobre os discursos, mas fazem questão de ressaltar que o falante não é um ser passivo e incapaz diante do poder estabelecido. Ao tratar do discurso e ideologia, Fairclough (2001), apesar de declarar que a principal contribuição de Pêcheux para os estudos da linguagem foi sua capacidade de unir a teoria marxista do discurso com métodos lingüísticos de análise textual, enfatiza que o tratamento que este deu aos textos foi insatisfatório. Outro ponto de discordância formulado pelo autor, diz respeito às idéias de Althusser, trabalhadas por Pêcheux. Segundo Fairclough (2001, p. 121), a teoria Althusseriana do sujeito também exagera a constituição ideológica desses e, conseqüentemente, subestima sua capacidade de agir individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas. O autor concorda que os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas enfatiza que esses são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. Argumenta que as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe social, no gênero social, no grupo cultural, e assim

por diante e, na medida em que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.

O conceito de discurso difundido por Foucault está presente em todas as correntes de Análise do Discurso. Entretanto, Fairclough (2001, p. 82, 83) faz questão de ressaltar que as fragilidades relevantes no trabalho de Foucault têm a ver com as suas concepções de poder e resistência, e com questões de luta e mudança que este assumiu em seus estudos. Segundo Fairclough (2001), Foucault é acusado por outros cientistas de exagerar a extensão na qual a maioria das pessoas é manipulada pelo poder; ele é acusado de não dar bastante peso à contestação das práticas, às lutas das forças sociais entre si, às possibilidades de grupos dominados se oporem a sistemas discursivos e não-discursivos dominantes, considerando as

Crítica quanto os da Escola Francesa de Análise do Discurso defendem que a linguagem não pode ser estudada fora da realidade de seus falantes, a compreensão dessa relação é condição para compreensão do discurso.

Os discursos analisados neste trabalho foram construídos por diversos atores da região da Transamazônica com o intuito de apresentar, defender, avaliar, criticar ou propor alternativas sobre os rumos do desenvolvimento desta região. Grande parte desses atores esteve, ao longo da existência da Transamazônica, envolvidos em ações que buscavam melhorias na qualidade de vida das populações migrantes dessa região. São agricultores, professores, estudantes, empresários, lideranças dos movimentos sociais, religiosos, dentre outros homens e mulheres, *sujeitos*, que na definição de Maingueneau (1998, p. 93, 94) são aqueles que ocupam um *lugar*, uma posição na construção de sua identidade social e em seus discursos constroem imagens sobre si e sobre o outro, marcando ao mesmo tempo o lugar que pretendem ocupar e que lugar pretendem conferir ao outro (co-enunciador). Esses atores são pessoas que participaram da elaboração de planejamentos para o desenvolvimento da região, projetos, fizeram parte de caravanas ao governo estadual e federal, atos públicos de protesto. Fazem parte de organizações e movimentos de uma significativa parcela da sociedade civil insatisfeita com os rumos tomados pelo projeto de colonização da Transamazônica desde meados do ano de 1975.

Os discursos aqui retratados, orais e escritos, são interpretados como pertencentes a práticas sociais que são dirigidas a um público específico, cuja análise deve considerar o momento histórico em que estão inseridos, o que auxilia na compreensão dos objetivos pretendidos por seus autores. Essa constatação nos remete à categoria *contexto*, apresentada por Maingueneau (1998). Segundo o autor, a análise do discurso relaciona seus enunciados com seus contextos, esforçando-se para apreender o discurso como uma atividade inseparável desse contexto. Os componentes dessa categoria incluem os participantes do discurso e seus saberes sobre o mundo e sobre o outro para quem se dirige, momento e fim, gênero de discurso, o canal empregado e as regras que o diálogo do momento estabelece. Nesse sentido, a análise do discurso construído pelos agricultores familiares, durante as inúmeras ações de protestos realizadas no início de 1988, seminários, reuniões e conferências sobre a situação da Transamazônica, pressupõe uma reflexão mais ampla dos motivos que estão relacionados com essas manifestações, a partir do que resume a fala dessas pessoas e dos elementos sociais, políticos, econômicos que circundam o cotidiano desses falantes.

De acordo com Petit (2003, p. 252, 253), a análise do discurso pode ser classificada de diversas maneiras, sendo as mais usuais as que fazem referência, numa perspectiva sócio-econômica, à situação de classe (classes dominantes, classes médias, classes trabalhadoras) e as que se referem às categorias ideológico-políticas (por exemplo: de esquerda ou de direita) dos atores. Ao destacar o discurso dos movimentos sociais, o autor afirma que estes visam sustentar suas práticas numa identidade que foi simbólica e historicamente construída por diferentes atores sociais interessados em fazer valer sua existência ou fazer real o que fora construído. Ou nas palavras de Bourdieu (1989):

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima que a ignora (BOURDIEU, 1989, p. 116).

O conteúdo do discurso dos atores da Transamazônica reflete também suas posições políticas, sua visão de mundo e suas estratégias de convivência social e coletiva. Ou como definiu Pêcheux (1995):

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de um sermão, uma arenga, um panfleto, uma exposição oral, um programa, um discurso político (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Nessa categoria apreendemos a relação estabelecida entre as palavras e expressões utilizadas e o objetivo que a mensagem carrega. Cabe à *formação discursiva* adequar-se aos contextos para garantir a eficiência da comunicação. Fairclough (2001) complementa:

A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

O discurso dos atores da Transamazônica é, portanto um discurso multifacetado e entrecruzado por diversas vozes, que tanto remetem a enunciados anteriores quanto apresentam novos discursos. Maingueneau (1998, p.86) define tal situação como um conjunto de discursos “de um mesmo campo discursivo ou de campos discursivos distintos”. De acordo com Maingueneau (1998, p. 18) o campo não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, move-se para estabelecer uma nova configuração. Dentro do campo não existe homogeneidade; existem posicionamentos dominantes, dominados, centrais e periféricos. Segundo o autor é

praticamente impossível para o analista do discurso estudar a totalidade do campo. O termo interdiscursividade, para ambos os autores, remete as idéias de Bakhtin (1997), que estudou a polifonia dos discursos detectada nas diversas vozes dos personagens criados por Dostoiévski. Para Bakhtin o escritor criou uma espécie de novo modelo artístico do mundo, no qual muitos momentos basilares da velha forma artística sofreram transformação radical. Suas reflexões sobre o discurso polifônico o levaram a concluir que:

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (...) Ao citar o discurso de outrem o narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo (BAKHTIN, 1995, p. 150, 195).

De acordo com Bakhtin (1995) “Toda transmissão, particularmente sob a forma escrita, tem seu fim específico (...), além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas”. Todavia, o autor enfatiza que o discurso retórico, diferentemente do literário, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. É importante também se levar em conta a posição que um discurso ocupa na hierarquia social de valores. “Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente serão definidas as suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário” (BAKHTIN, 1995, 146, 153).

A análise feita nesse estudo buscou identificar nos discursos dos atores da Transamazônica as evidências de seus posicionamentos sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento e às questões ambientais na região. Portanto não possui nenhuma pretensão de abarcar toda a dimensão dos assuntos abordados nos campos discursivos. Fairclough (2001), ao tratar da prática da análise do discurso, afirma que não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões de discurso. Segundo ele, há três principais itens nesse exercício: os dados, a análise e os resultados. Mesmo considerando que uma experiência prévia em Linguística é importante no momento da análise dos dados, o autor faz questão de afirmar que a Análise do Discurso é uma atividade multidisciplinar, logo não é possível exigir uma experiência prévia de seus praticantes no campo lingüístico. Outra

ressalva feita por ele: “Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 102, 246, 275, 276).

3 OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo central desse trabalho é conhecer o discurso que busca equilibrar desenvolvimento e meio ambiente na Transamazônica e Xingu, a partir da fala dos atores locais da Transamazônica ligados principalmente ao movimento social dos agricultores familiares e a Prelazia do Xingu, identificando limites e possibilidades nessa construção discursiva oral e escrita. Apesar de recente esse discurso tem provocado mudanças no cenário político, social e ambiental da região. Ao analisar a fala dos atores buscou-se identificar se o discurso do movimento ambientalista internacional foi capaz de exercer alguma influência nas ações do movimento social dos agricultores familiares da Transamazônica e nos rumos do desenvolvimento da região.

Para isso será necessário identificar os precursores (pessoas, organizações e eventos) do discurso socioambiental na Transamazônica e suas principais ações na construção, afirmação e difusão desse discurso.

Analisar o conjunto das proposições para o desenvolvimento, registradas nos documentos das organizações pesquisadas e como elas tratam o enfoque socioambiental.

Identificar as expectativas, aspirações e proposições sobre o desenvolvimento da região para os diferentes atores, assim como os conflitos sociais, econômicos e ambientais existentes e o tratamento recebido por parte dos diferentes atores envolvidos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área escolhida para este trabalho de pesquisa está situada na região Oeste do Pará com um recorte espacial nos municípios localizados ao longo da BR-230, de Rurópolis a Pacajá, na BR 163 de Rurópolis a Itaituba e no médio Xingu incluindo os municípios de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz. A escolha dos referidos municípios está em acordo com os objetivos do estudo ao reunir localidades de uma mesma região que guardam além de suas particularidades sociais, econômicas e ambientais, uma amostra significativa da diversidade regional. Essa região é também a área prioritária de atuação da Prelazia do Xingu e do movimento social coordenado pelos agricultores, atores privilegiados na análise.

A análise preliminar dos dados identificou que os movimentos sociais e a Igreja Católica do Xingu estão à frente da maioria dos debates relacionados às questões que reúne meio ambiente e desenvolvimento regional. Dessa forma optou-se por fazer um estudo da trajetória desses atores, seus discursos e práticas sobre essa questão. Os dados para esse estudo foram obtidos através de:

Análise de obras que tratam das origens do desenvolvimento socioambiental na Amazônia e mais especificamente no Pará, com recorte para área de estudo. A leitura de obras e demais documentos sobre esse tema, tendo como pano de fundo o equilíbrio entre as questões sociais e ambientais, foi realizada com o propósito de conhecer as estratégias e orientações que permeiam o discurso do desenvolvimento ambiental e socialmente equilibrado para a Amazônia. Além disso, essas informações permitiram conhecer a trajetória do movimento ambiental até chegar à Transamazônica, seus precursores, que conceitos foram difundidos e que ações foram realizadas. Uma leitura comparativa dos documentos que tratam das proposições para o desenvolvimento da Transamazônica e Xingu produzidos pelo MPST, FETAGRI, CIMI, IGREJA CATOLICA, CPT, MDTX, FVPP dentre outros, em conjunto com entrevistas das lideranças, ajudou a identificar o conteúdo do discurso do desenvolvimento contido nessas proposições, suas mudanças e a relação estabelecida com as questões ambientais.

A Pesquisa no acervo de documentos dos movimentos sociais (FVPP, FETAGRI, STR, MDTX) incluiu a leitura de projetos de desenvolvimento, relatórios de planejamento e

avaliação, acordos, convênios e outros documentos oriundos das negociações entre o movimento social e o governo. A escolha desse tipo de documento justifica-se em função da importância que os mesmos possuem para o conjunto das pessoas entrevistadas, visto que representam, na concepção desses, o registro do esforço coletivo das organizações na construção de propostas para o desenvolvimento de uma região. São também documentos na sua maioria públicos, alguns divulgados pela imprensa e reconhecidos por setores governamentais, especialmente os que tratam das negociações firmadas com o governo. Também foram incluídos no rol dos documentos os recortes de jornais tratando da questão em foco, encontrados nos arquivos dessas organizações.

A participação em eventos organizados pela FVPP e FETAGRI foi fundamental para o aprofundamento no assunto a partir da fala das lideranças e dos agricultores: A Oficina sobre Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial organizada pela FVPP em parceria com o IPAM e a Universidade do Rio Grande do Norte, resgatou a trajetória das lideranças no movimento e identificou os marcos considerados por eles como históricos no desenvolvimento da região. Um outro momento foi a participação nas oficinas de construção dos Acordos Comunitários do Proambiente. Nessas oficinas, o depoimento dos agricultores, da equipe técnica, das lideranças e representações do governo possibilitou o conhecimento de diferentes vozes sobre um mesmo tema.

A Pesquisa no acervo de documentos da prelazia do Xingu foi realizada a partir da leitura de relatórios anuais de avaliação da CPT, CIMI, relatórios do Conselho de Pastoral da Prelazia e das Grandes Assembléias realizadas a cada 4 (quatro) anos pela Prelazia. A maioria desses documentos não é de domínio público. Os documentos pesquisados datam do período de criação da Prelazia até os dias atuais. Sendo que a grande maioria é de meados dos anos 70 até 2004. A ênfase dada aos documentos desse período ocorreu porque durante o mesmo, a Prelazia, a partir das definições do Conselho Episcopal de Puebla e Medellín, passa a realizar um trabalho pautado pelos princípios da Teologia da Libertação, unindo fé e política numa opção preferencial pelos pobres, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Araújo (1991) faz uma reflexão sobre a diversidade de significações que compreende a expressão “comunidades” utilizada pela Igreja Católica do Xingu. Segundo ele, pode-se usar o termo para designar, de maneira geral, o conjunto de pessoas residentes em um determinado perímetro. Nessas localidades erguem-se em espaço cedido por um morador de determinado sítio, igrejas católicas ou templos de outras confissões religiosas, construídos pelos migrantes. Por vezes é a própria morada de um colono que serve de espaço para reuniões para o conjunto

dos católicos que se reúnem periodicamente no seio de uma mesma capela, participando das atividades promovidas pela Igreja ou executadas com a sua aprovação. Mas para a hierarquia pós-conciliar, a experiência comunitária contém em germe um projeto de sociedade cuja concretização é necessária a realização do Reino. Refletindo os valores cristãos de partilha e igualdade entre os cristãos, lugar de um poder refratário a toda concentração excessiva de autoridade, a comunidade pode ser considerada a “escola” na qual o povo aprende a tornar-se sujeito da própria história, antecipa uma forma nova de vida social.

É nesse período também que a Igreja Católica do Xingu passa a envolver-se ativamente com os migrantes do recém-criado Projeto Integrado de Colonização da Transamazônica (PIC Altamira). Nessa época o padre Erwin Krautler, que mais tarde se tornaria bispo, surge como uma liderança religiosa conhecida internacionalmente por seu trabalho junto aos povos indígenas e ribeirinhos. Há mais de duas décadas ele tem influenciado nos rumos do desenvolvimento da região. Sua atuação é destacada como exemplar pelo movimento ambiental e pelas organizações de direitos humanos. É também a partir de sua nomeação como Bispo da Prelazia do Xingu, que começam a acontecer as grandes assembléias da prelazia, reunindo representantes de todas as CEB, a atuação da igreja passa a ser discutida com seus fiéis.

A leitura dos relatórios das Grandes Assembléias da Prelazia mostrou que nesses eventos centenas de pessoas vindas de todos os municípios da região discutiam sobre os problemas sociais, econômicos e políticos vivenciados e tiravam encaminhamentos que em princípio seriam seguidos por todas as CEB, também era discutida a organização político-partidária da população e a criação de organizações que representassem os trabalhadores rurais e urbanos. Os relatórios do Conselho de Pastoral (CP) também foram selecionados para a leitura em virtude da importância que o CP possui na estrutura da Igreja Católica do Xingu.

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Xingu, em 1980; um organismo da igreja responsável por acompanhar e apoiar a iniciativa dos agricultores intensificou o trabalho da igreja junto às organizações dos agricultores. Logo foi imprescindível incorporar também ao estudo, a leitura dos relatórios de atividades da CPT. Além desses documentos a análise incluiu a leitura de reportagens de jornais e revistas encontradas no Centro de Pastoral e no escritório da CPT do Xingu, onde estão arquivados todos os documentos pesquisados. Esses relatórios também são considerados documentos

oficiais para a Igreja do Xingu, pois reúnem as avaliações e decisões tomadas quanto à atuação da prelazia na região da Transamazônica e Xingu.

Entrevistas com lideranças da região que tiveram papel importante na construção do discurso que objetivou buscar o equilíbrio entre as questões sociais e ambientais nas propostas de desenvolvimento para o Oeste paraense. Em cada município foram entrevistadas em média 02 pessoas (homens e mulheres) que participaram de eventos relacionados ao tema, estão envolvidas em projetos de cunho ambiental e social, fazem parte de organizações locais ligadas a FVPP, FETAGRI e MDTX. Também foram entrevistadas lideranças religiosas e representantes das organizações empresariais que estiveram à frente de mobilizações em torno do desenvolvimento regional ou envolvida nas questões ambientais. As entrevistas propiciaram uma melhor compreensão dos conteúdos dos documentos escritos.

A leitura e análise dos documentos escritos obedeceram a uma ordem cronológica. Nessa dinâmica foi sendo identificado o envolvimento desses atores com a questão em estudo, as iniciativas por eles realizadas bem como suas avaliações sobre a conjuntura social, política, econômica e ambiental vivenciada pela região.

Dada à amplitude do assunto foi necessário fazer um recorte nas questões a serem aprofundadas. Quatro assuntos foram selecionados para uma maior reflexão: a demarcação da terra indígena Cachoeira Seca, o FNO Especial, o complexo hidrelétrico de Belo Monte e o programa Proambiente. Esses temas além de recorrentes nos documentos escritos e nas falas, são considerados pelos entrevistados como marcos tanto para o desenvolvimento regional da Transamazônica, quanto para os movimentos sociais. Eles envolvem as mais diferentes vozes (populações indígenas, empresariado, agricultores, o governo, fazendeiros, ambientalistas), que evidenciam diferentes visões sobre o assunto. São todos de amplitude regional e trazem consigo conflitos de ordem ambiental, fundiária e social.

O recorte feito no discurso oral e escrito dos atores nesses quatro assuntos buscou responder aos objetivos traçados pelo estudo. Para auxiliar nesse trabalho utilizou-se a ferramenta da Análise do Discurso, privilegiando a categoria da interdiscursividade, conceituada pela Escola Francesa da Análise do Discurso a partir das idéias de Pêcheux e ampliada pela Análise de Discurso Crítica, nos trabalhos de Fairclough (2001). O interdiscurso trata do conjunto de discursos presentes em um mesmo campo discursivo ou em campos discursivos diferentes. Dessa forma o discurso dos atores da Transamazônica

estudado numa perspectiva histórico-social revela as diferentes vozes sobre o mesmo tema em um discurso aparentemente homogêneo, bem como as alianças construídas em discursos antagônicos.

Outro ponto importante é a identificação dos discursos dominantes e periféricos que esses atores conseguiram construir nessa trajetória de avaliações e proposições sobre o desenvolvimento da Transamazônica. O estudo realizado que busca identificar as origens do discurso socioambiental na região Transamazônica, seus precursores, e principalmente, os limites e possibilidades que esse discurso tem evidenciado nas ações que conciliam desenvolvimento e meio ambiente, não se propôs em nenhum momento esgotar o universo de informações e interpretações contidas nesses documentos.

O primeiro passo da análise, após a coleta de todo material, foi realizar a leitura cronológica de todos os registros identificando todas as falas sobre as questões ambientais, relacionadas ao desenvolvimento regional da Transamazônica e Xingu. Em seguida foi realizada uma primeira tipologia desses discursos tendo os elementos do discurso socioambiental como foco. Assim, os registros foram organizados tendo como marco orientador: a história dos atores, os conflitos, as proposições e as contradições evidenciadas. Um segundo recorte definiu dentro dessa amostra discursiva, os temas centrais que seriam priorizados na análise (O complexo hidrelétrico de Belo Monte, o FNO Especial, a terra indígena da Cachoeira Seca e o Proambiente), sobre esses se buscou identificar os autores dos discursos proferidos, as proposições contidas, as expectativas e os antagonismos manifestados sobre cada tema. Diante dessas evidências foi possível delinear nas conclusões, a partir desses quatro temas, limites e possibilidades do discurso do desenvolvimento social e ambiental na Transamazônica e Xingu.

5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O NOVO DISCURSO

É a partir de 1983, com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que o termo desenvolvimento sustentável ganha a dimensão que hoje possui. No Brasil, a criação do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), seguido de uma série de novas leis e códigos ambientais, sendo a lei dos crimes ambientais a mais importante, se constituiu em um dos marcos de afirmação e difusão desse conceito em todos os debates relativos à questão ambiental, conforme destaca Little (2001). Nessa mesma direção Acsegrad (1997, p.11) complementa que a partir do Relatório Brundtland (1987) e, com maior intensidade, após a Conferência da ONU/UNCED (1992), a noção de sustentabilidade ocupou espaço crescente nos debates sobre desenvolvimento. Também Layrargues (1997) partilha da compreensão de Acsegrad (1997) sobre o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando que o relatório produzido pela conferência, intitulado Nosso Futuro Comum, tinha como objetivo propor estratégias ambientais de longo prazo.

De acordo com Diegues (2001) as idéias de conservação e uso racional dos recursos naturais defendidas pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot, foram precursoras do que hoje se chama desenvolvimento sustentável. O ativista treinado na Alemanha criou o movimento de conservação da natureza apregoando seu uso racional. As idéias de Pinchot alimentaram o debate travado entre desenvolvimentistas e conservacionistas na década de 1970, permearam o debate de construção do relatório de Brundtland e influenciaram a conferência Rio - 92. Em sua trajetória de resgate das origens do movimento ambiental, Diegues (2001) lembra que a criação do parque americano de Yellowstone, em 1872, constituiu um dos marcos do mesmo, e ainda que os escritores românticos com suas idéias de paraíso perdido tiveram grande influência na criação das áreas protegidas.

A conferência Rio-92, também denominada “a cúpula da terra”, tornou conhecidos os problemas ambientais do planeta bem como as estratégias e soluções propostas. Entretanto, conforme frisou Novaes (2002), os mais impacientes não se sentiram satisfeitos com os modestos encaminhamentos tomados:

A série de reuniões preparatórias da Rio 92 criou a expectativa de que se sairia do Rio de Janeiro com uma série de decisões, que teriam o condão de mudar radicalmente a vida sobre a face da terra. (...) Mas não foi bem assim. A Rio-92 ainda se desenvolveu dentro de parâmetros orientados pelo pensamento de que, com recursos financeiros e tecnologias adequadas, será possível reorientar a atividade humana e não chegar aos limites que já nos ameaçam (NOVAES, 2002, P. 64).

Os líderes políticos dos países considerados desenvolvidos, mesmo tendo reconhecido publicamente, por ocasião da Rio-92, as desigualdades sociais existentes entre os países do primeiro e do terceiro mundo e o reflexo da pobreza na degradação ambiental, não discutiram com profundidade a causa desses problemas. Essa é a opinião de Martins (1997, p. 38), quando comenta que as soluções encaminhadas pelos organismos internacionais (PNUD, PNUMA, BID...) consideraram importante apenas a busca de soluções sem fazer nenhuma reflexão sobre as razões de tanta desigualdade social ou como o próprio autor tão bem definiu: *“Como si la pobreza naciera de lo nada”*. Assim, Cabia então aos ricos apenas ajudar de maneira generosa para que a pobreza não continuasse causando tantas degradações ambientais.

Além das críticas às recomendações desses grandes eventos internacionais em busca de soluções para o planeta, proliferaram também na década de 90 as interpretações do que seria desenvolver de forma sustentável. A difusão do conceito de desenvolvimento sustentável trouxe à tona um debate entre os autores da área; a diferença entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento assinalada por Layrargues (1997), consiste no fato de que embora ambos tenham o direito das gerações futuras como princípio ético para as ações de desenvolvimento, busca caminhos diferenciados na execução dessa meta.

Enquanto os defensores do desenvolvimento sustentável pretendem resolver a degradação ambiental elevando o padrão de consumo dos pobres, os ecodesenvolvimentistas, também partidários de uma distribuição mais justa das riquezas, são mais cautelosos e enxergam que a elevação do padrão de vida dos pobres tendo o “jeito americano de viver” como paradigma pode gerar um caos ambiental ainda maior. Layrargues (1997) pondera que o fato de existir mais de um conceito que a princípio tem a mesma finalidade por si só pressupõe perguntar-se: “[...] por que criar um novo conceito? Não seria suficiente apresentar o ecodesenvolvimento como a teoria contraposta às mazelas do desenvolvimento atual?”(LAYRARGUES, 1997, p. 09)

O raciocínio desenvolvido por Layrargues (1997) quanto ao caminho da sustentabilidade a partir da melhoria da qualidade de vida dos países de terceiro mundo pressupõe um nivelamento entre estes e os do primeiro mundo, assim:

Enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentasse, o inverso ocorreria com os países desenvolvidos, até que se atingisse, pelas duas pontas, o ponto de equilíbrio-suporte da biosfera: a capacidade global de consumo, dado o presente padrão tecnológico de responder às necessidades da humanidade (LAYRARGUES, 1997, p. 10).

5.1 ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA DE (RE) CONSTRUIR UM OUTRO FUTURO PARA O PLANETA

Um debate cada vez maior sobre a gravidade dos problemas do planeta e as soluções propostas pelas grandes conferências mundiais tomou forma e estimulou o surgimento das mais variadas manifestações sobre o assunto, todas tendo como pano de fundo a crítica às proposições contidas nos documentos (Relatório de Brundtland, Carta da Terra, Protocolo de Kioto). No universo dessa diversidade algumas questões importantes estão presentes de forma explícita ou implícita na literatura sobre o assunto, dentre elas; o que de fato é diferente no novo conceito de desenvolvimento, que papel está destinado à sociedade civil na construção de novos rumos para o planeta e como será dividido entre ricos e pobres o ônus de recuperar os danos causados e redirecionar o desenvolvimento.

Layrargues (1997) considera que é na obra de *Rostow (1971)*, denominada *Etapas do desenvolvimento econômico*, que o conceito de desenvolvimento desponta recuperando a teoria do Darwinismo social: as sociedades humanas evoluíam de formas inferiores para formas superiores. A moderna cultura americana seria então o estágio perseguido por todos, a escala de modernização deveria levar os países do terceiro mundo ao nível de vida dos países mais industrializados, desprezando assim todos os modelos de desenvolvimento de outras sociedades.

As propostas oriundas das conferências mundiais deram origem a discursos que pregavam um desenvolvimento ecologicamente equilibrado denominado ecodesenvolvimento. De acordo com Maurice Strong, secretário geral da conferência Rio-92, esse modelo estava adaptado para as áreas rurais do terceiro mundo e consistia basicamente no uso racional dos

recursos naturais. Mas é o “brasilianista” Ignacy Sachs na década de 80 que dará ao termo os três pilares que o norteiam até os dias atuais: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Assim, o modelo de desenvolvimento deve perseguir o equilíbrio, satisfazer as necessidades da sociedade atual garantindo as mesmas condições para as gerações futuras⁴.

Novaes (2002), que acompanhou de perto o desenrolar das grandes conferências da década de 90, nesse mesmo campo de reflexão comenta que a disparidade de responsabilidade quanto ao futuro do planeta entre países do primeiro e do terceiro mundo, também está presente no Relatório Brasileiro para a conferência Rio-92, bem como nas negociações travadas entre ricos e pobres, ambientalistas e economistas durante os eventos: “Não há dúvida, entretanto, que até agora os acordos estão muito difíceis e que as divergências em torno de todos os temas são profundas. A identificação das responsabilidades em cada caso, também. A definição de quem deve pagar o custo da reconstrução, mais ainda”.(NOVAES, 2002, p. 49)

A preocupação do movimento ambientalista, expressa no relatório de Brundtland, afirmava que, através das inovações tecnológicas todos teriam acesso a uma qualidade de vida nivelada por um único padrão sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade ambiental, ou seja:

O Norte não precisaria participar do esforço de se impor restrições (...) ao invés de um teto, é preferível, na ótica da Comissão Brundtland, considerar um piso de consumo. Isso proporcionou (...) um movimento de dupla conveniência entre o Norte e Sul, onde o primeiro, desejando omitir a poluição da riqueza, e o segundo, obter investimentos para mitigar a pobreza, orquestraram seus interesses particulares em total harmonia (LAYRARGUES, 1997, p. 10).

Assim, Layrargues é enfático em sua conclusão quando diz que vivemos a ilusão dos tempos de mudança, pois o desenvolvimento sustentável na verdade assume uma postura ecológica neoliberal, mudam-se as palavras e novas estratégias são incorporadas para manutenção da mesma matriz econômica.

⁴ Sachs (1986) define o ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento que, em cada ecoregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo.

5.2 O DISCURSO DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

O futuro da Amazônia também foi objeto de intensa discussão nos eventos ambientalistas nacionais e internacionais, seja pela sua rica biodiversidade ou pelos impactos, gerados pelos grandes projetos econômicos sobre o meio ambiente. Algumas medidas para mudar esse cenário foram tomadas pela comunidade internacional, dentre essas podemos citar o Programa Piloto para Florestas Tropicais – PPG7 que no Brasil tem uma atenção especial para a mata atlântica e a floresta amazônica, financiando, a fundo perdido, projetos que promovem exemplos de usos sustentáveis dos recursos naturais investissem na criação ou manutenção de áreas protegidas. A grande maioria dessas ações é realizada com a participação do MMA.

Léna (2001), ao refletir sobre essas políticas que buscaram unir o social, o ambiental e o desenvolvimento na Amazônia, em estudos realizados no Acre, declara que existe a necessidade de se perguntar quais são os efeitos da nova configuração do desenvolvimento na Amazônia, posto que desde a Rio- 92 um modelo alternativo de desenvolvimento ganhou força nessa região, tentando unificar as preocupações ambientais e sociais, daí seu nome mais consensual: *modelo socioambiental*. Esse modelo busca investir no manejo da floresta e desencoraja os agricultores familiares de criar gado. Os projetos referendados por essa estratégia são as reservas extrativistas, áreas de proteção ambiental, reservas de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento florestal entre outros.

Léna (2001) ressalta que falar de desenvolvimento na Amazônia requer uma reflexão antecipada das relações sociais e de poder existentes: a forma paternalista ou aviamento⁵, a modernista para a qual a Amazônia é a fronteira dos recursos naturais (formado por mineradoras, madeireiros, pecuaristas, construção civil e indústrias) e a pós-moderna ou socioambiental, fruto da aliança simbolicamente firmada na Rio-92 entre o movimento ecologista e o movimento social, esse modelo apóia-se nas reivindicações dos excluídos do projeto de modernização. Uma reflexão sobre quais aspectos sociais, econômicos e ambientais da diversidade amazônica, foram considerados pelos ambientalistas, na aliança simbólica firmada no Rio de Janeiro, ajudará a compreender o grau de efetividade que alcançou esse

⁵ O autor define como uma forma de dominação baseada na dívida (principalmente moral, ligada a um código de honra) e numa relação pessoal, em que bens materiais e serviços são redistribuídos pela classe que detém as riquezas em troca de fidelidade, trabalhos, apoios em caso de conflito... Constitui também a base das carreiras políticas da região.

pacto, e principalmente, conforme suscita Léna (2001), que resultados trouxeram para as populações.

O modelo alternativo de desenvolvimento, apesar dos poucos recursos, criou suas próprias articulações que lhe permitiram ganhar a batalha no plano da ética e das idéias. Nessa trajetória ganhou mais recentemente o apóio da agricultura familiar (colonos migrantes da Amazônia). Como exemplo disso Léna (2001) destaca o acordo do Proambiente firmado entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - (CONTAG) e o governo federal, através do MMA cuja proposição ambiciona um modelo de desenvolvimento para o meio rural que equilibre investimentos na agricultura e uso sustentável dos recursos naturais existentes na propriedade.

O autor faz questão de frisar que na Amazônia a agricultura familiar segue trajetórias muito diversas, incluindo os “marginalizados”, os quais são excluídos até mesmo do acesso a uma terra própria, os pequenos fazendeiros, que graças a sua capacidade especulativa na venda de terras, melhor aproveitamento do FNO especial, comercialização do cacau, etc. conseguiram acumular e comprar gado e os “alternativos” interessados nas experiências de uso da terra com uma visão mais ambiental. Dada a importância desses atores na Amazônia, os movimentos sociais formados especialmente pelos agricultores estão no centro das atenções das políticas socioambientais do MMA e das ONG ambientalistas.

O modelo socioambiental que pregava o uso racional dos recursos naturais na Amazônia consolidou suas bases no Estado do Acre e de lá difundiu suas idéias para o restante da região. As reservas extrativistas, principal exemplo desse modelo, inspiradas nos ideais de vida defendidos por Chico Mendes, adquiriram expressão internacional pelo seu significado simbólico para o desenvolvimento sustentável.

O pesquisador Sant Ana (2003), em seus estudos sobre a trajetória das questões ambientais no Acre avalia que é no governo do engenheiro florestal Jorge Viana que as medidas consideradas socioambientais são colocadas em ação (criação da secretaria de floresta e extrativismo, realização do Zoneamento Econômico e Ecológico, subsídio governamental para produção da borracha pago diretamente aos produtores) e expressões como povos da floresta (ribeirinhos, índios e seringueiros), Governo da floresta⁶, florestania⁷

⁶ De acordo com o autor, “Governo da floresta” é símbolo de que esse núcleo dos herdeiros da luta dos povos da floresta é o núcleo de maior densidade no interior desse Governo atual do Acre.

(como sucedâneo de cidadania), marcam as posições do novo Governo. Todavia, o pesquisador esclarece que existem também ponderações quanto à dimensão dos planos entre os envolvidos no Governo da Floresta, conforme detectado nas entrevistas por ele coletadas: “[...] nós não temos um projeto revolucionário para a Amazônia, nós não temos nada detalhado. Eu acho que o nosso projeto é ainda 90% sonho e 10% pragmático, real e isso precisa aprofundar mais” (SANT ANA, 2003:101).

Um outro aspecto levantado pelo pesquisador no seio do Governo da floresta é a existência de um debate, às vezes esquizofrênico, que envolve os desenvolvimentistas e sustentabilistas⁸. Em meio a esse debate o governo enfrenta o desafio de conciliar as diferenças e fazer avançar o seu plano de desenvolver de forma sustentável.

De acordo com Léna (2001), o desmatamento do Acre em 2000, estava em torno de 10%. A projeção do governo estadual é que esse desmatamento não ultrapasse os 15%, e para isso é preciso desacelerar o modelo desenvolvimentista e fazer a floresta gerar renda. Entretanto, o Acre também atravessa diferentes realidades e desafios na construção de seus propósitos; as propostas sustentáveis e restritivas nem sempre são aceitas por todos já que o sistema produtivo ao qual esses setores econômicos formados pelas grandes fazendas de gado, madeireiras, mineradoras estão acostumados é baseado na utilização indiscriminada dos recursos naturais, aliado a isso está a insuficiente infra-estrutura básica (escolas, hospitais, estradas, segurança) para as populações da floresta, isso provoca a saída dessas famílias para as periferias das cidades, expondo-as a uma condição de vida com acentuada exclusão social além do enfraquecimento da atividade extrativista.

A restrição ao uso dos recursos naturais em larga escala também gera conflitos. Léna (2001) considera que a gestão dos conflitos socioambientais pelo poder público deverá ocupar o lugar central nas políticas de desenvolvimento sustentável. A pressão sobre a floresta tem origem na associação entre fazendeiros e madeireiros e a expansão espacial da agricultura familiar no esquema malthusiano. Como exemplo disso, o autor observa que 90% dos agricultores criam gado. As resex não conseguiram parar a evolução iniciada nos anos 50,

⁷ Melhorar a qualidade de vida das populações que dependiam da floresta para sua reprodução, especialmente os seringueiros, era uma forma de garantir a cidadania à essas pessoas, ao invés dos seringueiros virem morar na cidade, é os benefícios da cidade (escola, hospitais, estradas) que devem chegar até suas colocações no meio da floresta.

⁸ Horácio de Sant Ana Junior explica que, para os desenvolvimentistas, a sustentabilidade do desenvolvimento tem uma relação mais forte com a criação de indústrias e empresas... Os sustentabilistas submetem a produção de riquezas ao manejo sustentável e à preservação.

mesmo com o apoio do governo continua-se a evolução na direção do modelo do sistema tradicional de cultivar a terra. A sugestão do autor é construir um sistema híbrido com agricultura baseada em sistemas agroflorestais (SAF), criação de gado e extrativismo (maior parte).

Em sua conclusão Sant Ana (2003), afirma que a realidade do Acre no tocante às políticas socioambientais podem servir de referência para outras partes da Amazônia:

Esta é uma discussão que pode ser expandida para boa parte da reflexão sobre o processo de desenvolvimento desejável para o século que estamos iniciando. Perceber com maior clareza as nuances caracterizadoras de cada posição pode ser uma boa forma de colocar em questão a própria noção de desenvolvimento sustentável e sua efetivação em forma de políticas públicas ou de ação social e ambiental de grupos privados, movimentos sociais ou organizações não-governamentais (SANT ANA, 2003, P. 104).

6. A EMERGÊNCIA DOS ELEMENTOS DE DEBATE E O MOVIMENTO SOCIAL DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

O discurso que preconizava o equilíbrio entre o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais, difundido pelo “Relatório de Brundtland” chegou à Transamazônica, uma região de fronteira agrícola planejada pelos governos militares, com a finalidade de ligar a Amazônia ao restante do país. Os atores principais dessa empreitada governamental eram os agricultores, oriundos de todas as regiões do Brasil vieram em busca de seus sonhos de vida digna. O sonho durou pouco, mesmo antes de ser concluído, o projeto foi abandonado pelo Governo Federal e junto com ele milhares de migrantes. O desalento, aos poucos deu lugar à coragem de enfrentar a dura realidade e os migrantes, na sua grande maioria agricultores familiares, na busca de dias melhores denunciaram o abandono e construíram sua resistência representada por um movimento social forte denominado MPST. A Prelazia do Xingu a partir das CEB cumpriu a tarefa de organizar essas famílias em cada vicinal. Através do debate sobre os direitos dos agricultores e a questão fundiária, a Prelazia do Xingu estimulou entre as famílias, a denúncia da depredação dos recursos naturais feita pelos grandes projetos econômicos, a exemplo da hidrelétrica de Tucuruí, o desmatamento das grandes fazendas de gado e a exploração florestal desordenada, feita pelas madeireiras. Ponderava que ao lado de tudo isso estavam milhares de agricultores jogados à própria sorte na mesma região. No

contexto nacional a mudança do regime político deu mais espaço as manifestações sociais e o discurso do movimento ambiental de proteção à Amazônia e a crítica ao modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos econômicos ganharam mais visibilidade pública.

A realização do grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em Altamira, nos dias 20 a 25 de fevereiro de 1989 foi o marco inicial do novo discurso do desenvolvimento na Transamazônica. Foi nessa ocasião que os agricultores tomaram conhecimento sobre a questão do complexo hidrelétrico do Xingu. O debate das populações indígenas da Bacia Hidrográfica do Xingu, contrárias à construção do empreendimento, trouxe a tona o primeiro conflito público envolvendo as questões sociais e ambientais na região. Os agricultores familiares que estavam na periferia desse debate, pois não eram considerados pelos ambientalistas como população tradicional, reagiram afirmando que não podiam ser responsabilizados pela destruição dos recursos naturais. A evolução do discurso que unia o social e o ambiental a partir da fala desses atores, mostrou como a Transamazônica desenvolvimentista foi assimilando lentamente o novo discurso. Tanto a Igreja Católica do Xingu quanto as organizações dos agricultores incorporaram em suas estratégias, o debate sobre a relação entre o desenvolvimento regional e as questões ambientais. Esses atores trouxeram para seu cotidiano o desafio de “viver, produzir e preservar.” Essa frase que surgiu como uma reação ao discurso conservacionista dos ambientalistas, por ocasião do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, tornou-se mais tarde, o nome oficial da organização que representaria esse movimento.

6.1 FÉ, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: O PERFIL DOS ATORES

A Prelazia do Xingu é a maior circunscrição eclesiástica em extensão geográfica no Pará, compreendendo uma extensão de 342.548 km². Atualmente reúne 15 municípios (Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix, Tucumã e Bannach) e 17 paróquias (áreas pastorais). Nesse trabalho somam 25 padres 6 irmãos Lassalistas, 40 freiras e aproximadamente 100 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base. A presença da Igreja Católica no Xingu teve início com a desobriga do primeiro

padre jesuíta que passou pela região de Altamira, aproximadamente em 1758, mas foi somente no dia 16 de agosto de 1934 que a Missão do Xingu, cuja sede ficava em Porto de Moz⁹ sob a coordenação da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue de Cristo tendo a frente Dom Armando Bahlmann e o padre Clemente Geiger, foi elevada pelo Papa Pio XI à condição de prelazia. O Papa também escolheu como Bispo prelado Dom Clemente Geiger.

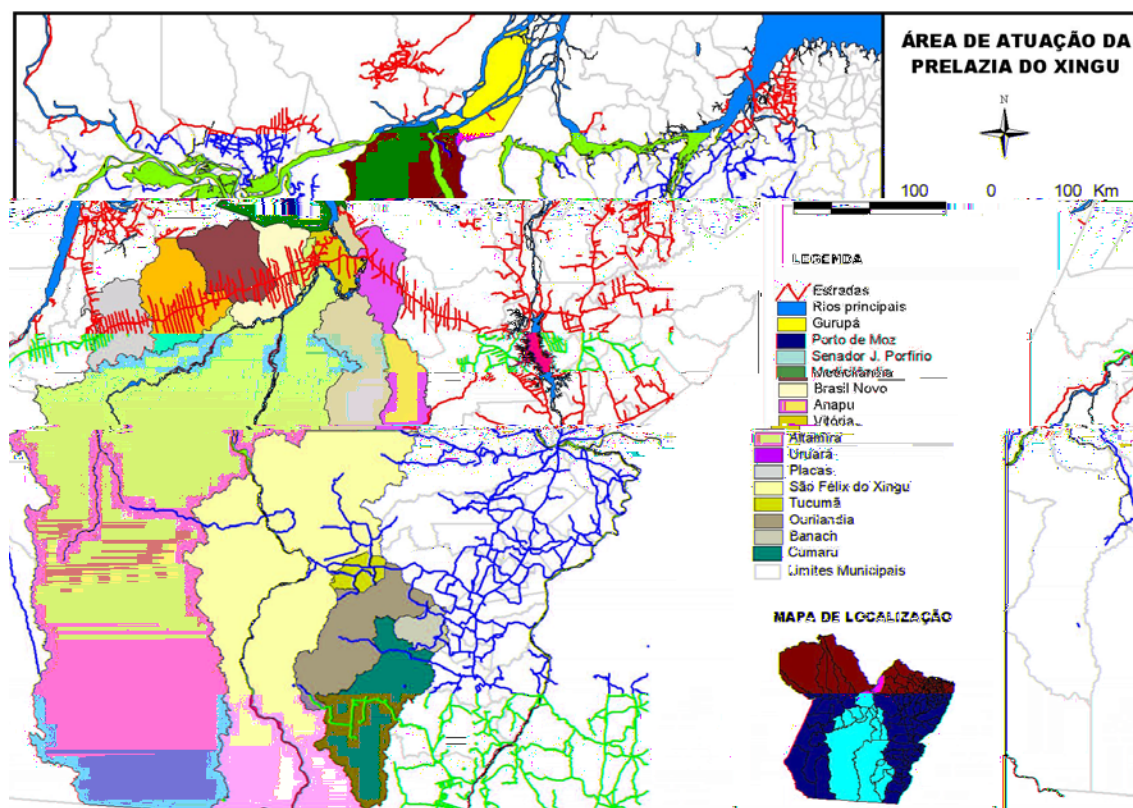


Figura 2: Mapa de atuação da Prelazia do Xingu

A partir de 1971, Dom Eurico Krautler assume o lugar de Dom Clemente na Prelazia do Xingu. Eurico permaneceu no posto até 1981 quando, aos 75 anos de idade, pediu ao Papa dispensa do cargo, ficando em seu lugar o bispo-coadjutor Erwin Krautler, seu sobrinho. Erwin, de origem austríaca, foi ordenado padre em 1965, vindo para o Brasil no mesmo ano, trabalhou em várias paróquias na bacia do Xingu. Em 1985 tornou-se presidente da Comissão Indigenista Missionária (CIMI), posto que ocupou durante oito anos.

⁹ Somente em 10 de abril de 1948 a sede da Prelazia do Xingu foi transferida para Altamira e no dia 13 de abril do mesmo ano o papa mudou os limites da Prelazia, separando a paróquia de Gurupá da arquidiocese de Belém, incorporando-a na Prelazia do Xingu.

A importância da Prelazia nessa região, sua influência há mais de 70 anos junto às centenas de comunidades na organização da população rural, urbana e povos indígenas, assim como seu envolvimento com as questões ambientais, transformou-a em um importante ator na definição dos rumos do desenvolvimento regional. Assim, as proposições e os impactos de seu influente discurso foram estudados a partir de uma seleção de seus registros escritos e da fala de suas lideranças.

O trabalho da Igreja Católica junto aos agricultores migrantes da região, foi decisivo para a construção do MPST. O movimento originado nas CEB cresceu e se tornou uma das mais importantes forças políticas em prol da agricultura familiar. O MPST surgiu em um momento que o movimento de oposição sindical, promovido pela CUT e CPT nacional apoiava os agricultores na tomada da diretoria dos STR existentes no país. Esses sindicatos criados na época da ditadura do regime militar realizavam um trabalho puramente assistencialista e impediam qualquer manifestação dos agricultores contra as políticas governamentais. Nessa região a CSLU era a representação dessa estratégia. Os documentos constantes no arquivo da FVPP registram que a CSLU era o instrumento pedagógico dos trabalhadores rurais na conquista da direção dos STR no Oeste Paraense. A construção da estratégia de ação da CSLU foi coordenada por Antonio Vieira, sindicalista que trabalhava com o bispo Dom Helder Câmara no Pernambuco, na organização dos trabalhadores rurais. De acordo com as lideranças entrevistadas, Antonio Vieira foi convidado por Ranulfo¹⁰, um membro da direção da CPT nacional que estava em Santarém para fazer esse trabalho. As lideranças de Rurópolis e Placas (Airton Faleiro, Valdir Ganzer, Sebastião Machado¹¹, Avelino Ganzer e outros) faziam parte da direção da CSLU. Foram essas lideranças, com o apoio da Prelazia do Xingu, que trouxeram esse debate para os demais municípios da Transamazônica.

A CSLU conquistou a diretoria do STR de Santarém em 1979, tendo a frente Geraldo Pastana¹². Em 1982, Pastana foi substituído por Avelino Ganzer que permaneceu no cargo até meados de 1983, quando foi eleito para ser o vice-presidente da CUT nacional. A presença de Avelino na CUT foi fundamental para a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores

¹⁰ Atualmente Ranulfo é um dos principais assessores do MST nacional.

¹¹ Atualmente Siba Machado é senador pelo PT do Acre.

¹² Geraldo Pastana atualmente é prefeito de Belterra, pelo PT, uma cidade próxima a Santarém e Antonio Vieira é um dos seus principais assessores.

Rurais (DNTR) que se tornou o espaço de debate para os STR e a agricultura. Dessa forma, o MPST nasceu a partir de uma articulação regional que tinha forte inserção nacional junto a CUT e a Igreja Católica. A principal tarefa, do movimento que nascia buscando consolidar o desenvolvimento regional, era a retomada do projeto de colonização abandonado pelo governo militar.

6.2 DESENVOLVIMENTISMO E ABANDONO NA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O discurso do Presidente da República na reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ocorrida em 1971 foi uma defesa do projeto de colonização da Transamazônica. De acordo com Médici, “somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essas paisagens de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento” (PETIT, 2003, p. 87). O presidente sintetizava a versão que permeou os discursos de políticos e migrantes que acreditavam ser a Amazônia um imenso espaço vazio à espera do desenvolvimento a partir da expansão do setor agropecuário, o aproveitamento das jazidas de minério e a industrialização. A Transamazônica, parte importante dessa estratégia política e econômica, cumpriria a missão de facilitar a ocupação do território e conseqüentemente desenvolver a Amazônia.

Petit (2003) enfatiza que o projeto de colonização dirigida foi paralisado em 1974, sem nunca ter alcançado as metas previstas pelo Governo Federal. Até esse período o governo assegurou assistência financeira e social para os agricultores migrantes transportados para a região através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O crédito do Banco do Brasil foi viabilizado para algumas famílias até meados da década de 80, incentivando a monocultura do cacau, pimenta-do-reino e café. Nos anos 70, o arroz foi o principal produto da pauta dos agricultores da Transamazônica.

Mas se por um lado os colonos buscavam adaptar-se às especificidades e adversidades da agricultura na floresta tropical, de outro a infra-estrutura pública de saúde, educação e estradas vicinais manteve-se a mesma do início da colonização. A população aumentou com a migração espontânea motivada pela propaganda anterior de grandes ofertas de terra na Amazônia. Os módulos de 100 hectares oferecidos pelo INCRA na Transamazônica

representavam um forte atrativo para os agricultores. Grandes especuladores também chegaram incorporando dezenas de lotes e glebas (estas de 500 hectares). Alguns se dedicaram à pecuária, mais expressiva nos municípios próximos aos centros urbanos de então (Altamira, Itaituba e Marabá).

A nova fronteira do desenvolvimento, tão alardeada pelo Governo Federal, atraiu também o interesse de empresas madeireiras e mineradoras que intensificaram as suas atividades na região a partir dos anos 80, quando haviam se esgotado a maior parte dos estoques das regiões mais acessíveis, como a BR 316 (Belém-Brasília), Sul do Pará e região das ilhas próximas de Belém. Na ausência do poder público, as empresas madeireiras passaram ao comando da abertura de várias estradas vicinais para acessar os estoques de madeira nobre da região. Nunca foi muito difícil para os madeireiros convencer os colonos a venderem as suas árvores como uma complementação de renda, através do corte seletivo. O valor da floresta não era normalmente contabilizado pelos agricultores, a maioria em busca de sobrevivência em situação adversa.

A partir da retirada da assistência oficial, os colonos que conseguiram plantar as espécies comerciais de maior valor na época (pimenta-do-reino, cacau e café) passaram a viver ciclos de prosperidade e declínio, de acordo com as oscilações de preços desses produtos. Em meados da década de 80, sobreveio uma crise dos produtos-âncora na economia regional e o setor agrícola como um todo entrou em crise, uma crise do próprio modelo adotado até então. Os registros pesquisados revelam que o final dos anos 80 foi marcado por uma onda de profundo desânimo; colonos abandonando seus lotes para tentar a vida nas cidades ou voltando para as suas terras. Muitas famílias fizeram o caminho de volta, tentando reintegrar-se à economia do Centro Sul do país. Entretanto, voltar para seus estados de origem não era a saída possível para a grande maioria dos migrantes. Dessa forma a solução era ficar e resistir.

6.3 A REAÇÃO DOS AGRICULTORES E O PAPEL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A história dos movimentos sociais na Transamazônica está vinculada à concepção do projeto de colonização como mecanismo de prevenção contra as tensões sociais que se

desenhavam em função das contradições existentes no contexto rural brasileiro, nos anos de 1960 a 1970. Essas tensões eclodiram a partir de 1980, e originaram, por exemplo, a formação do Movimento dos Sem Terra (MST), atualmente uma forte organização política com inserção nacional¹³ na luta pela reforma agrária. As políticas governamentais dessa época privilegiavam um modelo agrícola e agrário centrado na grande empresa rural, direcionando incentivos aos grandes Complexos Agropecuários e Industriais (CAI). Principalmente no Centro-Sul do país, o modelo pressupunha inversões de recursos em insumos, produção intensiva e a incorporação de novas áreas para as monoculturas de exportação. As razões políticas e estruturais que levaram tantos migrantes para a Transamazônica bem como os motivos que justificavam o contexto vigente era discutido em todas as CEB pela ala progressista¹⁴ da Igreja Católica.

Em setembro de 1973 a equipe de pastoral da Igreja do Xingu produziu um documento, encaminhado à CNBB, no qual relatava a situação dos migrantes do projeto de colonização da Transamazônica. O relatório abrangia a zona colonizada da época entre os km 20 e 230 do trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba. Várias situações foram abordadas, dentre elas a situação da moradia das famílias. O INCRA não conseguiu cumprir a promessa de uma casa para cada família e muitos tiveram que construir choupanas para abrigarem-se com suas famílias e mais tarde construir suas próprias casas nos lotes. A mesma situação de precariedade era vivenciada na área de saúde, saneamento, estradas, transporte e educação. Os postos de venda da COBAL, responsável pelo abastecimento das famílias migrantes a um preço mais barato, existiam apenas em algumas agrovilas. O isolamento das famílias que viviam nos lotes dentro dos travessões era angustiante, principalmente no inverno. As queixas incluíam até o correio que nunca entregava as cartas enviadas a amigos e parentes relatando a situação. Muitos desconfiavam que estas eram abertas e caso falassem mal do projeto de colonização não eram entregues ao seu destino. No entanto, essa suspeita nunca foi confirmada, o fato é que as cartas desapareciam ao chegar aos correios.

Uma das primeiras decepções dos agricultores migrantes com a agricultura, relatadas no relatório da equipe de pastoral, foi com o plantio do arroz. A semente selecionada, fornecida pelo INCRA e imposta a todos os colonos que quisessem receber o financiamento

¹³ O atual Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rosseto, foi um dos dirigentes do MST.

¹⁴ Assim eram chamados os religiosos, padres e freiras que partilhavam dos princípios da Teologia da Libertação defendida pelo frei Leonardo Boff, um dos principais precursores dessa corrente dentro da Igreja Católica no país.

do banco para o plantio não correspondeu às expectativas. A safra foi desastrosa! A Produção não alcançou 20% do esperado. A assistência técnica, na época sob a responsabilidade da ACAR, respondeu para os agricultores que: “A ACAR¹⁵ está experimentando os tipos de arroz que darão certo na nossa área. É preciso ter paciência até que se encontre o tipo certo” (Relatório Prelazia do Xingu, 1973: 06).

Os padres incentivaram os agricultores a fazerem um abaixo-assinado ao Presidente da República, relatando o não cumprimento das promessas por parte do INCRA e demais órgãos responsáveis pelo projeto. O gesto foi considerado subversivo pelo INCRA e os padres acusados de incentivar a revolta dos agricultores. Entre esses circulava o boato de que quem falasse mal do INCRA seria expulso. Isso silenciava as vozes dos descontentes e deixava as famílias a mercê dos rumos incertos do projeto que estava apenas começando e já dava sinais do destino reservado às famílias migrantes;

A assistente social do INCRA não vem para ajudar os colonos, mas para defender o INCRA. Quando fazemos nossas reuniões com a assistente social, se a gente começa a falar da colheita de arroz que não deu certo (é o tema do dia e o colono não quer falar em outra coisa!) ela nos chama a atenção dizendo para não sairmos do assunto da reunião que é outro (Relatório Prelazia do Xingu, 1973: 07).

Para os padres e freiras, o Governo Federal estava mais preocupado com as inaugurações de novas obras “de impacto” do que com o equilibrado desenvolvimento das famílias que para lá foram levadas. A colonização da Transamazônica era frequentemente comparada, pelo Governo Federal, com outras colonizações, ressaltando que era a primeira vez que um governo dava tanta assistência para os colonos. Sobre isso a Igreja fazia algumas ponderações: concordava que o lote dado às famílias era grande e fértil, mas as promessas de investimento na agricultura, amplamente divulgadas pelo Governo Federal, não foram firmadas no papel. Dessa forma as famílias não tinham como cobrá-las. O projeto de colonização era baseado em um paternalismo geral. O INCRA prometia tudo, cabia então aos colonos esperar. Quando o órgão passou a não trazer mais ninguém para região, os colonos interpretaram isso como os primeiros sinais de que o governo não iria mais fazer grandes investimentos na colonização. O futuro era incerto. As dúvidas começavam a surgir e a Igreja Católica fazia a seguinte reflexão junto as CEB:

O desmatamento leva consigo o empobrecimento do solo: será que dentro de cinco ou dez anos o solo será tão fértil? O colono está em condições de impedir este empobrecimento? O que vai acontecer quando a agricultura da

¹⁵ A ACAR era o órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural junto aos agricultores do projeto de Colonização da Transamazônica. Mais tarde esse trabalho passou a ser de responsabilidade da EMATER.

Transamazônica, sem proteção, tiver que enfrentar a concorrência da agricultura mecanizada? A economia da região está intimamente ligada a Transamazônica e as estradas vicinais. Qual a garantia de conservação, especialmente as estradas vicinais, pode ter o colono que viu, durante o inverno que está terminando, que nem a presença da empresa construtora nem a presença do INCRA garantiram o funcionamento das mesmas (Relatório Prelazia do Xingu, 1973: 09).

As suspeitas dos agricultores quanto ao futuro da colonização se confirmaram. Diante disso, as lideranças surgidas nas CEB assumiram o trabalho de organização junto aos agricultores. Dessa forma, a partir de 1978 ocorreram as primeiras manifestações significativas organizadas pelos embriões da organização sindical. A Transamazônica foi interdita na região de Rurópolis, como forma de pressão contra o Governo Federal.

Animadores de comunidades do Oeste da Transamazônica tornaram-se então as primeiras lideranças da Corrente Sindical Lavradores Unidos e compuseram a primeira diretoria de trabalhadores rurais do STR de Santarém, desenvolvendo a partir daí o trabalho de criação de centenas de Delegacias Sindicais nas comunidades rurais. A Corrente Sindical Lavradores Unidos foi uma forte organização de oposição sindical de trabalhadores rurais, que possuía uma de suas principais bases de apoio entre os colonos da Transamazônica (LEROY,1991).

A partir de 1981, o trabalho prioritário da Igreja Católica seria o fortalecimento das

¹⁶Fiz parte de uma família muito religiosa. Meu pai, que morreu em 1976, tinha uma promessa de fundar uma comunidade, e fundou antes de sua morte que é a comunidade da qual participamos até hoje; na década de 80, eu participei de uma Semana da catequese na Linha Gaúcha com o tema Sindicalismo, juntamente com o Avelino Ganzer, Padre Veneze e várias lideranças as quais continuam até hoje e que eu conheço desde criança, bem como: Valdir Ganzer, Geraldo Pastana, Airton Faleiro, e outros (Celito Dalabrida - 2005).

Celito Dalabrida demonstra também que a construção do movimento social regional era realizada por dentro da dinâmica da Igreja Católica, mais precisamente no trabalho cotidiano dos religiosos nas visitas as CEB e nos eventos catequéticos, congressos de jovens ou assembléias locais e regionais. Nessas ocasiões além dos cantos e orações, eram discutidas as questões sociais como a reforma agrária, violência, saúde, educação e principalmente, a necessidade de organização das populações mais pobres. A política partidária e a construção do Partido dos Trabalhadores como alternativa para as populações excluídas também fazia parte da agenda desses eventos. O conjunto era norteado pelos princípios da Teologia da Libertação.

No ano de 1988 eu conheci o Paulo Medeiros e o Lazarinni¹⁷ em um encontro catequético em Uruará e neste mesmo ano eu fui candidato pelo PT e acabei com tudo o que eu tinha para pagar as dívidas de campanha, só para uma pessoa eu tive que pagar meio quilo de ouro; em 1982 participei de uma corrente sindical que foi um grande movimento para tomar as direções sindicais (Celito Dalabrida- 2005).

Quando Celito Dalabrida fala dos marcos de sua vida, enquanto dirigente, sintetiza as vertentes que somaram na construção do MPST: a política partidária, a ação religiosa da Igreja Católica e a estratégia regional de mobilização sindical: “Três momentos marcantes: em 1979, a semana catequética na linha gaúcha, em 1988 quando eu fui candidato pelo PT e em 1991 quando eu ingressei no MPST” (Celito- 2005).

Para a maioria das lideranças a criação do PT e a conseqüente eleição de ex-dirigentes do movimento para os cargos de vereadores, prefeitos e deputados foram fatos marcantes. A fala do agricultor Domingos, atualmente presidente do STR de Altamira, evidencia essa realidade:

Um fato marcante em toda esta época foi a 1ª eleição do Zé Geraldo¹⁸ para deputado estadual em 1994 que eu acompanhei o resultado pelo rádio e a

admiração que eu aprendi a ter pela pessoa dele, porque eu votei desacreditado que ele poderia se eleger ou fazer alguma coisa por nós, cheguei à pensar “agora que ele ganhou eu nunca o vi e nunca mas verei”, mas um dia, em 1995, teve uma reunião do STR de Altamira e eu andei 8Km para ir, porque se falava que ele viria mas eu fui desacreditado que ele poderia vir, mas ele veio e a fala dele me bateu forte, e eu já tinha mais ou menos a informação que ele era uma pessoa que vinha da igreja e dos movimentos sociais (Domingos, Altamira-2005).

Ao comentar a relação do deputado com a Igreja Católica, Domingos registra o fato como um atestado de boa procedência do deputado, mesmo sendo este um desconhecido para ele. O PT possui atualmente na Transamazônica 12 vereadores, 02 prefeituras, 01 deputado estadual e 01 deputado federal, todos ex-dirigentes do MPST. A grande maioria das lideranças entrevistadas declarou já ter sido candidatos a algum cargo político pelo PT.

Dentre os religiosos mais citados pelas lideranças estão os padres Alírio Bervian e Oscar Führ (este último já falecido). O Bispo do Xingu D. Erwin Krautler, foi citado pelas lideranças como um dos principais articuladores da criação do MPST. Dom Erwin apoiou a greve dos canavieiros do projeto PACAL, em Medicilândia, ocorrida em 1983 e o Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, contrário à construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989, na cidade de Altamira. Outras lideranças como Jean Hébette, Jean Pierre Leroy, Alfonse Flohic, Francisco Glory e Alain Le moal ajudaram na construção do MPST e ainda são considerados como assessores influentes nos momentos de avaliação do movimento social dos agricultores. Vale ressaltar que todas essas pessoas, atualmente pesquisadores, professores e consultores ligados a instituições de ensino e ONG, eram membros da Igreja Católica.

No ano de 1980, a Igreja Católica do Xingu fortaleceu sua atuação junto as organizações dos agricultores, iniciou-se na Prelazia o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que inicialmente compreendia o trecho de Altamira-Itaituba da rodovia Transamazônica do km 70 ao km 240. Nessa região já existia um trabalho com os agricultores, denominado CATA (Congresso dos Agricultores da Transamazônica), organizado pelos padres Alírio Bervian e Oscar Führ. Na região de Gurupá esse mesmo trabalho era desenvolvido pelo padre Júlio Luppi. Nesse período em suas reflexões sobre a situação dos migrantes trazidos pelo INCRA, esses religiosos afirmavam que:

Os primeiros colonos que chegaram em 1971 são atualmente uma minoria em algumas localidades do trecho de Altamira a Itaituba. Muitos desanimaram, venderam ou desistiram dos seus lotes. De modo geral se

Trabalhadores, sendo reeleito no pleito seguinte, atualmente é deputado federal, o único oriundo da Transamazônica.

percebe que o pessoal vindo do sul do país veio substituir os nordestinos que saíram. Atualmente o fenômeno continua. Alguns vendem por causa do endividamento nos bancos (CPT, 1981, p. 02).

Nesse trecho da rodovia existia uma diferença marcante entre os migrantes da colonização oficial, produtores de cacau, cana¹⁹ e pimenta e os demais que chegaram por conta própria, denominados de posseiros pelo Incri. Para esses que ocuparam lotes fora da faixa da colonização, a situação era ainda mais difícil: não tinham documentos da terra e conseqüentemente não tinham acesso a financiamentos agrícolas, sementes selecionadas, estradas, assistência técnica. Ao ocupar áreas fora do perímetro da colonização, muitas dessas famílias também ocuparam áreas indígenas das quais foram expulsas pelo exército a mando da FUNAI, sem nenhum direito. A lei do Usucapião Especial, aprovada em 1981, não tinha efeito nas áreas de segurança nacional como a Transamazônica. A Igreja vislumbrava então um futuro incerto para os ditos posseiros:

Por todas essas razões não deixa de ser preocupante o futuro destas famílias que enfrentam o inferno verde. A ocupação muito rápida de cada lado da Transamazônica funciona como válvula de segurança diante das fortes tensões nos estados do sul e nordeste do país. Daqui a 5 anos quantas famílias terão condições de sobreviver economicamente? (CPT, 1981, p. 04).

A Assembléia da Prelazia realizada em dezembro de 1982 teve como partida para suas reflexões os verbos Ver (observar a realidade), Julgar (refletir sobre tal realidade) e Agir (estabelecer objetivos para corrigir, manter e criar a partir dessa realidade). Os pontos que nortearam as discussões de leigos e religiosos de toda Igreja do Xingu estavam relacionados às iniciativas comunitárias das CEB, educação e conscientização, organização partidária, fé e política, problemas e perseguições das lideranças. O estímulo da Igreja à opção partidária das comunidades pelo PT era bastante visível, o que era também motivo de perseguições dos envolvidos nesse trabalho. Sobre a ação junto às populações indígenas da região, os religiosos definiam que o papel da igreja era;

Em longo prazo, conservar os índios como Filhos de Deus, na sua própria cultura. Em curto prazo fazer o índio sentir o apoio da igreja na defesa de seus direitos, principalmente cultura e terra em seus padrões de vida (...) os padres estão procurando se aculturar no sentido de facilitar a presença da igreja entre índios (Prelazia do Xingu, 1982, p. 01).

¹⁹ Em Medicilândia, no km 92, a usina Abraham Lincoln produzia álcool e açúcar. De acordo com as informações da CPT, o IBDF autorizou nessa época o corte raso de 100% da floresta para a produção de cana nos lotes das 248 famílias fornecedoras da matéria prima.

Dom Clemente, primeiro bispo da Prelazia do Xingu, apontou em uma de suas Cartas Pastorais que a situação de isolamento dos povos indígenas, sem contato constante com a Igreja Católica, era um dos desafios da Prelazia. Entretanto, a abertura do projeto de colonização no início dos anos 70 pôs fim a esse isolamento e deu início também, a uma série de problemas oriundos desse contato tão próximo entre índios e brancos; muitos grupos foram dizimados pelas doenças e outros perderam suas terras, invadidas pelos brancos que vieram para a “terra sem homens”, “integrar para não entregar”. Muitos dos problemas oriundos desse processo se arrastam até os dias atuais, como por exemplo, a questão da demarcação da terra indígena Arara, cujos índios habitavam os rios que margeavam a rodovia Transamazônica e foram os primeiros a sentir os impactos da colonização: suas terras já reduzidas foram também invadidas por agricultores, madeireiros e até mesmo assentamento de novos colonos foi construído pelo INCRA nessas terras. Desde então um conflito fundiário envolvendo agricultores, organizações indígenas, políticos, INCRA, FUNAI e a Igreja Católica passou a existir sem conseguir chegar a um acordo apesar das muitas tentativas de grande parte dos envolvidos.

Nos relatórios da Prelazia sobre o povo indígena Arara, consta que por volta de 1960, os índios pressionados pelas frentes de expansão em direção a região norte do país encontravam-se confinados ao território compreendido entre os km 75 e 130 da Rodovia Transamazônica, tendo como limite o Rio Iriri e ao norte estendendo-se além do traçado desta rodovia até o Rio Penetecaua. O processo acelerado de ocupação que aconteceu na Amazônia na década de 70 previa a desapropriação de vastas áreas de terra ao longo da Transamazônica, incidindo no território dos índios, os quais naquela época ainda se encontravam isolados na floresta. Após este contato os conflitos entre os índios e os trabalhadores da rodovia tornaram-se frequentes e a FUNAI decidiu então interditar uma área de 1.060.400 ha destinada à reserva indígena. De acordo com o ISA há duas áreas legalmente definidas para os Arara, com situação jurídica e fundiária distinta: a terra indígena Arara e a terra indígena Cachoeira Seca do Iriri. A primeira é relativa aos primeiros subgrupos de índios contatados entre 1981 e 1983 e possui uma área demarcada de 274 mil hectares, e a segunda, ao subgrupo contatado somente em 1987. A área da Cachoeira Seca ainda não foi demarcada pela FUNAI e abrange uma área de aproximadamente 760 mil hectares.

A situação da população indígena não era o alvo central das atenções da Igreja Católica nessa época, prova disso é que o trabalho organizativo junto às CEB foi o ponto de maior debate dentro da Assembléia de 1982. Sob a coordenação do bispo Erwin Krautler, as

CEB eram definidas como a soma da religiosidade e do engajamento político e social. Apesar de manifestar sempre seu apoio as mais diversas formas de manifestação da sociedade da América Latina na busca de seus direitos, a Igreja Católica do Xingu preconizava que a luta armada, existente em alguns países, não era o caminho ideal para a Amazônia e ainda que deveria haver uma unidade entre as comunidades tendo as linhas de ação traçadas pela Prelazia como marcos fundamentais e hegemônicos e o Bispo como o grande líder.

O relatório da CPT do 2º semestre de 1983 evidenciou que a crise econômica que assolava o país era profundamente sentida no projeto de colonização. Os atravessadores é que lucravam com o preço das culturas de exportação. A lavoura branca caiu de preço. Os trabalhadores braçais estavam numa situação crítica ganhando menos de dois dólares por dia, os agricultores familiares com muitas dívidas nos bancos. A infra-estrutura de saúde cada vez mais precária, muitas mortes por malária na região dos garimpos, para onde houve uma intensa migração com a crise econômica.

Para os novos assentados pelo INCRA essa situação era ainda mais crítica. A segunda colonização feita pelo INCRA de Brasil Novo, ainda em 1983, assentou 4 mil famílias em lotes de 100 hectares no trecho que vai do km 120 ao km 140 região entre Uruará e Medicilândia. O relatório destaca que essas famílias foram abandonadas à própria sorte e que o comércio da madeira, especialmente do Mogno, proliferou como a única saída econômica para essas pessoas. O destaque do relatório sobre esse assunto é para o preço irrisório que os colonos recebiam por cada árvore vendida aos madeireiros e para a concentração fundiária crescente, principalmente com o abandono dos lotes pelos migrantes. As ações desempenhadas pelas CEB eram consideradas pela Igreja ainda como fracas e desarticuladas posto que os problemas de ordem econômica e social do projeto de colonização a cada dia se tornavam mais graves.

Nessa época existiam na área de atuação da prelazia apenas quatro Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR): Gurupá, Prainha, Altamira e São Félix. A Prelazia definia a atuação desses sindicatos como instrumentos do governo para controlar os agricultores; eram organizações assistencialistas que não estavam preocupadas com os problemas no meio rural. Diante desse quadro a Igreja do Xingu estimulou entre as lideranças das CEB, o nascimento do movimento de Oposição Sindical (OP) na região com a finalidade de organizar a população, através de filiações a esses STR e criação de delegacias sindicais, com vistas a assumir a direção desses sindicatos nas próximas eleições, a exemplo do que ocorrera no STR

de Santarém, onde Avelino Ganzer passara a ser presidente nessa época. Nesse mesmo ano a Igreja, em conjunto com a Oposição Sindical, elegeram suas bandeiras de luta prioritárias: saúde e estradas. Documento contendo essas reivindicações foi entregue pelos colonos ao INCRA. O movimento de Oposição Sindical cresceu e também ganhou adeptos de outras religiões:

[...] nesta luta sindical se acham trabalhadores rurais de várias confissões religiosas e de diferentes igrejas: Luteranas, Batistas, Assembléia de Deus, Presbiteriana. Por exemplo, na delegacia sindical do km 90 sul, que consta 38 sócios, há 08 trabalhadores da Igreja Luterana além da Assembléia de Deus (CPT, 1984, p. 03).

A organização dos movimentos sociais liderados pelas CEB, seguiu e estimulou a dinâmica das agrovilas e agrópolis, criando organizações representativas dos agricultores em cada uma delas. Em Rurópolis, foi criada a Delegacia Regional do STR de Santarém, em Medicilândia e Uruará criaram-se delegacias regionais ligadas ao STR de Prainha e, em Brasil Novo foi criada uma delegacia ligada ao STR de Altamira. O município de Brasil Novo, nessa época distrito de Altamira, foi então o nascedouro da organização sindical dos colonos da Transamazônica que, em 1988, assumiram o STR de Altamira, implantando uma política sindical orientada pela CSLU.

Todas as delegacias sindicais regionais existentes na Transamazônica, na década de 80, passaram a desenvolver ações públicas que reivindicavam estradas, saúde, educação, terra, melhor preço para os produtos agrícolas, escoamento da produção. Alguns fatos foram citados pelas lideranças como marcos dessa época: em 1982, uma perseguição do Exército caçou o dirigente sindical do STR de Santarém, Avelino Ganzer, por cerca de 500 km de rodovia interrogando colonos. Em 1983, agricultores do distrito de Placas (Km 240) no município de Rurópolis, ocuparam uma fazenda e foram perseguidos e torturados por soldados do destacamento do 51º Batalhão de Infantaria de Selva de Altamira. Em 1984, organizados por delegacias regionais dos STR, esses mesmos agricultores, enviaram comissões a Brasília duas vezes em busca de recursos para abertura e conservação das vicinais.

Em outubro desse mesmo ano, a presença de representantes das delegacias sindicais de Uruará e Medicilândia em Anapú, em apoio aos posseiros que estavam em conflito na fazenda

entre os posseiros e os pistoleiros da fazenda e muitas pessoas ficaram feridas. No ano seguinte, cerca de mil agricultores ocuparam a sede do INCRA de Rurópolis e apreenderam as máquinas de datilografia do órgão como forma de pressionar o governo a negociar a liberação de verbas para as estradas.

Em junho de 1985, também as delegacias sindicais regionais de Uruará e Medicilândia realizaram, juntamente com a Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica (ASFORT), a primeira caravana da região da Transamazônica, composta aproximadamente por 400 colonos, que se dirigiram a Brasília para reivindicar do INCRA e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) a manutenção da usina do Projeto Agrocanavieiro Abraham Lincoln (PACAL), abertura e conservação das vicinais e construção de hospitais e escolas. A greve dos canavieiros do projeto PACAL do município de Medicilândia, como ficou conhecido o movimento, resultou no fechamento da BR 230 e em investimentos²⁰ para a região. Os recursos públicos conquistados nessa época deram uma nova visão para os agricultores ligados ao movimento sindical da região: construir pautas de reivindicação de forma regionalizada, unificando os interesses do movimento sindical de cada município, era uma estratégia com maiores possibilidade de sucesso.

Foi assim que a partir de 1987, em cada vila que se emancipava na região, delegacias sindicais se transformaram em STR e estes se tornaram importantes mediadores políticos das relações sociais e econômicas com inserção rural e urbana, uma vez que as duas realidades eram muito próximas nas áreas de colonização. Entretanto, essas conquistas apenas amenizaram problemas pontuais e particulares nos municípios. No âmbito nacional, o momento também era de crise. A transição do regime militar para a Nova República produziu uma série de incertezas e a Transamazônica não entrava na pauta de investimentos do governo estadual, e já não fazia parte das preocupações dos órgãos federais. O crédito para a agricultura significativamente reduzido desde 1985, limitava ainda mais as chances de melhoria econômica dos setores da Agricultura Familiar, desprovida de crédito, de tecnologia, de terra e de estruturas de apoio para inserção no mercado. Esse quadro intensificou os problemas no campo aumentando o êxodo para as cidades.

A crise política, social e econômica que atravessava o país também atingiu os STR revelando a crise de uma estratégia de organização que havia privilegiado até então um

²⁰ Nessa época alguns municípios foram beneficiados com a construção de escolas e hospitais, recuperação de

embate ideológico com o modelo vigente de desenvolvimento, como todos os movimentos rurais de oposição no período de ditadura e na transição democrática no Brasil. Os documentos analisados dessa época dão conta de que a centralidade do alvo de reivindicações dos STR era o Governo Federal, sem articulação com ações estaduais e municipais; as reivindicações eram fragmentadas e descoladas de ações e procedimentos integrados; o próprio caráter predominante de protesto e reivindicação é objeto de constantes avaliações como exemplos de estratégias que apesar de importantes não davam conta das aspirações dos participantes do movimento. Nessa época, a conjuntura regional se tornou desfavorável, sobreveio uma fase de ausência de propostas e de ações concretas que repercutissem na qualidade de vida dos sócios dos sindicatos. Sem referências de melhoria econômica, a base se afastava dos STR.

Apesar da crise, as CEB participaram ativamente dos debates sobre a realização da Assembléia Constituinte, preocupados principalmente com o futuro que estava reservado aos agricultores nessa nova lei. Embora com mais de um milhão de assinaturas favoráveis à emenda da reforma agrária, o ante-projeto elaborado pela Comissão de Sistematização foi considerado pela Igreja Católica como um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra. A presença do ex-governador Jader Barbalho no Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) também não oferecia na visão dos sindicalistas e da Igreja Católica, muitas possibilidades de execução da reforma agrária:

Em seu discurso de posse, Jader, que é o quarto ministro a ocupar a pasta em dois anos e meio, prometeu respeitar o direito de propriedade, acentuando que ouvirá a UDR. Pela primeira vez, a CONTAG não foi convidada para a posse de um Ministro da Reforma Agrária (...) Jader Barbalho foi governador do Estado do Pará e durante seu mandato, de março de 1982 até final de 1986, morreram 71 pessoas na luta pela posse da terra nesse Estado e o envolvimento da Polícia Militar era uma constante (CPT, 1987, p. 04).

O ano de 1987 reuniu outros grandes acontecimentos e desafios para a região Transamazônica, tais como a realização dos plebiscitos para emancipação de Uruará e Medicilândia, visita do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, à região, grande reunião da FUNAI com o MIRAD e posseiros de Medicilândia, ato público do dia do lavrador em Brasil Novo, com a presença de líderes de toda região e parlamentares, acampamento de lavradores no pátio do INCRA de Brasil Novo, abertura de estradas vicinais, caravana de lavradores a Brasília por ocasião da votação da emenda da reforma agrária, criação da União

Democrática Ruralista (UDR) na região, primeiros sinais das instalações dos trabalhos para construção da grande barragem do Xingu (CPT, 1987: 01).

Nesse mesmo período, o movimento ecológico de preservação da Amazônia, surge com força total no país. Nessa época foi divulgado o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, intitulado *Nosso Futuro Comum*²¹, que trazia o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado no uso sustentável dos recursos naturais. No Brasil estava sendo criado o IBAMA; a primeira secretaria de meio ambiente em São Paulo e a fundação SOS Mata Atlântica, criada por um grupo de ambientalistas que difundiam os debates sobre as questões ambientais no país. Nesse mesmo período, o movimento ecológico de preservação da Amazônia, surge com força total no país. Nessa época foi divulgado o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, intitulado *Nosso Futuro Comum*²², que trazia o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado no uso sustentável dos recursos naturais. No Brasil estava sendo criado o IBAMA; a primeira secretaria de meio ambiente em São Paulo e a fundação SOS Mata Atlântica, criada por um grupo de ambientalistas que difundiam os debates sobre as questões ambientais no país.

6.4 AS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS CHEGAM A FRONTEIRA AGRÍCOLA, NOVOS RUMOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A compreensão do discurso dos atores da Transamazônica sobre os temas relacionados às questões ambientais e o desenvolvimento regional, pressupõe retomar os fatos relacionados ao Grande Encontro dos povos Indígenas do Xingu, ocorrido de 20 a 25 de fevereiro de 1989 em Altamira. Primeiro momento em que as populações da Transamazônica e Xingu tiveram um conhecimento mais aprofundado sobre o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e

²¹ O relatório divulgado em 1987 foi coordenado pela primeira-ministra da Noruega (Gro Brundtland) razão pela qual recebeu o nome de Relatório de Brundtland. Foi o primeiro relatório internacional que utilizou e defendeu o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (Santilli, 2005: 30).

²² O relatório divulgado em 1987 foi coordenado pela primeira-ministra da Noruega (Gro Brundtland) razão pela qual recebeu o nome de Relatório de Brundtland. Foi o primeiro relatório internacional que utilizou e defendeu o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (Santilli, 2005: 30).

manifestaram sua posição sobre o empreendimento. Conforme definiu Bento Xavier, agricultor e membro do STR de Medicilândia: “Essa política ambiental ganhou força a partir do Encontro dos Povos Indígenas, das discussões sobre as barragens (...) houve discussão de preservação, da importância da mata, teve mais estudo sobre isso” (Bento Xavier, Medicilândia, 2005).

Santilli (2005) afirma que além de consolidar a aliança entre o movimento ambientalista e os povos indígenas, o evento de 1989 pode ser considerado um marco na história do socioambientalismo brasileiro. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA),²³ a idéia da realização do encontro tomou forma ainda em 1988 quando o cacique dos índios Kayapó do Parque Indígena do Xingu, Paulinho Paiakã, e o antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Darrel Posey, denunciaram durante um evento na Universidade da Flórida e junto ao Banco Mundial, as intenções do governo brasileiro de construir o complexo hidrelétrico sem discutir com as populações indígenas do Xingu. Essa postura rendeu aos dois severas críticas por parte do governo. A organização do encontro na região contou ainda com a participação expressiva do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), uma conceituada organização de defesa dos direitos humanos no Brasil, o CEDI foi pioneiro no avanço das questões de ligação entre a defesa dos direitos humanos e a proteção ambiental, por mais de 25 anos, a Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREM) formada por estudantes universitários, professores e pesquisadores de universidades públicas e outras instituições de pesquisa e a Prelazia do Xingu. Sobre isso, o comerciante Avilmar Soares afirma que o apoio da Prelazia do Xingu foi decisivo para a realização do evento:

Naquela época quem puxou mais o evento foi a Igreja Católica (...) de uma forma muito forte, até porque a Amazônia naquela época estava sendo muito discutida (...) nós tínhamos uma ECO 92 três anos depois, então foi uma forma de dar uma resposta, de dizer que estavam preparados e que realmente conheciam a Amazônia. Então, eu vejo isso como uma forma das grandes organizações mundiais dizerem ao mundo que conheciam a Amazônia e que tinha que fazer um tratado como o de Kioto, preservar os oceanos (...), aquilo ali foi uma forma de dizer ao mundo que o GREENPEACE, a WWF, a fundação FORD e as outras que estavam presentes que eles estavam preparados (...) como estiveram na ECO 92 (Avilmar Soares, Altamira 2005).

As palavras de Avilmar são confirmadas pelos documentos analisados nesse estudo. Nessa fase a Comissão pró-índio em parceria com a Prelazia do Xingu elaborou uma cartilha

²³ O Instituto Socioambiental é uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais (NOVAES, 2002). Os ambientalistas que formaram o ISA faziam parte do CEDI na época do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira.

com o título: “O que são as hidrelétricas do Xingu”, que passou a ser distribuída, lida e discutida em todas as paróquias, delegacias sindicais, associações e CEB. Em seguida foi a vez da Eletronorte, que também lançou em uma reunião com o empresariado da região de Altamira, um dossiê intitulado “Usina hidrelétrica de Kararaô”. Na mesma ocasião foi criado o Movimento Pró Kararaô - MOPROK, composto pelos membros da União Democrática Ruralista (UDR) e outros empresários locais. Sobre isso, o comerciante Avilmar relembra quem fazia parte de MOPROK:

Era o Rotary, a maçonaria, a ACIAPA e o Clube de Diretores Lojistas (CDL), inclusive ainda tenho até um adesivo, cujo slogan era: *Ecologia e progresso com energia*, nós tínhamos muita gente discutindo e era aquela coisa toda, mas ninguém tinha dados na mão (...) um grande problema que nós tínhamos é que nós estávamos falando: - eu acho, parece, mais ou menos, então isso foi ruim pra nós (Avilmar Soares, Altamira, 2005).

Ao afirmar que apesar de toda discussão favorável a construção da barragem, “ninguém tinha dados na mão”, Avilmar deixa claro que também o MOPROK defendia a implantação do empreendimento baseado apenas no discurso retórico do governo sobre os benefícios de um grande projeto. De outro lado, Tanto os agricultores quanto os empresários e fazendeiros foram surpreendidos pela chegada do discurso sobre os impactos ambientais e sociais da hidrelétrica, bem como do discurso de preservação da Amazônia.

A realização do Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, acirrou ainda mais os ânimos entre os dois grupos; o MOPROK deu início a uma campanha aberta com cartazes, faixas, passeatas a favor da barragem e contra o movimento ambientalista. A igreja, junto com a CPT, fazia debates nas escolas, universidades e grupos de vizinhos falando dos impactos nocivos das barragens na Amazônia, especialmente sobre a hidrelétrica de Tucuruí e os efeitos ainda maiores que Kararaô poderia trazer. “*Fizemos uma grande mobilização coordenada pela CPT na época do Encontro dos Povos Indígenas e colocamos mais ou menos três mil pessoas e a imprensa toda na praça num ato público contra a barragem*”. As palavras de Domingos de Moraes, um dos coordenadores da CPT na época do encontro, deixam claro que a participação da Igreja Católica foi decisiva para a realização da mobilização contrária a construção da hidrelétrica. Seu apoio aos ambientalistas organizadores do evento ajudou a minimizar os conflitos com a sociedade local e os movimentos sociais. Nessa tarefa, a SOPREM também teve papel importante, foi responsável pela articulação do I Encontro das organizações não governamentais conservacionistas em apoio ao evento contra Kararaô, no qual foram discutidos os problemas ambientais da

Amazônia. Em nota pública que convidava a população de Altamira para o evento dos povos indígenas, a SOPREM deu o tom do debate a ser tratado:

Ao povo de Altamira e dos municípios da Transamazônica: nós, cidadãos brasileiros temos o direito garantido pela Constituição Federal, de merecer melhores condições de vida, não aceitando qualquer projeto, hidrelétrico ou não, que vá transformar a integração harmoniosa da Amazônia Brasileira, sonho de todos nós, em verdadeiro pesadelo, em prejuízo de milhões de brasileiros, beneficiando pequenos grupos privilegiados, nacionais ou transnacionais. Altamira, o Pará, a Amazônia e o Brasil merecem melhor destino! (CEMA/UFPA, fevereiro, 1989).

Os ambientalistas precisavam convencer as organizações que coordenavam o processo de criação do MPST, um aliado estratégico, da importância do evento. A nota pública da SOPREM convidando para o evento utilizou sempre o pronome “*nós*” a fim de tornar coletivo um discurso preservacionista que até então era restrito a alguns grupos. De acordo com Bakhtin (1995) Toda transmissão, particularmente sob a forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas às enunciações citadas. Essa mesma noção de que os problemas ambientais atingiriam a todos e que assim sendo era responsabilidade de todos evitá-los ficou bem evidente no encerramento da nota: “Altamira, o Pará, a Amazônia e o Brasil merecem melhor destino!” O convite, porém não fazia referência aos agricultores e seus problemas, enfatizava apenas os riscos a que estavam expostas as populações indígenas e os recursos naturais.

A Bacia do Xingu concentra boa parte dos povos indígenas do país, dessa forma, a cidade de Altamira, as margens do Xingu foi o local ideal para o evento de protesto de índios e ambientalistas. Mesmo sendo um encontro liderado por índios e ambientalistas, os agricultores também participaram do ato público de protesto a construção da barragem. De acordo com Tarcisio Feitosa, um dos membros da CPT Xingu, as organizações de agricultores da Transamazônica participaram do evento de 1989, por que não queriam ficar de fora do debate existente sobre o tema: “aí vem a mobilização dos índios em 88 contra as barragens [...] e aí o movimento camponês identificou que aquele discurso socioambientalista tinha que ser agregado [...] se ele não fizesse esse discurso ele poderia ficar para trás, porque aí logo depois de 89 tinha a ECO92.”

Os STR e a CPT, em conjunto com representações do PT, FASE, movimentos de mulheres e pastoral da juventude, também realizaram um evento para definir seu apoio ao encontro dos povos indígenas. A Declaração do I Encontro Regional dos Trabalhadores

Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico do Xingu, como foi denominado o evento, trouxe a posição dos sindicalistas sobre a construção da barragem: “Declaramos que não somos contra o progresso!” A afirmação dos sindicalistas evidenciou que a decisão de realizar o encontro dos povos indígenas não foi discutida com eles antecipadamente e eles não tinham informações precisas sobre a construção da hidrelétrica. Apesar de concordar com os organizadores do evento dos povos indígenas sobre os problemas que a barragem iria causar ao meio ambiente e às populações indígenas, os participantes do encontro regional não foram taxativamente contra o empreendimento, mas sim ao modo como estava sendo implantado; “não podemos aceitar que o mesmo se instale em benefício de uma minoria, de forma autoritária, desrespeitando e marginalizando a maioria da população brasileira” (Relatório MPST, 1989). Essa declaração retrata muito mais o sentimento de abandono e exclusão a que estavam submetidos do que uma preocupação com a degradação ambiental que a hidrelétrica poderia gerar. O discurso das lideranças deixou claro que eles não queriam ser confundidos com os ambientalistas que por ali passavam como, por exemplo, o discurso da SOPREM que trazia impresso o debate internacional de proteção da Amazônia e a crítica ao modelo de desenvolvimento em curso no país. Ao fazer um apelo para que a “integração harmoniosa da Amazônia” não acabasse, os ambientalistas ignoraram que na Transamazônica esse cenário já estava modificado por um projeto de colonização.

Um outro fato de repercussão internacional influenciaria nos rumos das preocupações ambientais das organizações dos Agricultores da Transamazônica: o assassinato do líder dos seringueiros do Acre, Chico Mendes, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1988. Após sua morte, Chico Mendes, ficou mundialmente conhecido e teve seus princípios de preservação dos recursos naturais e respeito às populações tradicionais ainda mais difundidos, chegando aos agricultores da Transamazônica. O líder sindical dos seringueiros e ecologista também no oeste paraense foi considerado um exemplo a ser seguido, um mártir para a Igreja Católica. Por ironia do destino, os assassinos de Chico, condenados pela justiça e foragidos já há algum tempo, foram encontrados pela Polícia Federal em Medicilândia, onde viviam como agricultores no fundo de uma vicinal, filiados inclusive a organizações ligadas ao MPST. Embora o discurso sobre as reservas extrativistas como modelo de desenvolvimento não se constituísse no principal interesse dos agricultores do MPST, Chico Mendes simbolizava a resistência das populações excluídas na Amazônia. Assim o Xote Ecológico do nordestino Luiz Gonzaga tornou-se uma das músicas mais conhecidas na região, embalando as reuniões das organizações nos mais distantes travessões:

Não posso respirar, não posso mais nadar.
A terra está morrendo não dá mais para plantar
se plantar não nasce e se nascer não dá
até pinga da boa tá difícil de encontrar

o peixe onde é que está, poluição comeu
e nem o Chico Mendes sobreviveu...

O evento de uma semana em Altamira aconteceu dois meses após a morte do seringueiro Chico Mendes e reuniu um público convidado de três mil pessoas, dentre esses havia 650 índios, 300 ambientalistas, 150 jornalistas, além de estudantes e artistas como o cantor americano Sting. Monteiro (1997) considera que toda essa movimentação em defesa da Amazônia contribuiu para despertar o movimento social regional em construção para as questões ambientais em debate, os quais numa posição defensiva declaravam²⁴ que a destruição da Amazônia não era de responsabilidade da agricultura familiar e era preciso mostrar isso. Assim, o 1º Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) construído dois anos depois, trouxe importantes elementos de construção do discurso sobre o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida defendida pelo MPST. Uma voz subalterna no tocante as decisões sobre o destino do projeto de colonização, que criticava o governo, o latifúndio, enfim, o caos social gerado pelos grandes projetos na Amazônia, mas que não tinha a defesa do meio ambiente como bandeira prioritária. A energia de suas ações estava concentrada na busca de soluções para os problemas sociais e econômicos do projeto de colonização da Transamazônica.

O evento ambientalista de 1989²⁵ foi marcado por dois momentos que renderam mídia internacional: o primeiro foi o gesto da índia Tuíra passando o facão no rosto do engenheiro da ELETRONORTE, Antonio Lopes Muniz, num recado público quanto à posição de contrariedade das populações indígenas em relação à barragem, sobre isso alguns dos entrevistados, consideraram o gesto de Tuíra como a representação da insatisfação de todos os excluídos da Amazônia com o governo. O outro fato foi a passeata a cavalo promovida pela UDR, no mesmo momento em que os índios protestavam pelas ruas de Altamira. Os ruralistas reuniram também comerciantes, empresários, políticos que defendiam o desenvolvimento da

²⁴ Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP, Relatório geral sobre o acampamento da Transamazônica realizado em Altamira em 1992 com a missão de elaborar o 1º PGDT e negociá-lo com os representantes do governo convidados para o evento.

²⁵ Para maiores informações consultar na internet: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>.

região e a soberania sobre a Amazônia. O protesto, além de defender a construção da barragem, criticava a presença dos ambientalistas, particularmente os estrangeiros, na Amazônia. As palavras do comerciante Avilmar trazem a tona o sentimento do empresariado da região de Altamira sobre esses acontecimentos:

Nós vimos índios na rua. De forma vergonhosa o pessoal filmando, passou pra gente [...] naquela época, uma idéia [...] um pouco complicada pelo fato de que como você gosta do lugar que mora, não quer que seja mostrado o lado negativo, infelizmente a gente sabe dos erros, sabe do lado negativo, das falhas, mas não quer que ninguém critique (Avilmar Soares, 2005).

Avilmar faz referência à imprensa que noticiou as mazelas ambientais da região para o mundo inteiro e também aos ambientalistas que ao criticar os projetos de desenvolvimento do governo brasileiro para a Amazônia, não fizeram nenhuma separação da ação dos grandes e pequenos sobre o meio ambiente, não mencionou nem mesmo a situação precária dos migrantes, ressaltou apenas os impactos que os Grandes Projeto trouxeram para o meio ambiente, inclusive a Transamazônica. A reação de Avilmar também referenda o discurso de parte do empresariado da região de Altamira, que chegara ao município com intuito de ficar rico formando grandes latifúndios. Para esses não havia problemas ambientais tão graves a serem tratados. É importante ressaltar que após uma sucessão de prefeitos biônicos, Altamira, principal cidade da Transamazônica, passou a ser governada por um grupo de empresários, donos de concessionária de veículos, fazendas, cujo patrimônio, de acordo com a imprensa, triplicou nos oito anos de mandato desse grupo na prefeitura, as denúncias de corrupção sobre eles também foram manchetes: “Armando e Maurício também são latifundiários. As maiores fazendas de criação de gado de Altamira estão nas mãos deles e dos amigos deles, ligados a UDR²⁶” (Diário do Pará; 16/10/ 1992).

Na passeata realizada pela UDR em apoio à construção da barragem, boa parte da população da cidade de Altamira também aderiu, provocando o descontentamento das lideranças da Igreja Católica. Segundo os membros do clero muitas dessas pessoas se deixaram envolver por promessas falsas de desenvolvimento e progresso:

Sonhando com um mar de rosas, estes iludidos aderiram à passeata da UDR, a favor da barragem. Na verdade se viu muitos cavalos, bicicletas, carros desfilando pelas ruas da cidade. O povo que estava acompanhando sabia o que estava fazendo? Que esclarecimentos lhe foi dado? Como um projeto pode ser bom se beneficia uma minoria? (JORNAL DA PRELAZIA, 1989, P. 07).

²⁶ Tanto O vice-prefeito Wanderlam Cruz, quanto os prefeitos Armando Dociteu e Maurício Bastazini, são fazendeiros prósperos na região, e na época dirigentes da UDR em Altamira.

O discurso da Igreja manifestado em carta aberta fortalecia ao mesmo tempo o discurso dos ambientalistas e também dos agricultores ao fazer referência à posição subalterna da população da região face às ações do governo. No encontro também o debate sobre a busca da internacionalização da Amazônia do qual eram acusados pela UDR: os índios, os ambientalistas e a igreja; a carta ponderava dizendo que direcionar o debate agora sobre este assunto parecia claramente uma estratégia política para desviar o verdadeiro problema: a política governamental dirigida à região que ignorava o saque das riquezas naturais e a exclusão das populações. As acusações irônicas e mordazes da Igreja Católica ao governo eram veladas, segundo o documento, parecia que o governo desejava continuar tudo como antes: o problema dos índios tinha que ser resolvido relegando-os e o problema da Amazônia tinha que ser resolvido “queimando ou alagando”. Sobre as acusações da UDR, a Igreja Católica resumiu: “Ninguém quer internacionalizar a Amazônia, ao contrário a gente quer nacionalizar, isto é, que seja de todos e não só de alguns brasileiros” (Jornal da Prelazia, 1989: 08).

O encontro das populações indígenas foi coordenado pelas lideranças indígenas Paiakã, Kube-i, Ailton Krenak, Marcos e Jorge Terena, começou com a chegada dos índios em Altamira no dia 17 de Fevereiro de 1989. A abertura do evento aconteceu no centro comunitário do município na manhã do dia 20. Na tarde desse mesmo dia, a UDR protesta contra o evento, assumindo uma postura favorável à implantação do complexo hidrelétrico. Na tarde do dia 22 aconteceu o protesto contra a barragem num ato público, liderado pela Igreja Católica, realizado na Praça do bairro de Brasília. Esse ato recebeu o apoio maciço dos ambientalistas e artistas. O Papa João Paulo II enviou um telex de solidariedade aos índios e ao Bispo Erwin Krautler. A Igreja Católica julgou importante informar também as CEB que existia posições bem distintas sobre o assunto: “Todo mundo quer defender a natureza. Há quem se preocupa com as conseqüências negativas para com a humanidade, há quem se preocupa com o desenvolvimento do país, há quem quer deixar os índios primitivos, quem quer marginalizá-los ainda mais” (JPX, Abril/1989). A igreja não relaciona nomes com as opiniões, apresenta-se apenas como enunciador de um discurso de muitas vozes em um campo discursivo que reúne desde alianças estratégicas a antagonismos exacerbados. A atitude da Igreja buscou não criar atrito dentro das próprias comunidades onde essas diferentes posições também existiam.

O evento dos povos indígenas do Xingu deixou também outros resultados no movimento social da região, como a criação da Comissão Regional dos Atingidos pelo

Complexo do Xingu (CRACOHX). A comissão foi criada em 18 de fevereiro de 1989 por ocasião do I Encontro estadual dos Atingidos por Barragens, realizado na cidade de Altamira. Mesmo sendo ligada ao Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), na região atuava em parceria com o MPST, o STR Altamira e a Igreja Católica. De acordo com os documentos pesquisados, a CRACOHX foi criada com o objetivo de organizar a resistência das populações ao complexo hidrelétrico do Xingu. “Nasceu a CRACOHX, que o Neto (Ariston Portugal) foi líder durante vários anos”. As palavras de Domingos de Moraes também revelam que os sindicalistas da Transamazônica ao criar uma organização de caráter mais ambiental fizeram isso a seu modo: Liderada por Neto, um dos agricultores fundadores do MPST, a Comissão atuava independente do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e tinha os agricultores como seus principais interlocutores.

A atuação da CRACOHX estava mais voltada para a região onde viviam as populações²⁷ diretamente ameaçadas pelo complexo. Além dessas atuava também junto a outros grupos de ribeirinhos do Xingu e moradores das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e populações indígenas da região de Altamira. A ação mais importante da comissão estava voltada para a organização dessas populações antes do término do estudo da obra. Foi a CRACOHX que liderou a participação do movimento social regional na ECO92. A comissão avaliava que era importante participar, pois nesse período, outras organizações estariam no Rio de Janeiro e assim era possível conhecer a experiência de outros grupos que atuavam na defesa dos povos atingidos por barragem, bem como tomar conhecimento das decisões da conferência, pois elas iriam atingir a região da Transamazônica e Xingu.

A CRACOHX estava estruturada em uma diretoria formada por seis membros e mais um representante de cada uma das cinco zonais²⁸ com o papel de coordenar as atividades durante o ano. De acordo com o grupo, mesmo estando “tudo parado” em relação ao início da obra, era preciso manter um trabalho sistemático no sentido de manter os moradores mobilizados e informados da real situação do projeto. A comissão avaliava que assim que a crise financeira passasse o governo voltaria a retomar o Complexo Hidrelétrico do Xingu.

²⁷ As populações identificadas pela Comissão eram os moradores da área indígena do Paquissamba, além de toda população ribeirinha e parte da cidade Altamira e povoados. No cálculo da CRACOHX, 40 mil pessoas seriam diretamente atingidas pela primeira hidrelétrica do complexo.

²⁸ As zonais eram as comunidades no entorno da Volta grande do Xingu que seriam atingidas diretamente pelo complexo hidrelétrico.

Outras preocupações de ordem social e ambiental também vieram à tona nesse período: o STR de Medicilândia denunciou a poluição de igarapés pelos dejetos da usina do PACAL, jogados na água sem nenhum tratamento. Novas organizações também foram criadas. Dentre elas, a colônia de pescadores em Senador José Porfírio para combater a depredação dos recursos naturais no Baixo Xingu. Havia uma preocupação com o futuro das famílias que viviam do extrativismo no Baixo Xingu, ameaçadas pela depredação dos recursos naturais. Em Senador José Porfírio, por exemplo, está localizado o maior viveiro de tartarugas da região, animal que poderá ser extinto pela ação predatória dos barcos geleira e a movimentação da construção da barragem do Xingu.

No início de 1990, com o fechamento dos garimpos da região de Itaituba, centenas de homens saíram à procura de trabalho pela rodovia e muitos ficaram na região trabalhando de peões no corte da cana no projeto PACAL, nas roças de cacau e nas fazendas de gado. Essa realidade levou muitas famílias a ocuparem terras fora do perímetro da colonização para garantirem sua sobrevivência. Nessa busca a terra indígena Arara a margem da rodovia, foi uma das primeiras a ser ocupada. O depoimento de Sidevaldo, um agricultor que chegou a rodovia com a migração espontânea, relata a situação que existia:

Lembro que eu encontrei a maioria dos lotes da faixa que já haviam sido distribuídos pelo INCRA, abandonados, e eu não podia comprar esses lotes porque a maioria tinha problemas, então nós perguntamos: *onde é que tem terra devoluta?* Responderam-nos: - *Tem do outro lado do rio, se você não tiver medo de índio.* Então eu atravessei o rio, rocei uma terra por minha conta e me aposséi dela por minha própria conta, isso em 1975 (Sidevaldo, Altamira – 2005).

Nesse mesmo ano em uma ação do Governo Federal, mais de 400 famílias foram despejadas pela Polícia Federal da terra indígena Arara I que compreendia os municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. Em protesto os posseiros bloquearam a rodovia, exigindo uma outra área. Essa reivindicação não foi atendida e várias famílias acabaram ocupando terras da União, em áreas muito distantes da rodovia e completamente isoladas. Entretanto, a invasão no território indígena Arara aumentou com o passar do tempo, especialmente pelo fato da área da Cachoeira Seca ainda não ter sido demarcada. O Bispo do Xingu, no seu cargo de presidente do CIMI manifestava sua frustração com a política indigenista que estava sendo executada pelo governo Sarney. Nessa época o CIMI

argumentou em um longo documento que o projeto Calha Norte a ser implantado pelo governo iria atingir as populações indígenas da Amazônia e os impactos disso seriam desastrosos para esses povos. Mas, segundo declaração do Bispo Krautler aos jornais, as conversas com os ministros não passavam de monólogos. Sobre a demarcação das terras indígenas nas áreas de fronteira o governo estava irredutível e definiu que a partir de 150 km de largura a partir da linha de fronteira do Oiapoque ao Chuí não seria demarcada nenhuma terra indígena, pois essa zona era estratégica e não podia tornar-se vulnerável já que os índios eram poucos e não iriam garantir as exigências de Segurança Nacional. Erwin Krautler definiu essa situação como um:

Diabólico círculo vicioso: primeiro não se demarcam as áreas indígenas, porque estão na faixa de fronteira; a não demarcação escancara as portas das terras à invasão; finalmente, não se demarca porque não há com assentar os invasores. A atitude do governo acaba sendo um escancarado incentivo à invasão das terras indígenas. Talvez nem seja desproposital: quem sabe na ótica governamental, este seja um meio para garantir uma maior presença brasileira nas fronteiras (O Liberal, 01/02/1987).

Os índios eram considerados como prioridades pela Igreja Católica que atuava em uma região onde existia, na época, 18 aldeias indígenas de três troncos linguísticos diferentes (macro-jê tupi e karib) com 5 línguas faladas por um total de 3.000 pessoas, sem contar ainda os mais de 1.000 índios que não viviam mais em tribos (juruna, kuruaia e xipaia). O trabalho missionário nas aldeias²⁹ aproximou fortemente as populações indígenas da igreja católica; na III Assembléia da Prelazia, 20 índios estavam presentes representando 05 povos diferentes. Na assembléia a questão ecológica permeou todos os debates. Os problemas ambientais existentes e seus impactos na vida das pessoas foram amplamente discutidos. No final do evento, todos os presentes assumiram o compromisso de realizar ações de preservação ambiental.

²⁹ A igreja também ajudou a construir escolas, farmácias nas aldeias, o que criou laços de confiança entre os índios e os missionários, já que a presença da FUNAI nessas áreas deixava muito a desejar frente às necessidades das populações indígenas.

7 A TRAJETÓRIA DO DISCURSO SOCIOAMBIENTAL NA TRANSAMAZÔNICA E O SURGIMENTO DO MPST

Em meio a esse cenário diversificado surgiu então o MPST. Uma proposta de organização regional, liderada pelos agricultores familiares com a pretensão de buscar novos rumos para o projeto de Colonização da Transamazônica.

O advento do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica – MPST representa um marco inquestionável da história da Transamazônica, e, talvez, da história da agricultura familiar do Pará. Foi um “fato histórico” e toda reflexão sobre seu passado, seu presente, e, acredito, sobre seu futuro, tem que ser amarrado a essa dimensão histórica (HÉBETTE, 1994).

A criação do MPST resultou de um intenso processo de debates regionais promovidos pela Oposição Sindical com o apoio da CSLU: em julho de 1987 aconteceu o primeiro Encontro Regional em Medicilândia, com representantes dos movimentos sociais dos trechos das Rodovias Transamazônica e da Santarém-Cuiabá. O objetivo era o de encontrar saída através da regionalização das reivindicações e da formulação de propostas para a recuperação do projeto de colonização. Para isso era necessário fundamentar o discurso com dados da realidade. Decidiu-se começar tudo por um amplo levantamento que apresentasse indicadores da situação da população na região.

Esse levantamento foi realizado pelos sindicatos e pelas pastorais católicas, revelando a gravidade dos problemas. A esta altura, as organizações rurais já estavam unidas aos professores. Alguns fatores foram decisivos nessa união: os professores eram a categoria organizada mais expressiva na região e com forte tradição de reivindicações sociais na capital do Estado; a educação era um tema prioritário na pauta de reivindicação do MPST. A Igreja Católica contribuiu nessa aproximação, pois tinha forte influência sobre a formação dos professores realizadas em seus colégios, seminários e conventos. O centro de formação dos Irmãos Lassalistas, em Uruará, por exemplo, era praticamente um dos únicos centros de formação para o Magistério na região nesse período. A participação dos educadores na pesquisa foi importante. As informações coletadas revelaram um quadro social alarmante:

- Apenas 09 médicos na região para uma população de 500 mil habitantes, numa extensão de 1000 km ao longo da BR 230;
- Mais de 70% da população adulta não alfabetizada ou semi-alfabetizada;
- 2.840 km de estradas vicinais habitadas, sem qualquer conservação;
- Nenhum município dispunha de energia elétrica (exceto Altamira, precariamente);

- Pessoas em condições sub-humanas no fundo das vicinais por falta de assistência médica e transporte (Pesquisa das Organizações Populares da Transamazônica, 1988).

Os resultados da pesquisa forneceram base para a definição de linhas de ação, possibilitando o surgimento das primeiras propostas a serem conduzidas pelo movimento sindical em sua versão regional. Permitiu ainda a realização de uma crítica global e fundamentada na esfera regional sobre a situação de abandono da Transamazônica, resultando na formulação mais exata do que se pretendia com a organização regional do movimento sindical.

Nessa mesma época se ensaiava na região a criação de mais dois municípios (Vitória do Xingu e Brasil Novo) sendo que os recém-criados estavam numa situação crítica; segundo o relatório, os elevados gastos com obras eleitoreiras deixavam as gestões municipais inadimplentes com a população, o que aliado ao isolamento causado pelas fortes chuvas, provocavam até o fechamento das prefeituras. A tentativa de retomada do crescimento da Transamazônica com as emancipações das vilas não deu certo, bem como a iniciativa dos prefeitos de recuperar a rodovia a partir de uma campanha de arrecadação de fundos junto aos empresários da região, denominada “SOS Transamazônica”. Os custos de manutenção eram altos e a campanha não recebeu apoio significativo da população. Além disso, as chuvas constantes destruíam o pouco trabalho realizado. Como ponto positivo da época foi citado pelas lideranças, o resultado eleitoral conseguido pela união dos partidos de esquerda no Pará.

A estratégia tirada pelas lideranças, com base nos resultados do levantamento, foi de mobilização nas comunidades de base, atos públicos e debates em todos os municípios, denunciando o abandono e convidando para a mobilização regional, envolvendo diferentes setores da sociedade civil. De acordo com o dossiê histórico encontrado nos arquivos da FVPP em Altamira, o MPST surgiu oficialmente em um encontro regional, ocorrido nos dias 23 a 25 de junho de 1989, na Linha Gaúcha³⁰, cidade de Rurópolis. No encontro estavam presentes sindicalistas, professores, movimentos populares, religiosos da Igreja Católica e associações de toda região. Lideranças de outros Estados, ligados a CUT, a Igreja Católica e o MST. Dentre esses Holf Hackbart, atual Presidente Nacional do INCRA. Durante o evento os participantes discutiram a situação social, política e econômica da região e decidiram que uma

³⁰ A linha Gaúcha ficou assim conhecida por ser um travessão onde a comunidade, conhecida como Flor da Selva, distante 15 km da cidade de Rurópolis, a margem da rodovia, no sentido ATM-ITB, foi basicamente formada por migrantes gaúchos. Essa comunidade foi organizada pela família de Celito Dalabrida.

das iniciativas para mudar esse cenário seria a criação de uma organização regional que representasse a opinião dessa parcela da sociedade sobre a situação do projeto de colonização, conforme descrito no relatório do evento: “Descobrimos que era preciso sobreviver na Transamazônica, unificar a luta e partir para uma mobilização geral para forçar as autoridades a retomar o projeto de colonização” (MPST, 1991, p. 29).

Na avaliação das lideranças, esse nome (MPST) carregava um apelo autêntico e identificado com os anseios da população e potencializava a mobilização das amplas camadas insatisfeitas com o abandono (Monteiro, 1996).

O encontro da linha gaúcha deliberou ainda que todas as comunidades Eclesiais de Base da região seriam visitadas e atos públicos seriam realizados nos municípios de Uruará, Rurópolis e Itaituba, com o objetivo de aprovar as reivindicações comuns entre esses municípios. Nesse período o movimento criou um informativo chamado “Transmigrante” com o propósito de manter informadas as organizações que partilhavam da estratégia regional de mobilização. O referido informativo era produzido pelo Centro de Apoio aos Movimentos Populares e Organizações Sociais (CAMPOS)³¹, cuja sede ficava em Santarém. A função do CAMPOS era produzir informativos, divulgar as ações do movimento, fazer os registros e manter uma interlocução com as organizações locais. Dada a precariedade do sistema de comunicação da época, os informativos eram transportados pelos ônibus e distribuídos pelas lideranças dos sindicatos e das respectivas delegacias, professores e pelos padres e freiras que visitavam com frequência as comunidades no meio rural.

Com a frase: “é hora de levantar-se! Desse verão não pode passar”. O MPST apresentou à população da região, em setembro de 1989, o primeiro número do informativo Transmigrante e justificava sua estratégia de retomar o projeto de colonização esclarecendo que, após o golpe de 1964, os militares comprometidos com o capitalismo internacional resolveram implantar na região amazônica o projeto de colonização das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. Com a vinda de trabalhadores do sul e nordeste para a Amazônia, o governo pretendia com isso dar abertura a grandes fazendas, hidrelétricas, mineradoras, além de criar mão-de-obra barata, fazendo dos trabalhadores migrantes testas-de-ferro para grandes projetos. Após 19 anos os migrantes estavam abandonados pelo governo, as rodovias deterioradas viviam períodos intercalados de poeira e lama, causando

³¹ Com a saída FASE de Santarém, em 1983, o CAMPOS foi a nova organização criada para apoiar a difusão e formação junto aos movimentos sociais ligados organicamente a CUT e a CPT. A FASE também deixou para a nova organização toda sua estrutura de comunicação. Dentre as lideranças que fundaram o CAMPOS estão Ranulfo, Raimunda Monteiro, Pedro Peloso, Graça Lima e Antonio Vieira.

acidentes e o isolamento das pessoas. Existiam milhares de quilômetros de vicinais necessitando ser recuperadas e outros milhares necessitando ser construídos, o transporte coletivo que interligava os municípios era bastante precário. De acordo com o informativo mais de 66 mil crianças em idade escolar estavam fora da escola e o analfabetismo atingia mais de 30% da população adulta.

Os atos públicos realizados nos municípios contaram com a participação de representantes da CUT, deputados federais, vereadores e lideranças de outras organizações. O deputado estadual pelo PT do Rio Grande do Sul, Adão Preto³², fundador do Movimento dos Sem Terra, participou da rodada de eventos públicos discursando em apoio à iniciativa de criação do MPST. No ato público de Altamira fez a seguinte declaração:

Tanto aqui como no Sul, existem duas realidades: a de uma maioria que trabalha e gera riquezas e a de uma minoria privilegiada que as gasta. Existem quatro medidas urgentes a se fazer: distribuir a terra para quem trabalha nela, suspender o pagamento da dívida externa (...) limitar os salários e por os ladrões na cadeia (Adão Preto, 1988).

Após os atos públicos uma comissão de seis sindicalistas seguiu para Belém e Brasília, levando um documento com as reivindicações encaminhadas pelos eventos públicos, para serem entregues ao governo. Além da entrega do documento a comissão visitaria as emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas da capital federal para denunciar o abandono da Transamazônica e falar das reivindicações:

A comissão pretende deixar claro às autoridades que se caso não atenderem às suas exigências, o povo da região, está disposto a bloquear as rodovias, até que suas reivindicações sejam atendidas, mostrando ao país e ao exterior, a situação de abandono em que se encontra este projeto de colonização (TRANSMIGRANTE, 1989, p. 06).

A influência do discurso de preservação da Amazônia amplamente difundido no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e as denúncias da Prelazia do Xingu sensibilizaram o alto clero da Igreja Católica na Amazônia. Em fevereiro de 1990, a CNBB (Regional norte I e II da Amazônia), reunida em Belém fez um manifesto em defesa da vida da Amazônia. Essa carta foi distribuída a todas as CEB, demonstrando a posição da Igreja Católica da Amazônia em relação aos problemas ambientais que vinham ocorrendo, conclamando a todas as igrejas para que incorporasse em sua ação pastoral uma programação constante de conscientização das pessoas da importância da preservação dos recursos naturais, levando-os a se posicionarem contra os projetos que, em nome do progresso, trazem destruição, miséria e morte, argumentavam que a “sangria” da Amazônia já havia chegado ao extremo e a criação

³² A chegada do deputado gaúcho Adão Preto na Transamazônica se deu através da amizade que este possuía com a família de Avelino Ganzer quando estes ainda moravam no Rio Grande do Sul.

de Deus gemia no estertor de morte. As conseqüências seriam catastróficas para todo o ecossistema e ultrapassavam, sem dúvida, as fronteiras do Brasil e do continente. A Amazônia, em ritmo acelerado, iria tornar-se estepe.

Diante desse cenário, uma ação mais efetiva da Igreja Católica do Xingu, na preservação dos recursos naturais, estava em curso. Começando pela divulgação nas CEB da importância da Ecologia. Foi encaminhado um levantamento sobre a situação da madeira, garimpo, pesca, rios, índios, queimadas, barragens, extração de palmito, grandes projetos, que medidas estavam sendo tomadas e qual reação da população diante delas. Cada área pastoral deveria suscitar debates que provocassem a informação e conscientização, para isso foram elaborados textos sobre Ecologia para subsidiar os debates. Em um desses textos a Igreja do Xingu argumentava que “todo processo de transformação social resultará ilusório e vão se não intervir uma verdadeira conversão das mentes, das vontades e dos corações” (*Prelazia do Xingu, 1990: 03*). Além disso, onde fosse possível, dever-se-ia trabalhar campanhas de arborização nas escolas e agrovilas e realizar teatros com os jovens sobre as questões ambientais. Em resumo, criar nas pessoas uma consciência sensível a Ecologia. Cada paróquia deveria constituir uma Equipe de Assuntos Ecológicos com a função de observar os problemas, fiscalizar, denunciar e animar as iniciativas nessa direção em sua área de pastoral. Também foram distribuídas nas paróquias cartilhas feitas pela diocese de Santarém que falavam da poluição das águas pelo mercúrio dos garimpos do rio Tapajós. O objetivo era realizar debates com professores, funcionários públicos, lideranças sindicais e comunitárias alertando para os riscos que o mercúrio poderia trazer também para o Xingu e seus afluentes.

Temos que assumir urgentes propostas sobre educação ambiental popular, que levará nós e o povo a sentir a necessidade de reclamar diante o poder judiciário para que a terrível violência contra o meio-ambiente cesse. Tem que ser o caminho prioritário das nossas reflexões pastorais, catequese e das nossas organizações (CP, 1990, p. 03).

O trabalho da Equipe de Assuntos Ecológicos, na avaliação dos membros do Conselho de Pastoral, não funcionou muito bem, nem todas as paróquias conseguiram constituir a equipe. Mas nos relatórios dos levantamentos realizados, o Anapú, por exemplo, trouxe importantes informações de sua região: existiam apenas duas serrarias no município, os desmatamentos de grandes áreas destinadas às pastagens estavam reduzidos, isso também significava redução de mão-de-obra nas fazendas. O relatório destacava ainda que a população local vivia alheia as questões ecológicas, apenas uns poucos enxergavam os problemas e começavam, por exemplo, a mudar sua maneira de trabalhar a terra fazendo roça em capoeiras e não mais derrubando a mata. Como proposta a equipe sugeriu a produção de

uma cartilha para trabalhar com as crianças na catequese e nas escolas, dando ênfase aos estudos bíblicos relacionados com as questões ambientais, realizar estudos ecológicos com fundamentação teológica com o intuito de criar nas pessoas uma espiritualidade sobre a natureza. Outra proposta era ter a assessoria permanente de um agrônomo que orientasse os agricultores sobre novas formas de cultivar a terra.

No dia 25 de agosto de 1990 a Transamazônica completava 20 anos e o movimento social dos agricultores realizava seu primeiro debate público regional, tratava-se do seminário: “O Futuro do Projeto de Colonização – Transamazônica 20 anos depois”. Na ocasião foi apresentada a Carta da Transamazônica que resumia as propostas para o desenvolvimento da região, proposições essas que foram aprimoradas em um grande acampamento no ano seguinte. O debate já fazia parte da estratégia amadurecida durante dois anos e expressava o consenso em torno da retomada do projeto de colonização tendo o fortalecimento da agricultura familiar e o investimento na infra-estrutura da região como foco.

O seminário contou com a participação de aproximadamente 1500 pessoas vindas das CEB de todos os municípios do Oeste Paraense, categorias profissionais, grupos de jovens, estudantes e mulheres, autoridades municipais, estaduais e federais ligadas à saúde, educação, agricultura, energia, transporte, infra-estrutura de forma geral, de órgãos financiadores, de políticos da região, de lideranças nacionais assim como Jair Meneguelli, Presidente Nacional da CUT, e José Rainha, coordenador do MST.

As discussões resultaram em indicações de políticas públicas para vários setores, apresentando-se como reivindicação aos governos federal, estadual e municipal. Conforme definido pelo Jornal do MPST da época, a estratégia era forçar as prefeituras e demais órgãos públicos a assumirem a parte que lhes cabia na realização das obras, bem como divulgar e ampliar as propostas.

Apesar da interlocução com o governo iniciada pela organização regional que surgia, algumas questões continuavam sem a menor possibilidade de solução, dentre essas a demarcação da terra indígena Arara, conhecida como Cachoeira Seca, no município de Uruará, não aconteceu. Isso motivou novas ocupações transformando a área em um palco de conflitos constantes entre os órgãos do governo; FUNAI, INCRA e os agricultores que moram na área, vários desses assentados pelo próprio INCRA. Em maio de 1991 quando uma ação de retirada destes da área estava em curso, os agricultores mobilizaram-se contra a portaria da

FUNAI, fizeram uma manifestação bloqueando a rodovia e receberam apoio de vários lados. A atitude da FUNAI de retirar as famílias agricultoras com base nas definições do laudo antropológico por ela realizado não teve apoio nem mesmo dentro de setores do governo. Alguns políticos de diferentes partidos criticavam abertamente a atitude da FUNAI e estavam solidários aos agricultores conforme demonstrado nos inflamados discursos dos deputados Wandenkolk Gonçalves e Valdir Ganzer durante a manifestação.

Se for preciso partir para a guerra, guerra essa entendida no bom sentido, sob a ótica da lei; mas se for preciso apelar para a força bruta, eu estarei com os meus dois braços ajudando a defender as pessoas que aqui moram (Wandenkolk – A Província, 28/05/91).

Nós entendemos o ponto de vista da FUNAI, que deseja preservar a área indígena, mas entendemos também que os colonos não poderão ser prejudicados (Ganzer - A Província, 28/05/91).

O coordenador do INCRA no Pará, Asdrúbal Bentes, também esteve presente na manifestação e apoiou os agricultores manifestando sua contrariedade as decisões da FUNAI:

É nossa função no INCRA preservar a nossa clientela, aquela por quem nós somos responsáveis. Respeitamos o ponto de vista da FUNAI (...) ela está no direito de proteger os interesses dos índios. Mas o direito de um começa onde termina o direito do outro (Bentes - A Província, 28/05/91).

O prefeito de Uruará, Antonio Lazarini, também apoiou a manifestação dos agricultores e cobrou providências do governo para solucionar a questão:

Vou estar vigilante e peço ao deputado Valdir Ganzer para ficar do nosso lado. Que esqueça a questão partidária e que se lembre dos interesses desses homens que estão sendo ameaçados de expulsão. O nosso povo é pacífico, não é desordeiro, não é violento, porque violência pratica os que estão contra a nossa gente (A Província, 28/05/91).

O apoio dos políticos, das organizações locais, da prefeitura e de dirigentes de órgãos federais à manifestação dos agricultores não torna homogêneo o discurso sobre a demarcação da reserva. Em seus relevos percebemos o preconceito contra as populações indígenas, a retórica vazia com o propósito de angariar a simpatia do eleitorado. Vich e Zavala (2004) definem a oralidade não apenas como um texto, mas também como uma “performance”, e comentam que ao estudá-la devemos fazer referência a um determinado tipo de interação social. Os discursos orais têm significado não só pelas imagens que contem, mas também pelo modo em que é produzido, pelas circunstâncias que o envolvem e pelo público ao qual se dirige. Todo cenário da manifestação é entrecortado pelo som das vozes subalternas dos agricultores que trazem a tona suas insatisfações com o abandono do projeto de colonização tendo o INCRA como um dos responsáveis pela situação atual. De acordo com Bourdieu (1989) O discurso regionalista, aqui exemplificado na fala dramática das autoridades, é um

discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima que a ignora. Nessa busca pela legalização de sua posse na Cachoeira Seca, os agricultores ignoraram que o território já estava ocupado pelos índios e, portanto com uma definição reconhecida e legítima. O discurso do superintendente do INCRA soa mais como uma defesa de sua atitude arbitrária ao assentar famílias de agricultores dentro da reserva indígena, do que uma preocupação com o futuro de seus “clientes”. O INCRA ao fazer o assentamento oficializou a ocupação fortalecendo o conflito e o preconceito contra as populações indígenas. Nessa direção está o discurso performático do deputado Wandenkolk Gonçalves, ao defender os agricultores: “estarei com os meus dois braços ajudando a defender as pessoas que aqui moram”, além de retórico é preconceituoso já que no seu conceito de “pessoa”, os índios não estavam incluídos.

Ao fazer a defesa dos agricultores, Ganzer também enfatiza a crítica a FUNAI, como se esta estivesse reivindicando o território para si e não para os índios. O silêncio das populações indígenas manifestados em todos os discursos, e a defesa de que os agricultores não deveriam sair da área, deixa claro que todos partilhavam da visão de que a terra não tinha dono quando foi ocupada e que era a FUNAI que estava impedindo os agricultores de trabalharem. Como resultado disso a demarcação foi suspensa e o conflito continuou na terra indígena.

De acordo com o relatório anual da CPT de 1991, as medidas econômicas decretadas pelo Governo Federal em março do ano anterior afetaram drasticamente a população desta região, de maneira que duplicaram os problemas sociais. Nas cidades, o aumento da população que chegava em busca de trabalho fez aumentar o número de desempregados; os serviços de saúde pública eram insuficientes; o saneamento básico era inadequado; havia um aumento das doenças endêmicas e do número de analfabetos (só em Altamira havia 7.500 crianças em idade escolar que estavam fora da escola).

No campo ainda restava a esperança da boa produção, porém na incerteza da comercialização. A difícil sobrevivência e reprodução dos agricultores colocavam em risco sua permanência no campo. Era visível o empobrecimento coletivo dos agricultores. As grandes distâncias das vicinais em condições precárias eram percorridas apenas por animais, muitos igarapés sem ponte isolavam as famílias. O preço das culturas de exportação e anuais

caiu e levou os agricultores ao desânimo. Sem contar que mesmo havendo preço era quase impossível escoar, pois não havia estradas.

O seminário dos 20 anos ficou conhecido como a reação dos agricultores abandonados na Transamazônica, deu visibilidade pública ao MPST e aos problemas da Transamazônica. As lideranças avaliaram que era preciso ir além das denúncias e o segundo debate público, realizado no período de 31 de maio a 06 de junho de 1991 tinha como pauta principal a construção do Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT), com a participação de um grande número de organizações da área rural e urbana. O evento objetivava desencadear também, um ciclo de denúncias para formar opinião fora da região, em relação ao abandono da Transamazônica, produzindo repercussão na imprensa nacional e estadual. Desta vez, cerca de 2 mil pessoas passaram uma semana em Altamira debatendo a proposta de desenvolvimento regional apresentada pelo MPST e negociando com as autoridades enviadas por segmentos do governo estadual e federal. Não era a primeira vez que o movimento social da região dialogava com os órgãos públicos, mas era a primeira vez que estes eram convocados pelas organizações de agricultores com uma pauta previamente estabelecida. Os prefeitos e vereadores da região se uniram ao movimento, enfatizando as suas reivindicações e somando-se em torno da identidade de personagens de um projeto de colonização abandonado pelas autoridades.

O documento registra ainda que na opinião dos agricultores, a destruição das florestas era patrocinada pelo governo ao investir nas grandes madeireiras e fazendas e que a pequena produção necessitava de investimentos para garantir um melhor uso de sua propriedade, pautado na diversificação da produção e no melhor aproveitamento dos recursos naturais que se perdiam por ocasião do preparo das roças de corte e queima:

Podemos viver na Transamazônica6(m)aae t4(m)5.2(i)-.6(ve)6.odem6(m-4.7(m)5nvesura9(t4(m)5.ode

no subprojeto iniciativas de conscientização quanto ao desmatamento, queimadas, pesca predatória e a importância do zoneamento agroecológico das propriedades. A proposta incluía ainda que os lotes de 100 ha fossem isentos das taxas de averbações junto ao IBAMA ou qualquer outro tipo de imposto para o governo e ainda, que o órgão de fiscalização ambiental considerasse os plantios de cacau e seringa como reflorestamento e que a pequena produção pudesse adquirir motosserra para suas propriedades, mediante credencial de agricultor familiar emitida pelos STR. Como proposta para recuperar as áreas degradadas, o documento previa a construção, pela Secretaria de Agricultura do Estado (SAGRI), de campos de produção de mudas e sementes florestais em cada município.

A proposta passava ainda pelo fortalecimento da SAGRI, implantação de secretarias municipais de agricultura, conselhos municipais de agricultura, elaboração de planos diretores para cada município, comercialização dos produtos agrícolas da pequena produção garantida pelo governo, doação para as cooperativas dos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que existiam nos municípios e estavam fechados e abandonados desde meados da década de 80, implantação de linhas de financiamento de caráter agroambiental e que no mínimo 10% do orçamento municipal fosse destinado para a agricultura.

Quanto às propostas na área fundiária, as prioridades destacadas diziam respeito à documentação dos lotes, demarcação das reservas indígenas, conclusão dos assentamentos e criação de outros de caráter extrativista e, principalmente, que o STR tenha conhecimento dos títulos definitivos existentes em cada município e acompanhe o trabalho do INCRA e ITERPA.

Uma das proposições do documento considerada de maior relevância para os envolvidos, dizia respeito às estradas (rodovia e vicinais). O documento previa a recuperação total da rodovia Transamazônica, com previsão de iniciar o asfaltamento, no máximo, até 1996. Além de recuperação e construção de aproximadamente 5 mil km de estradas vicinais.

Na parte que tratou de produção e distribuição de energia para a região, o documento apresentou uma posição contrária à construção do complexo hidrelétrico no Xingu e reivindicava que até o ano de 1992 a energia elétrica da usina de Tucuruí beneficiasse as populações rurais e urbanas da Transamazônica. As razões para a posição contrária à construção do complexo hidrelétrico no Xingu estavam relacionadas ao fato de que a

construção de hidrelétricas no Brasil sempre foi objeto de segredo governamental, aos graves danos ambientais aos ecossistemas e às populações indígenas provocados pelo empreendimento. Os sindicalistas avaliavam que o complexo viria acompanhado de grandes projetos que em nada beneficiariam a população da região e que o governo estaria a esconder quem de fato se beneficiaria com a construção da hidrelétrica. Como exemplo que fundamentava essa desconfiança estava o fato da energia gerada por Tucuruí beneficiar generosamente as empresas ALUMAR e a ALBRAS.

O documento também demonstrava que o movimento estava de alguma maneira, informado sobre o debate internacional relacionado aos impactos dos grandes projetos econômicos na Amazônia: “Não é para menos. Atualmente o mundo inteiro discute a questão energética a partir das experiências práticas de projetos hidrelétricos do Brasil e principalmente na Amazônia.” (I PGDT, 1991: 05). Além disso, sugeria que fossem incentivadas alternativas, tais como o biogás, energia solar, gás natural e outras formas que não causasse tantos impactos no meio ambiente e na vida das populações.

É perceptível que o surgimento do MPST gerou uma independência das organizações de agricultores da Igreja Católica. O distanciamento das lideranças das atividades religiosas não era visto com bons olhos pelo clero. Na reunião do Conselho Pastoral de Abril de 1991, o agricultor Alexandre Lunelli³³ apresentou formalmente o MPST aos conselheiros da Prelazia do Xingu:

É um movimento regional, do Pacajá até Itaituba. Ligado às propostas da CUT, organizado pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e trabalhadores em educação. É uma tentativa de envolver na luta todos os movimentos populares e a opinião pública. Está previsto uma maratona de atos públicos que se encerrará com um grande encontro em Altamira. É uma tentativa de chamar a atenção da opinião pública nacional repassando informações sobre a situação da Transamazônica e de seu povo. Não é um movimento fechado, é ecumênico e aberto a todos aqueles que querem sobreviver nessa região (PRELAZIA DO XINGU, 1991 p. 24).

Após a apresentação de Alexandre, duras críticas foram feitas à coordenação do MPST, dentre essas a de negligenciar a participação de outros atores nessa construção, transformando a direção em uma cúpula fechada. A igreja não estava contente com os rumos políticos traçados pelo MPST e a independência que este passou a ter da Igreja Católica, mas definiu que deveria apostar nessa organização, pois avaliava que embora o movimento tivesse

³³ Lunelli era coordenador regional de catequese, oriundo de família católica sulista, morava no Brasil Novo. Dada a sua dedicação as atividades da Igreja Católica, era bastante considerado pelo clero.

problemas na sua condução autoritária e resumida aos agricultores³⁴, levantava as mesmas bandeiras defendidas pela Igreja no tocante a qualidade de vida das populações.

No relatório de avaliação das prioridades para o trabalho das CEB, do quadriênio 1987/1991, elaborado pela CPT e o movimento sindical, além da questão indígena de Uruará, foi destacado que o desmatamento desordenado causado pelas madeiras, a garimpagem sem nenhuma preocupação ecológica, a presença arrasadora das geleiras nos rios, a devastação dos açaiçais, a grilagem incontida de terras públicas que contava com a participação da polícia, omissão da justiça e a cumplicidade dos poderes públicos faziam parte do cenário regional que precisava ser revertido. A Igreja do Xingu fez então um apelo às CEB para assumir propostas urgentes de educação ambiental popular, que levasse o povo a sentir a necessidade de reclamar diante do poder judiciário providências para todas as violências que estavam sendo cometidas contra o meio ambiente. Citava como iniciativa positiva o trabalho de grupos não governamentais, a exemplo das resex no Acre, que junto ao Banco Mundial estavam construindo projetos dirigidos aos pequenos agricultores com o intuito de recuperar as áreas já desmatadas. Na avaliação dos religiosos Os donos das terras atualmente só conseguiam sobreviver cortando mais e mais árvores a cada ano. Afirmava que a recuperação destas terras era possível com métodos de agricultura regenerativa com um manejo orgânico do solo e sem uso de agrotóxicos.

Nessa fase a influência das organizações de agricultores existentes, especialmente os STR, fez deslocar o foco das preocupações ambientais centradas nas catástrofes do ecossistema, ocasionado pelos impactos dos grandes projetos, para a realidade da agricultura que estava abandonada e sobre ela pesava parte da culpa pela destruição dos recursos naturais. Os STR ponderavam junto a Igreja Católica que era preciso construir iniciativas que melhorassem a qualidade de vida dos agricultores e apresentassem mudanças nas formas de produção. Apenas reproduzir a crítica do movimento ambientalista internacional, não seria suficiente para achar saída. No Conselho de Pastoral de abril de 1991, a missionária Dorothy Stang, responsável na Prelazia por animar o debate sobre Ecologia, declarou que a igreja precisava refletir sobre sua atuação nesse campo, pois a população estava revoltada com a propaganda sensacionalista sobre os problemas ecológicos sem levar em conta a dimensão humana. A fala de Dorothy estava relacionada à ação do movimento ambientalista que ajudou

³⁴ Embora tendo sido criado com essa perspectiva, o MPST não conseguiu por exemplo, incluir a participação das populações indígenas em suas organizações. Isso frustrava a Igreja Católica que almejou a construção de um movimento social que reunisse todas as populações marginalizadas existentes na região.

a organizar o Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ignorando a demanda da agricultura familiar do debate sobre o desenvolvimento regional.

O caráter abrangente das reivindicações do MPST, bem como os diferentes grupos por ele articulados no acampamento realizado em Altamira no período de 31 de maio a 06 de junho de 1991, também foi comentado pela imprensa, proporcionando a visibilidade almejada pelas lideranças do movimento:

No acampamento [...] os trabalhadores pretendem discutir, com autoridades municipais, estaduais e federais, questões relativas à saúde, educação, crédito agrícola, meio ambiente, urbanização, infra-estrutura e energia. Organizado desde 1986, o Movimento conta hoje com o apoio das prefeituras da região, clubes de diretores lojistas, associações comerciais e partidos políticos (O LIBERAL, 28/05/1991).

Também não passou despercebido pelos jornais que a junção de grupos com diferentes estratégias políticas e econômicas guardava situações conflitantes:

Embora exista uma unidade nessa luta, há divergências quase intransponíveis entre os que integram o movimento. Os colonos, por exemplo, atingidos pelo Complexo hidrelétrico do Xingu, são contra a usina. Já os comerciantes e fazendeiros defendem tanto a construção da hidrelétrica quanto o asfaltamento da Transamazônica (DIÁRIO DO PARÁ, 02/06/1991).

Em sua conclusão o 1º PGDT enfatiza a necessidade de se construir iniciativas que tenham como meta o equilíbrio entre o modelo de desenvolvimento e a natureza, pois somente com a implantação de um projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica, seria possível permanecer e desenvolver aqui uma nova forma de vida onde o povo e a natureza pudessem viver em harmonia.

As manifestações públicas MPST surtiram efeito e a região recebeu vários recursos públicos. Respalhado pelas conquistas econômicas obtidas com as grandes mobilizações, As organizações dos agricultores passou a apostar firmemente nos seus próprios candidatos para as eleições de 1992. As eleições municipais eram também objeto de preocupação da Igreja Católica. Em uma de suas várias cartas dirigidas às CEB o padre Alírio Bervian conclamava a mudança:

Vemos surgir uma nova política, graças às CEB e movimentos populares, tais como, associações, sindicatos, romarias e, em nosso meio destaca-se, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica. Muitos estão caminhando a pé levando esse novo espírito; sem promessas nem dinheiro (...) quem agora aceita bombons, depois vem o enjôo, quem aceita churrasco depois vem o couro! Quem avisa amigo é! Se o povo quer mudar, pode, e se quer confirmar os aventos, os gananciosos, os que só se preocupam consigo mesmo, com os seus celeiros, também pode (...) o exemplo está a vista. Estão aí os descamisados que votaram no salvador da

pátria. Cuidado! Outros salvadores estão surgindo neste tempo de eleições. Não acreditem e nem votem neles! (PRELAZIA DO XINGU, 1992).

Os resultados eleitorais não foram animadores, a contar pelo inexpressivo número de votos dados ao Partido dos Trabalhadores, legenda que abrigou os candidatos defendidos pelo movimento sindical. Na avaliação da igreja, o povo da região mostrou-se politicamente bastante conservador, pois não viu na prática sindical um modelo para a prática de administração pública. Encerrada as eleições o assunto da demarcação da Cachoeira Seca voltou aos debates dentro da Igreja Católica e do MPST. Diante da crise instalada com a suspensão da demarcação da terra indígena Arara, as lideranças das organizações de agricultores decidiram que era importante conhecer melhor a realidade da terra indígena para em seguida propor uma alternativa para o impasse instalado. Dessa forma, foi realizado um Relatório do Levantamento Ocupacional do Território Arara, coordenado pela FUNAI e MPST em setembro de 1992. O Relatório declarou que ao contrário do previsto e informado pelo INCRA, os lotes demarcados por esse órgão, sendo alguns já titulados, encontravam-se em sua maior parte desocupados, e mesmo aqueles que apresentavam alguma benfeitoria passível de indenização, foram abandonados por seus ocupantes, estando as atividades agrícolas praticamente abandonadas, sem possibilidades de manutenção dos plantios e realização das colheitas. Os posseiros e pequenos proprietários alegavam que os trabalhos de assentamento realizado pelo INCRA na área foram feitos em ritmo acelerado não permitindo a implantação de uma infra-estrutura que possibilitasse a fixação dessas famílias à terra. De acordo com o relatório os travessões que davam acesso aos lotes foram abertos por madeireiros que ao longo dos anos dilapidaram totalmente o patrimônio dos índios. O local onde foi constatado a maior incidência de ocupantes encontra-se às margens do travessão do Km 185, aberto pela madeireira Bannach. O relatório afirma ainda que a referida madeireira estimulava a ocupação da terra indígena como uma forma de criar um conflito social entre índios e posseiros: *“os madeireiros pretendem que seja feita a liberação de terras indígenas para que possam livre e impunemente continuar com a exploração da madeira que ainda resta na área”*(FUNAI 1992: 08).

A análise realizada pelos técnicos da FUNAI nos 376 laudos preenchidos no levantamento fundiário dessa Área Indígena, constatou que apenas 96 dos ocupantes tinham mais de 06 anos de ocupação, ou seja, 74,5% passaram a morar na área depois da interdição da área indígena. O relatório sugeriu que a FUNAI adotasse todas as medidas de ordem jurídica necessárias para retirar a Madeireira Bannach do local, do contrário ficaria difícil

argumentar junto aos pequenos agricultores para que estes desocupem as suas terras, mesmo mediante indenização. O relatório informou ainda que em setembro de 1990, a Madeireira Bannach formalizou um requerimento junto à FUNAI em Belém, no qual além de reconhecer que as suas serrarias encontravam-se localizadas na área indígena, comprometeu-se a partir daquela data não promover a derrubada de qualquer espécie florestal, desde que a FUNAI lhe concedesse um prazo de dois anos para promover a total retirada de suas instalações e equipamentos. Após a análise desses documentos pela FUNAI, o então superintendente definiu um prazo de 30 dias. Dois anos depois a madeireira continuava na área executando as mesmas atividades. O relatório finalizava dizendo que:

A realidade encontrada em campo deixou claro que a “Reforma agrária”, implantada ao longo da Rodovia Transamazônica, está longe de fixar o homem no campo e acabou por gerar conflitos entre as minorias, índios e posseiros, cuja solução não pode residir na concessão do território indígena (Relatório Fundiário, FUNAI, 1992).

Diante das recomendações do relatório fundiário, em março de 1993, uma comissão do MPST foi a Brasília propor ao Governo Federal que um novo traçado fosse feito para a área indígena evitando a desapropriação de parte das famílias. O Ministro da Justiça da época, determinou então um novo estudo para que um novo traçado de demarcação da reserva fosse realizado. A proposta do MPST era que apenas parte das famílias fosse retirada da área e que isso só ocorresse mediante um projeto de assentamento em uma outra área, discutido antecipadamente com essas famílias. Para isso uma comissão da região deveria estabelecer contatos com a FUNAI e o INCRA de Brasília para execução da proposta. A Igreja Católica não concordou com a proposição do MPST que pretendia deixar algumas famílias na área, para a Igreja Católica se houvesse redução da terra indígena, o governo estaria abrindo um precedente para outras situações semelhantes existentes no Brasil. Mas de outro lado a Igreja concordava que os agricultores deveriam sair mediante a definição de uma nova terra. Todavia o tempo passou, o governo silenciou sobre o assunto, mais famílias entraram na área, outras madeireiras passaram a atuar ilegalmente na reserva e o conflito continuou. Os índios eram representados pela FUNAI e os agricultores pelo INCRA nas negociações, cada qual apresentando interesses próprios. Isso complicou-se ainda mais quando esses agricultores passaram a vender suas terras para os fazendeiros e madeireiros.

7.1 OS CONFLITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS E A AÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

O envolvimento cada vez maior, das organizações de agricultores e da Igreja Católica, com as questões ambientais, trouxe a tona conflitos de ordem social, fundiário, político e ambiental tendo como pano de fundo os rumos do desenvolvimento na Transamazônica. O discurso de preservação da Amazônia frente ao modelo de desenvolvimento dos grandes projetos econômicos, tendo como modelo alternativo o extrativismo das resex do Acre, apoiado pelos ambientalistas e pela Igreja Católica, no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, não foi aceito pelos fazendeiros, comerciantes, empresários e políticos da região que se sentiram atingidos em sua estratégia econômica e na autonomia de decidir como moradores o destino da Amazônia. A reação da UDR ao apoiar o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e protestar contra o evento ambientalista de 1989, retrata bem essa posição. Por sua vez, os agricultores familiares também participaram de forma tímida do evento que tratava da questão ambiental no Xingu, o interesse maior estava em resolver os dramáticos problemas de falta de investimentos públicos para a população da região. O povo da Transamazônica não se sentia parte dessa “Amazônia que precisava ser protegida” da qual falavam as ONG ambientalistas:

- Viviam literalmente isolados por todo período chuvoso, tanto pela rodovia quanto pelas vicinais precárias, sem falar nas distâncias geográficas.
- Os migrantes que “vieram domar o inferno verde” e plantar o progresso não entendiam o porquê de tanta preocupação com a floresta.
- Numa região com tanta terra e abundância de chuva o que faltava mesmo eram outras coisas: escola, saúde, estradas, crédito, transporte...
- O discurso ambiental que alardeava a necessidade de preservação da Amazônia era quase sempre apresentado por um estrangeiro ou pessoas sem nenhum vínculo com o meio rural. Isso era motivo para muitas interrogações entre os agricultores.
- Apesar da quantidade de aldeias indígenas existentes nas proximidades da Transamazônica, nunca existiu entre os índios e os agricultores uma aliança efetiva. Cada um em seu mundo vivia a seu modo.

Encerrado o encontro das nações indígenas em Altamira, o complexo hidrelétrico do Xingu estava suspenso. O foco dos debates nacionais sobre a questão ambiental estava centrado nos preparativos para a participação do Brasil na ECO92. O crescimento do discurso

sobre os problemas ambientais e suas conseqüências sociais, inquietava aos políticos e empresários que passaram a difundir um discurso contrário ao movimento ambiental, sobre a autonomia do país e os rumos do desenvolvimento na Amazônia. O Governador Jader Barbalho, por exemplo, pressionado pelos números do desmatamento que crescia e pela crítica que recebia por sua intransigente defesa aos grandes Complexos Agroindustriais na Amazônia, criticava o movimento ambientalista internacional, combatia o discurso de internacionalização da Amazônia e ressaltava os problemas sociais existentes no Pará:

Em vez de ficarmos nos queixando de uma possível ameaça de internacionalização, devemos é estar cuidando de ocupar o nosso espaço [...] o risco de perder a Amazônia é ver, como eu vi, agricultor dizer que ia embora porque não tinha estrada, o banco só empresta se tiver dois comerciantes como avalistas. Falta escola, água potável, energia. Não há enfim, estrutura para nós, brasileiros, ocuparmos a Amazônia. O problema não é dos estrangeiros é nosso (Jader Barbalho-Diário do Pará; 27/10/1991).

Ao explicar-se o Governador utilizou em seu discurso, as mesmas palavras dos agricultores familiares da Transamazônica ao queixarem da situação de abandono da região. Dessa forma, Jader Barbalho assume o papel de porta-voz dos excluídos, evitando o confronto das idéias sobre o modelo de desenvolvimento e com isso amenizando sua responsabilidade de dar respostas para essa mesma realidade caótica, que sua política econômica ajudou a criar. Além de dissimulado, o discurso do Governador é irônico ao afirmar que, no Pará havia apenas duas multinacionais; a Companhia Brasileira Vale do Rio Doce e a Igreja Católica. Jader foi ainda mais mordaz na crítica ao discurso de alguns ambientalistas, dentre eles o de José Lutzemberger³⁵ e Camilo Viana. Classificou seus discursos em relação à Amazônia de passionais e exagerados:

Está nascendo no Brasil um nacionalismo misturado com estrelismo, tem muito menino e até gente de cabelo branco falando bobagem. O Governo do Pará não vai entrar nessa, nem se filiar àqueles que querem tocar fogo na Amazônia (DIÁRIO DO PARÁ, 27/10/1991).

Com a paralisação definitiva das obras do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, a CRACOHX, na opinião das lideranças, perdeu sua razão de existir. A questão da energia centralizou-se então na luta pelo Linhão vindo de Tucuruí para a Transamazônica como forma de resistência à construção de Belo Monte. Outros problemas relacionados a depredação dos recursos naturais passaram a ocupar lugar de destaque nas denúncias das organizações e da Igreja Católica. Todavia, mesmo com todas as denúncias sobre as questões ambientais, os

³⁵ José Lutzemberger é considerado um dos primeiros e mais importantes líderes da luta ecológica no Brasil. Liderou no Rio Grande do Sul, em 1971, a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAM). O papel da AGAPAM era desenvolver lutas em defesa do meio ambiente, particularmente campanhas contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, combate a poluição dos mares, criação de reservas ecológicas e paisagísticas entre outras iniciativas.

desmatamentos continuaram crescendo e o número de madeiras aumentando a cada dia na região. As organizações dos agricultores familiares nessa fase administravam de um lado os resultados da conquista do FNO e de outro construía outras parcerias com a intenção de qualificar sua capacidade de propor alternativas viáveis ao desenvolvimento regional. É nesse período que as organizações de agricultores estabelecem uma parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) formado por um grupo de pesquisadores franceses e brasileiros ligados também a EMBRAPA Amazônia Oriental e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Através de atividades de pesquisa-ação nos lotes dos agricultores, os técnicos buscavam entender a realidade da agricultura familiar e subsidiar o movimento social em suas proposições. A parceria ajudou, por exemplo, a construir a proposta do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Agrária da UFPA e a fundamentar as bases do projeto das Casas Familiares Rurais (CFR) existente em quase todos os municípios da Transamazônica funcionando atualmente com o apoio do BNDES, prefeituras e Governo do Estado.

A parceria, custeada em grande parte com recursos da Comunidade Económica Européia (CEE) durou aproximadamente 06 (seis) anos e foi rompida por iniciativa dos agricultores. Vários foram os motivos apresentados, dentre esses o fato das lideranças discordarem da forma como os pesquisadores, após terem domínio da realidade regional, passaram a conduzir os trabalhos no campo. Segundo as lideranças entrevistadas, os técnicos não discutiam mais suas atividades com as organizações regionais e estabeleciam contato direto com os agricultores gerando conflito entre esses e os dirigentes das organizações. Outro motivo foi a incapacidade do grupo de pesquisadores responderem a demanda de assistência técnica e extensão rural solicitada pelos agricultores já que a prioridade estava focada na pesquisa e em outras atividades acadêmicas. Ficou evidente também que uma das maiores insatisfações das lideranças residia na total falta de domínio e controle das atividades realizadas pelo LAET, por exemplo, os projetos para captação de recursos, escritos em francês, não eram discutidos com o conjunto das organizações bem como as interlocuções que os pesquisadores estabeleciam. De acordo com as lideranças enquanto o LAET crescia como organização de pesquisa; captava recursos, publicava artigos, as organizações de agricultores não conseguiam achar respostas para as demandas dos agricultores que se viam pressionados pelos próprios resultados das pesquisas do LAET que evidenciavam, por exemplo, a inviabilidade econômica do FNO Especial.

Durante o processo de encerramento da parceria com o LAET o MPST decidiu fazer uma reflexão sobre sua atuação. Passado quase uma década da reunião que deu origem ao

movimento, realizada na Comunidade Flor da Selva, o MPST decidiu no final de 1996, realizar uma consulta junto às organizações de pequenos agricultores, movimentos de mulheres, religiosos, negros, artistas e trabalhadores em educação e saúde pública. A grande maioria pertencente a organizações ligadas diretamente ao movimento. Na apresentação do relatório que resumiu o estudo, a execução e as finalidades dessa ação foram assim esclarecidas:

Este estudo tem como objetivo, oferecer informações e subsídios para a avaliação da trajetória dos movimentos sociais da Transamazônica, do ponto de vista da base social de suas organizações (sócios de base), dos dirigentes, presidentes de Associações, Cooperativas e STR, dos religiosos que acompanharam o percurso organizativo dos setores populares da região e de pessoas externas às organizações, compreendidos como formadores de opinião. A finalidade dessa avaliação é indicar estratégias apropriadas de continuidade da intervenção nas políticas públicas, por parte dos movimentos sociais da Transamazônica vinculados à FVPP, e da representação pública dessas organizações - o MPST em nível local, regional e estadual. Foram entrevistados 150 sócios de base das organizações vinculadas ao MPST; um dirigente por cada organização de pequenos agricultores, 11 religiosos, entre católicos e luteranos e 36 pessoas externas às organizações, aqui compreendidas como formadoras de opinião (ESTUDO MPST, 1997, p. 05).

De acordo com o relatório do estudo, as entrevistas realizadas com os dirigentes das organizações municipais ligadas ao MPST, sobre os benefícios que essas organizações proporcionam aos seus sócios, foram citados como exemplo: o FNO Especial, novas formas de produção, melhoramento do gado, beneficiamento de produtos, comercialização, formação em gerenciamento, previdência social, saúde, educação e pesquisa sobre tração animal. Na época da consulta foi constatado pela equipe que realizou o trabalho que as organizações de agricultores estavam envolvidas em pequenos projetos de transporte comunitário nas vicinais (caminhão), pequenos laticínios, máquinas de beneficiar arroz, mini-indústrias de despolpar frutas, pontos de comércio comunitário, produção de sal mineral para o gado adquirido com os recursos do FNO especial, açougue, torrefação de café, apicultura, consórcios agroflorestais, lanchonete, beneficiamento do açaí (palmito), medicina caseira, pequenas barragens (criação de peixe e geração de energia), corte e costura. A maioria desses projetos oriundos de doações internacionais e fundos sem retorno do PPG7.

Na entrevista realizada com os sócios dessas organizações sobre a renda que possuem com as culturas de subsistência, o resultado apresentou o seguinte cenário: 40% afirmam só plantar para o auto-consumo; 22% dos entrevistados afirmam que têm uma renda anual/safra entre R\$200,00 e R\$500,00 com a venda dos excedentes; 12% apuram entre R\$500,00 e R\$1.000,00; 11% apuram entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00; e 9% mais de R\$2.000,00. 63%

dos sócios entrevistados receberam financiamento do FNO especial. Destes, 15% receberam mais de um financiamento. 2% receberam crédito do PROCERA. Do total dos entrevistados na pesquisa apenas 35% não havia recebido nenhum tipo de financiamento bancário.

Sobre o futuro econômico da região, 62% dos entrevistados acreditam que a agricultura é a saída para o desenvolvimento regional, já 28% acreditam mais na pecuária. Os outros 15% apostam na combinação das duas atividades, mas fazem uma ressalva, o sucesso do crédito para a agricultura, por exemplo, está condicionado a melhoria na assistência técnica, novas tecnologias de produção e infra-estrutura (energia, estradas, educação). Dentro das prioridades para melhoria do quadro socioeconômico da Transamazônica foram listados, por 65% dos entrevistados: recuperação das estradas, novos financiamentos para a agricultura e novos investimentos em saúde pública. Apenas 1% considerou prioridade a utilização de técnicas para evitar o desmatamento e o reflorestamento de áreas alteradas.

A consulta incluiu no rol dos entrevistados pessoas externas ao movimento, aos quais denominou de “formadores de opinião”. Essas pessoas foram escolhidas em todos os municípios da região observando-se a sua capacidade de influenciar outras pessoas, a credibilidade e autoconfiança. Esse grupo reuniu comerciantes, agricultores, pecuaristas, professores, funcionários públicos, radialistas, trabalhadoras domésticas, contador, operador de máquinas, proprietários de empresas de ônibus, vinculados ou não a diferentes partidos políticos, somando um total de 36 pessoas.

Para os entrevistados desse grupo, a falta de diálogo entre as esferas de governo é muito forte e isso gerou o abandono do projeto de colonização. Críticas veladas são feitas aos políticos e suas inúmeras promessas que ficam apenas no discurso eleitoral. Consideram que a saída é a agricultura modernizada. 61% dos entrevistados reconhecem a importância do trabalho do MPST. Segundo eles, a grande maioria das conquistas foram resultados das ações do MPST. O FNO, que na opinião deles ajudou na permanência do colono no lote, os projetos econômicos, os investimentos na área da saúde, os financiamentos para gado e a recuperação da rodovia, são considerados os mais relevantes. Apenas 02 pessoas discordaram, enfatizando que as mudanças ocorridas são frutos do trabalho dos agricultores sozinhos.

As conclusões do estudo indicaram que a região da Transamazônica possui um capital de mobilização social dos mais importantes da Amazônia; um volume de projetos em curso e grande número de dirigentes. Entretanto, falta um suporte de articulação e assessoria técnica

para acompanhar as ações de suas organizações filiadas em cada município. Embora as organizações locais possuam credibilidade junto a seus sócios e o MPST seja visto como um interlocutor respeitado, também há a queixa de que o MPST era mais próximo das bases na sua criação.

Apenas alguns dos entrevistados acreditam que os governos farão alguma coisa pela região sem a pressão dos movimentos sociais. O MPST deve ser então uma organização aglutinadora dos diversos movimentos sociais, mas, o caráter de sua atuação continua em debate, foi observado que duas linhas se distinguiram com clareza nos discursos; uma que propõe o MPST como o articulador das lutas, negociando as ações com o poder público e outra, que propõe ao MPST o papel de assessorar as experiências em curso, com um perfil mais técnico e mais voltado para o cotidiano de suas bases. Sobre isso, o MPST já havia feito mudanças significativas: a FVPP de braço institucional passou a fazer a interlocução privilegiada com o governo, organizações locais, doadores e instituições parceiras sobre os projetos a serem executados na região. Passou a conduzir o planejamento e a elaboração das estratégias. A FETAGRI havia criado uma regional na Transamazônica com o objetivo de assumir a interlocução dos STR e o próprio MPST já havia mudado seu nome para MDTX, por avaliar que esse nome representava melhor um movimento que além das reivindicações, discutia e apresentava projetos ao desenvolvimento regional. A palavra Xingu foi incluída no novo nome, dada à ampliação de suas relações com as organizações de Senador José Porfírio e Porto de Moz, municípios localizados no Baixo Xingu.

Segundo os entrevistados, sobre os problemas da região, a infra-estrutura (energia e estradas) se destaca. Mas essas preocupações estão ligadas também com a viabilização da agricultura familiar. Nessa direção, a reflexão era de que os movimentos sociais conquistaram mudanças substanciais, porém, não conseguiram reverter os problemas estruturais: estradas, saúde, educação, segurança. De acordo com os agricultores que participaram do estudo, a pesquisa agrônômica deve estar engajada na busca de respostas às necessidades práticas dos agricultores, por exemplo, ajudá-los a realizar o “lote dos sonhos”.³⁶

³⁶ O lote dos sonhos foi uma ação de planejamento realizada pelo MPST um ano antes do estudo, em parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), a EMBRAPA e a CPT. Vários seminários municipais foram realizados envolvendo todas as organizações de agricultores existentes em cada município, com o objetivo de discutir como deveria ser o lote ideal na visão dos agricultores. Esses seminários desembocaram em um evento regional no qual foram apresentadas as diversas proposições existentes, em seguida, a partir dessas foi construído uma proposta de lote com os pontos comuns a toda região, denominada de ‘o lote dos sonhos’. Os lotes desenhados pelos agricultores, possuíam atividades bastante diversificadas (gado, pequenos animais, culturas perenes e anuais), infra-estrutura (casa, curral, barragens, carro, televisão, estradas),

O lote dos sonhos era a representação da agricultura familiar diversificada, com infraestrutura, moderna, provida de crédito agrícola e extensão rural. Mas os agricultores consideravam que o cenário social, político e econômico do país estava longe de permitir a realização desse sonho. O Plano Real do governo de Fernando Henrique Cardoso contribuía para fortalecer a tendência das privatizações, o desemprego era crescente e a agricultura voltada apenas para a exportação e o agronegócio. Em tempos de globalização e neoliberalismo, podia parecer estranho falar em agricultura familiar. As preocupações manifestadas incluíam também a realidade da Igreja Católica na América Latina. Os religiosos e as lideranças sindicais avaliavam que havia uma explosão do movimento carismático e as definições de Puebla e Medellín³⁷ estavam sendo esquecidas pela igreja de Roma, isso indicava que havia “uma tentativa de decretar a morte da Teologia da Libertação” (CP, 1997: 03). Os religiosos argumentavam também que o MPST criou a expectativa de vida melhor para os trabalhadores rurais e urbanos, mas não conseguiu concretizar isso. O governo tinha resistência em fazer mudanças significativas que melhorassem a qualidade de vida do povo.

No cenário regional algumas situações também inquietavam os agricultores. Apesar da capacidade de diálogo e interlocução de suas organizações e da Igreja Católica, uma questão pesava no passivo das propostas ainda não cumpridas: a demarcação da terra indígena Arara, conhecida como Cachoeira Seca, em Uruará, que estava ocupada há muitos anos. De acordo com os religiosos, as tentativas de fazer o governo demarcar a área e reassentar os posseiros em novas terras foram infrutíferas e cada vez mais novas famílias entravam na terra indígena. Era preciso então buscar outras saídas como: “promover a aliança entre os colonos e os índios, na certeza de que se nos unirmos nesta luta poderemos ganhar; se não nos reunirmos perderemos tudo” (CP, 1997:10).

A reunião do Conselho de Pastoral de abril de 1998 fez uma síntese da situação social, econômica, política e religiosa de cada município integrante da Prelazia, alguns pontos foram consenso entre os presentes: os recursos que estão circulando na região nos últimos tempos

havia também a preocupação em deixar a reserva legal, todavia poucos foram os exemplos dados para o uso sustentável dos recursos naturais existentes nesses lotes.

³⁷ O Conselho Episcopal de Medellín em 1968 e Puebla em 1979 deram o tom da atuação da Igreja Católica na América Latina. A igreja deveria engajar-se na luta dos mais pobres pelo direito a cidadania e justiça. Mas a Conferência Episcopal de Santo Domingo em 1992, apesar de reafirmar a opção pelos pobres não alcançou mais a mesma repercussão. Segundo Dom Erwin, nas Décadas de 70 e 80, os documentos de Medellín e Puebla foram, ao lado da Bíblia e do Compêndio do Vaticano II, os manuais preferidos dos agentes de pastoral. E Santo Domingo? Quem realmente o leu e se entusiasmou? (Erwin Krautler, COMINA, 2003).

foram oriundos de créditos como o FNO Especial e da exploração ilegal da madeira. O êxodo rural tem crescido; muitas famílias sem terra estão chegando à região. A exploração desordenada de madeira está combinada com a grilagem das terras públicas e a situação dos povos indígenas é bastante crítica; a FUNAI tem se aproximado de empresas internacionais, a exemplo da parceria com a empresa de cosméticos Body Shop, com o intuito de ajudar os índios, mas na verdade tem servido apenas para fomentar a biopirataria e os índios estão cada vez mais pobres e abandonados. A atuação do CIMI junto às populações indígenas tem sido mínima. Os conselheiros concluíram também que a igreja estava cada vez mais afastada dos movimentos sociais e que a mobilização de massa havia praticamente deixado de existir na região. A questão colocada pelos presentes era: “as lideranças se afastaram ou a igreja é que se afastou das lideranças?” (CP, 1998: 09) Os encaminhamentos finais da reunião apontaram que a Prelazia do Xingu deveria continuar a denúncia da devastação feita pelos madeireiros, apoiar a criação de áreas florestais de uso comunitário e ações de preservação de recursos naturais, combater o projeto hidrelétrico de Belo Monte, pois havia rumores que os estudos de impacto ambiental da obra iniciariam no ano seguinte.

Nesse mesmo ano um outro conflito envolvendo meio e ambiente e desenvolvimento veio a tona com a aprovação da Lei de Crimes Ambientais. Quando a Lei entrou em vigor o setor madeireiro manifestou seu descontentamento publicamente, resultado das punições pelos crimes cometidos. A fiscalização do IBAMA, seguida de multas e apreensões de madeira e equipamentos, passou a ser mais constante na região. De acordo com as empresas madeireiras: “A lei não foi esclarecida para a classe, as indústrias estão sem receber matéria-prima” (O Liberal, 03/06/ 1998). O discurso dos madeireiros ao alegar o desconhecimento da lei, deixa evidente que todas as denúncias sobre a atuação ilegal desse setor, bem como os debates sobre o assunto, realizados nos últimos 06 anos anteriores a lei, não foram suficientes para fazê-los mudar de atitude, incorporando práticas sustentáveis em sua atividade produtiva.

Também os agricultores liderados pela FETAGRI reagiram sobre a Lei de Crimes Ambientais, no tocante às queimadas, argumentando que o uso do fogo é imprescindível para fazer as roças das famílias. De acordo com um dos diretores de STR: “Essas famílias não podem ser impedidas de garantir a própria sobrevivência, o que temos que fazer é nos mobilizarmos para orientá-las sobre a melhor forma de lidar com o fogo e prevenir risco de incêndios” (O Liberal, 24/06/1998).

Ao criticar a lei, os agricultores externavam não o seu apoio à continuidade da devastação dos recursos naturais pelos grandes grupos econômicos, mas sua condição de cidadão excluído da estratégia de desenvolvimento sustentável, pois havia ficado com o ônus de adequar-se a lei, buscando novas formas de produção, sem nenhum apoio governamental. E não sendo capaz disso seria considerado, perante a lei, tão criminoso quanto os grandes madeireiros e fazendeiros.

As mesmas vozes que aplaudiram a lei de crimes ambientais criticavam agora, O Plano Avança Brasil do Governo Federal, desencadeado em 1999: “A Amazônia corre sério risco de perder grandes focos de riqueza biológica e florestal”, alerta Adalberto Veríssimo, pesquisador do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON): “Ninguém é louco de querer que a Amazônia vire um jardim botânico, mas pelos rumos do Plano Pluri-Anual (PPA) o cenário é de destruição maciça promovida pelo dinheiro público”, assinalava Veríssimo (1999). Outro ponto de discórdia dentro dos projetos do PPA estava na implantação de hidrovias como a Araguaia-Tocantins e a que liga os rios Teles Pires, Tapajós e Amazonas. As hidrovias cruzariam importantes áreas de conservação e reservas indígenas e isso, segundo os ambientalistas, representava uma ameaça a vida dessas populações. Na opinião desses, não adianta o governo insistir em projetos de desenvolvimento voltados para a agricultura. Segundo eles, “a vocação da Amazônia é para ser usada como floresta”, conforme enfatizou Adriana Moreira do IPAM em entrevista a revista ISTOÉ (1999). “Os solos se esgotam depois de três a quatro safras e é necessário investimento pesado em adubo.” Os ambientalistas alertavam também que era necessário rever, tanto os corredores ecológicos quanto os eixos de desenvolvimento definidos pelo Governo Federal.

Na avaliação dos agricultores, o Plano Avança Brasil também não incluía a agricultura familiar. Apesar do discurso do Presidente dizer o contrário, os agricultores acreditavam que se não fizessem manifestações públicas, a situação da Transamazônica não iria melhorar. Em Agosto de 1999, sob a liderança da FETAGRI regional, os STR realizaram uma manifestação em Altamira. O evento regional que tinha como lema a frase: “Grita Transamazônica, asfaltamento já”, reuniu agricultores de toda região e trouxe autoridades estaduais e federais para negociar suas propostas na área de saúde, educação, política agrícola, ambiental, cultural, energética, saneamento, segurança pública e comunicação. “Será aberto hoje, no município de Altamira, o Grito da Terra da região Transamazônica. O objetivo principal da mobilização será garantir a participação da população da região no processo de desenvolvimento global da Amazônia” (O LIBERAL, 10/08/1999).

Mas logo na abertura os dirigentes do movimento mostraram seu descontentamento com a não vinda das autoridades do governo para tratar da recuperação da rodovia Transamazônica, principal reivindicação do movimento. Sobre isso os organizadores da manifestação afirmaram que:

Muitos itens da pauta foram negociados, mas o Governo Federal não mandou nenhum representante para tratar da questão da pavimentação da rodovia Transamazônica [...] já que o governo não vem até nós, vamos até ele (O LIBERAL, 14/09/1999).

Na pauta de reivindicação a novidade era a criação de áreas de preservação ambiental. A proposta era a partir de um estudo, destinar para o uso coletivo e sustentável as áreas de terras públicas de Altamira que supostamente pertenciam ao empresário Cecílio Rego de Almeida e que estavam sob intervenção judicial. A proposta incluía também uma outra área na região de Porto de Moz, no médio Xingu, que a aproximadamente 05 (cinco) anos vinha sendo requerida pelas comunidades ribeirinhas junto ao ITERPA e o INCRA, com o intuito de transformá-la em área de uso comunitário por essas comunidades. A preocupação das organizações de agricultores era com a depredação que estava sendo feita pelas madeireiras nessas áreas, com os conflitos existentes entre essas empresas e as populações indígenas e ribeirinhas e principalmente, com o futuro da agricultura familiar na região já que todas as áreas públicas estavam sendo griladas e desmatadas e o governo não se manifestava sobre o assunto. O projeto Roça Sem Queimar também recebeu apoio do MMA durante as negociações do Grito. Tratava-se de uma experiência-piloto em que um grupo de 150 agricultores decidiu preparar roças sem o uso do fogo, utilizando leguminosas.

Em outubro de 1999, uma comissão da região formada pelos deputados Valdir Ganzer e Zé Geraldo, o presidente da FETAGRI-Pará, Airton Faleiro e Dorothy Stang da CPT Xingu procuraram o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, para formalizar as denúncias relacionadas aos desmatamentos na região, roubo de madeira em reserva indígena e as irregularidades dos financiamentos da SUDAM concedidos para o empresariado da região. O Ministro prometeu mais rigor na execução da nova lei de crimes ambientais e também mais infra-estrutura para o IBAMA fiscalizar e coibir os abusos.

No ano seguinte, as questões ambientais voltariam com mais peso na agenda das organizações dos agricultores da Transamazônica. O Plano Avança Brasil retomou a necessidade de construir a usina de Belo Monte. Nessa fase, o debate sobre o assunto, agora liderado pelo MDTX, estava sob a coordenação do agricultor Ademir Federicci (Dema). O MDTX contava também com a assessoria de pesquisadores e ambientalistas nacionais e

estrangeiros, dentre esses, Célio Bermann³⁸, professor e pesquisador da área de planejamento energético da Universidade de São Paulo (USP). Apesar de incorporar a presença de elementos mais técnicos em seus discursos, as lideranças do MDTX também retomavam as antigas pautas sobre o tema: criticavam o Governo Federal por excluir a sociedade do debate sobre o assunto, questionavam sobre os impactos sociais que seriam gerados e principalmente, acreditavam que tanto o asfaltamento da Transamazônica, quanto a construção da hidrelétrica de Belo Monte mudariam definitivamente o cenário da agricultura familiar. Estimavam que, a exemplo de outros projetos como a Hidrelétrica de Tucuruí, apenas a parcela de agricultores que possuía melhores condições econômicas conseguiria se manter na propriedade após todas essas mudanças. Cabia então ao governo antecipar-se a isso.

A retomada do projeto da hidrelétrica de Kararaô, agora Belo Monte, ganha a imprensa e os palanques. Uma disputa ideológica em torno do modelo de desenvolvimento torna-se o conteúdo de conferências, seminários e atos públicos. Os defensores da construção de Belo Monte enxergam nessa obra um caminho para o desenvolvimento da região, o Governo Federal através da Eletronorte ocupava-se em apressar os procedimentos para viabilizar a construção e fazer o marketing da hidrelétrica, atraindo a adesão das prefeituras e de todas as lideranças políticas influentes na região. De outro lado, os movimentos sociais e a igreja católica suscitam uma série de questionamentos sobre o empreendimento: seus impactos, sua viabilidade social econômica e ambiental e principalmente quem seriam os beneficiários desse tipo de projeto. Nessa fase a participação das populações indígenas é tímida e as palavras de Domingos de Moraes denunciam que desde a saída de Dom Erwin Krautler da direção do CIMI, o órgão mudou de estratégia em relação à barragem e a Igreja Católica do Xingu também recuou para uma posição mais branda na crítica ao governo: “hoje está muito mais fácil de aprovar uma barragem,

No final da década de 90, o projeto para a construção de Belo Monte ressurgiu, se bem que com outro nome e com uma nova roupagem. A ELETRONORTE e demais órgãos governamentais aprenderam com os 'erros' da década de 80 e trocaram o modo de agir. Um grupo de especialistas contratados passou à analisar as forças políticas na região. Foram feitas pesquisas sobre o nosso movimento social, as ONG, os sindicatos, os povos indígenas no intuito de mapear possíveis focos de resistência ao projeto agora denominado de UHE Belo Monte. O nome "Kararaô", o grito de guerra, foi substituído pelo bucólico "Belo Monte" para que o povo do Xingu não lembrasse o facão da Tuíra e os rostos pintados de urucum dos Kaiapó contrários à hidrelétrica (Krautler, Altamira – 2005).

Nesse novo cenário é o MDTX que assume a interlocução desse debate frente ao movimento social dos agricultores da região, buscando dialogar de um lado com a população e de outro com o governo sobre o mesmo assunto. Uma das lideranças mais carismática entre os sindicalistas da região Ademir Federicci, conhecido por Dema, assume a direção do MDTX, com responsabilidade de liderar esse debate. Um mês após mudar-se de Medicilândia para Altamira, Dema é misteriosamente assassinado com um tiro na boca, na madrugada do dia 25 de agosto de 2001, em sua residência. A morte de Dema chocou profundamente as lideranças no MDTX.

Lúcio Flávio Pinto, jornalista conhecido no Pará por sua crítica aos grandes projetos econômicos da Amazônia, definiu o debate em torno da construção de Belo Monte, como uma disputa entre diferentes grupos. O jornalista em suas declarações assume a postura de quem apenas assiste ao segundo tempo de uma mesma batalha:

Ao ser reaquecida agora, como uma resposta sonora de Brasília à perspectiva de desequilíbrio na matriz energética nacional, Belo Monte arrasta consigo essa fauna acompanhante incômoda, o dano ambiental e o prejuízo antropológico, que tinha levado instituições multilaterais, como o Banco Mundial, a retirar o financiamento de Grandes hidrelétricas na Amazônia de seu portfólio de negócios. Os debates readquiriram o tom aceso das campanhas e até o assassinato de um dos líderes desse movimento em Altamira, a principal cidade da região de influência direta da obra, foi colocada no caldeirão da controvérsia, que está aquecendo (Jornal Pessoal. 2ª quinzena de outubro/2001).

A mobilização do MDTX recebeu apoio de inúmeras organizações ambientalistas, pesquisadores e funcionários de órgãos públicos. Dentre esses últimos destaca o Ministério Público Federal (MPF) através do Procurador Felício Pontes. O procurador sempre participou das mobilizações do MDTX sobre Belo Monte. Foi ele o responsável pelo embargo judicial da obra conforme prometeu em um seminário realizado em Altamira, em abril 2001, com centenas de pessoas e na frente dos diretores da própria Eletronorte:

Muitas vezes temos que defender a sociedade de atos do governo. São várias as ações, e, se a sociedade de Altamira, da Transamazônica e da região do Xingu achar que este projeto vai trazer mais malefícios do que

benefícios, nós vamos estar ao lado dela e vamos para a justiça tentar embargar essa obra (A NOTICIA, 20/04/2001).

O movimento social que no final dos anos 80 participou como um mero coadjuvante no enfrentamento pela não construção da hidrelétrica, assume agora a liderança dessa interlocução junto a uma significativa parcela da sociedade e reivindica do governo o direito de participar das decisões sobre o assunto baseado na sua representatividade e nos resultados de suas ações.

Ao afirmar que a construção de Belo Monte, por si só não traria investimentos nas políticas públicas para os municípios do seu entorno, o documento³⁹ argumenta utilizando como exemplo a hidrelétrica de Tucuruí, enfatizando que as famílias atingidas não foram indenizadas e realocadas, o lago provocou uma proliferação de mosquitos e outras pragas aumentando as endemias e epidemias na região, grandes áreas de florestas foram alagadas, uma mortandade de peixes e animais foi provocada pelas mudanças na qualidade da água. O desaparecimento dos atrativos turísticos, a mão-de-obra local não foi aproveitada nas obras do complexo, ampliou-se a concentração de terra e dos conflitos agrários seguido do aumento dos bolsões de miséria, aumento da violência nas áreas urbanas, desrespeito as populações indígenas e a energia gerada não beneficiou nem os bairros mais pobres e nem o meio rural.

O MDTX também se preocupou em incluir no documento avaliações mais técnicas sobre a hidrelétrica com o intuito de contrapor-se à Eletronorte que, ao apresentar o projeto sempre ressaltava suas qualidades técnicas as quais, segundo os engenheiros da empresa, evitariam danos significativos ao meio ambiente e proporcionaria maior lucratividade da usina, mas a opinião dos dirigentes do MDTX era outra: “Belo Monte não poderá gerar a mesma quantidade de Megawatts/hora durante todo ano como dizia a Eletronorte, posto que durante o verão o Rio Xingu seca significativamente”. Com isso as lideranças do MDTX levantavam duas indagações: primeiro não seria então necessário construir outras barragens no Xingu para dar viabilidade a Belo Monte? Segundo, economicamente seria mesmo viável construir uma barragem que funcionaria quase metade do ano abaixo de sua capacidade? O MDTX questionava ainda sobre o destino na energia gerada e os custos reais da obra já que Tucuruí gastara o dobro do orçamento previsto.

³⁹ SOS Xingu era o nome da campanha criada pelo MDTX, tudo isso era norteado pela Carta do Xingu, que resumia todas as posições do movimento relacionadas a Belo Monte.

Sobre sua posição o MDTX, a exemplo do que ocorrera no final dos anos 80, limitou-se a fazer suas críticas ao processo autoritário desencadeado pelo governo para construir a hidrelétrica: “Diante desses e de outros fatos, definimos que, não aceitamos o Projeto como está proposto e que seja realizado um Estudo da Bacia do Rio Xingu, com acompanhamento da sociedade civil organizada da região.” O movimento também reivindicava o direito de ser escutado pelo Governo Federal quanto ao financiamento do projeto de desenvolvimento sustentado de toda região que incluía investimentos em saúde, educação, segurança, agricultura e outras políticas públicas reivindicadas ainda no documento do I PGDT. Aírton Faleiro, presidente da FETAGRI na época, resumia o sentimento do MDTX:

Um investimento alheio à vontade do povo, como é o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e então quem serão os donos desta hidrelétrica, os madeireiros ou os agricultores? O governo deve dialogar com a região e não empurrar os seus projetos (AIRTON FALEIRO, Belém 2001).

As palavras de Aírton são complementadas pelas de Bruno Kempner, um dos coordenadores do MDTX: “em todos os projetos do governo a população fica à parte. Quem está definindo os rumos da região é um pequeno grupo de privilegiados” (Bruno Kempner, Altamira 2001). Ao exigirem participação nas decisões governamentais essas lideranças expressam ao mesmo tempo o lugar que desejam ocupar e que lugar é reservado ao governo. Retomando as idéias de Vich e Zavala sobre a importância das vozes subalternas, podemos dizer que no caso da Transamazônica as ações populares do MDTX não são guiadas por impulsos míticos e irracionais como podem supor alguns, elas na verdade possuem um conteúdo político destinado a questionar as bases da exclusão social, exigindo a atenção do governo para seus problemas.

O discurso do MDTX sobre Belo Monte, aparentemente hegemônico e rotulado pela imprensa e pelo empresariado, como o discurso dos “contra Belo Monte”, na verdade reúne uma profusão de vozes em um mesmo campo discursivo. De acordo com Maingueneau (1998) o campo discursivo não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, move-se para estabelecer uma nova configuração. Dentro do campo não existe homogeneidade; existem posicionamentos dominantes, dominados, centrais e periféricos. Dessa forma, ao analisar os posicionamentos sobre o assunto, a evidência desses relevos discursivos são perceptíveis. Por exemplo, a fala de Dema, o coordenador geral do MDTX, suscitava o fato de que as informações sobre o projeto de Belo Monte não eram do conhecimento das lideranças e menos ainda da sociedade,

o que dava margem também para uma posição mais ponderada dentro do movimento: “Não existem informações suficientes para nos posicionarmos a favor ou contra o projeto da UHE Belo Monte” (Dema, Altamira 2001).

Por outro lado, o desconhecimento e o ritmo acelerado proposto pelo governo para construção da obra levantavam suspeitas de que os impactos sociais e ambientais poderiam ser ainda maiores que os previstos pelo próprio MDTX: “três ou quatro meses é insuficiente para elaborar um RIMA, este período deve ser repensado, e quem garante que na UHE Belo Monte o tratamento será diferenciado de Tucuruí”? Dentro do grupo de lideranças do MDTX, Antonia Melo, uma das coordenadoras do movimento, manifesta claramente uma posição de contrariedade incondicional ao projeto da barragem:

Somos contrários a esse projeto porque não acreditamos que irá trazer benefícios e desenvolvimento para a região. Temos experiências da barragem de Tucuruí, que após mais de 10 anos de sua construção ainda não beneficia a população local (Melo, 2000).

A fala do prefeito de Vitória do Xingu, Anselmo Hoffman, durante um dos eventos promovidos pelo MDTX para discutir sobre Belo Monte, realizado em Altamira, em abril de 2001, destaca outros relevos fortes no discurso do movimento: *por que não construí-la se o povo precisa de emprego, o rio já é explorado, já se jogam agrotóxicos. Por esses e outros motivos, o povo de Vitória do Xingu é a favor da construção de Belo Monte.* Em seu discurso, Anselmo⁴⁰ que foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores com o apoio do MDTX e da Igreja Católica, traz à tona as justificativas do antigo MOPROK para a construção da obra: *Já existe violência; prostituição; homicídios; ameaça à flora, fauna, rios, peixes e tartarugas, independente da construção da barragem.* Então não poderia Belo Monte carregar o ônus de todas essas mazelas ou seja, mesmo que impactos ambientais sejam gerados também vai gerar empregos, novos investimentos na região. Vale ressaltar que Vitória do Xingu seria então uma das prefeituras que mais se beneficiariam com os recursos recebidos como forma de compensação dos danos ambientais causados. Em resposta a Anselmo, Neto Portugal, secretário de agricultura da prefeitura de Vitória do Xingu, trouxe novamente o debate para um campo mais brando: *neste momento pode ser precipitado se manifestar contra ou a favor a hidrelétrica porque não existe nada esclarecido sobre este projeto, o que existe são apenas esboços.* As palavras de Raimunda Monteiro, uma das fundadoras do MPST, na época

⁴⁰ Durante sua fala Anselmo recebeu vaias estridentes das centenas de pessoas presentes no evento além de manifestações públicas de repúdio a seu discurso. Parte dos padres e freiras da Igreja Católica, após esse ocorrido recuaram em seu apoio ao governo de Anselmo. Sua defesa aberta a Belo Monte trouxe também constrangimento para as próprias lideranças ligadas ao MDTX que apoiaram sua campanha ao governo de Vitória do Xingu.

assessora do Ministério do Meio Ambiente, na mesma direção do discurso de Neto, retoma o caráter mais prático, propondo encaminhamentos concretos: *temos que barrar a agenda da*

(Prelazia do Xingu, FVPP). Essas organizações venderam a madeira e depositaram o dinheiro em um fundo perene⁴¹ (Fundo Dema), cuja gestão ficou sob a responsabilidade da FASE-Amazônia que recebeu formalmente a doação em conjunto com a Prelazia e a FVPP. O Fundo Dema recebeu esse nome em homenagem a Ademir Federicci assassinado no ano anterior. O Fundo Dema foi criado com a finalidade de apoiar pequenos projetos de cunho socioambiental na região do Oeste Paraense.

Em dezembro de 2002, o Instituto Socioambiental (ISA), contratado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), para fazer os estudos sócio-econômicos da Terra do Meio, apresentou às organizações da Transamazônica, como resultado dos estudos, sua proposta de criação de um mosaico de áreas protegidas nessa região. Todos os presentes, inclusive a igreja, acharam a idéia interessante, mas fizeram várias ponderações, especialmente as relacionadas ao fato que a área tinha muitos grileiros e isso poderia recrudescer a ação violenta desses para com a FVPP e a igreja que junto com a FASE haviam assumido a gestão dos recursos oriundos da venda do mogno retirado dessa área. Havia também desconfiança que o governo conseguiria controlar uma área tão vasta com órgãos públicos tão desaparelhados e com uma ação tão ineficiente contra esses grupos econômicos que há décadas depredavam os recursos naturais, sem nenhuma punição significativa.

A preocupação forte da FETAGRI e FVPP era com os moradores dessa região, que até então estavam completamente alheios a esse debate. O desafio era mobilizar essas pessoas que deveriam participar nessa tomada de decisão. A partir dessa época a CPT definiu como prioridade o acompanhamento do processo de criação do mosaico da Terra do Meio, a criação da resex de Porto de Moz e dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) de Anapu. Os coordenadores achavam necessária uma sintonia maior entre a CPT regional e as lideranças locais de Anapu, no tocante às questões fundiárias. A CPT passou também a dar acompanhamento jurídico aos processos dos assassinatos de Ademir Federicci e Bartolomeu da Silva e violência contra às lideranças de Porto de Moz que estavam ameaçadas de morte por sua atuação em defesa da criação da resex. No natal de 2003 Dorothy Stang escreveu uma carta aberta expressando a gravidade dos problemas de Anapu; denunciou os fazendeiros e madeireiros que grilavam terras e os pistoleiros que agiam a mando dessas pessoas:

Gente! Cadê as autoridades?! Criamos Anapu para ter apoio e não para nos sentir abandonado! Até agora Anapu é feita por nós. As terras são

⁴¹ Ao fazer a doação o Governo Federal definiu que somente poderiam ser usados os rendimentos provenientes do capital aplicado. Os recursos estão depositados no Banco da Amazônia e toda movimentação financeira do Fundo Dema é disponibilizada mensalmente no site da FASE- Amazônia.

conquistadas por nós. Nada foi dado! O futuro depende de nós ficarmos firmes. (Dorothy Stang, 12/2003)

Nesse mesmo ano, uma estratégia de ação regionalizada no Oeste paraense tomou forma com o anúncio do asfaltamento da BR 163. O movimento liderado pelas organizações de Agricultores, dentre essas a FVPP, era favorável ao asfaltamento, mas discordava da atitude do Governo Federal em apoiar que o asfaltamento fosse realizado por um consórcio de empresas privadas, interessadas em viabilizar a exportação da soja do Mato Grosso, pelo porto de Santarém. O consórcio de empresas também tinha como proposta a cobrança de pedágio na rodovia como forma de pagamento pelo serviço público que realizaria asfaltando a rodovia. Nesse pacto firmado entre governos e empresários do agronegócio, a agricultura familiar estava sendo mais uma vez, ignorada. As organizações de agricultores preocupavam-se também com o desmatamento crescente nessas regiões em função dos plantios de soja, pecuária extensiva e exploração de madeira que tinha como consequência, o aumento dos conflitos fundiários.

Esse cenário levou as organizações das regiões de Altamira, Santarém e Itaituba a buscarem a unificação de suas estratégias sobre o desenvolvimento da região tendo como objetivo central a consolidação da agricultura familiar, cuja base econômica deveria incluir os componentes agrícola e florestal de forma sustentável. As organizações almejavam também com essa junção de forças, obterem melhores resultados em suas negociações com o governo. Sobre as questões mais polêmicas como o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, o documento exigia participação nas decisões de construir ou não o complexo, e caso fosse aprovado a construção, a obra deveria ser reduzida no tamanho para evitar ao máximo os impactos ambientais e sociais. O avanço do plantio de soja no planalto santareno recebeu críticas duras e a exigência de que o governo regulamentasse em caráter de urgência, as áreas que iriam ser destinadas à produção de grãos na região.

As proposições das organizações sobre o Plano de Desenvolvimento Regional do Oeste paraense foram sintetizadas na “Carta de Santarém” e tiveram como eixos estratégicos: o ordenamento fundiário e o combate a violência, infra-estrutura e serviços básicos, estratégias produtivas e manejo dos recursos naturais, fortalecimento social e cultural das populações locais, gestão ambiental, monitoramento e áreas protegidas. As propostas contidas nesses eixos somaram as expectativas de ambientalistas, agricultores, pesquisadores, populações indígenas e movimentos populares que faziam parte dos eventos. Como resultado

concreto foi criado o Fórum dos Movimentos Sociais da BR 163 com a finalidade de dialogar o Plano com os governos municipais, estadual e federal.

A mobilização das organizações da Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a presença de vários ambientalistas no MMA, contribuíram significativamente para que o Presidente da República decretasse no dia 09 de novembro de 2004, a criação das resex do Riozinho do Anfrísio e Verde para Sempre. Contudo, a extensão geográfica das mesmas, o isolamento das famílias e a ausência do estado fazem com que elas continuem em disputa gerando um conflito que envolve o governo, os grileiros, os moradores e o movimento social regional. Nesse cenário a FVPP e a CPT assumiram mais um desafio: liderar a organização das populações ribeirinhas para esse enfrentamento, tarefa nada fácil para as lideranças da Transamazônica que possuem poucos conhecimentos dessa realidade.

Após 15 anos as organizações ainda reivindicam saúde, educação, asfaltamento da rodovia, recuperação de vicinais, segurança, crédito e assistência técnica para a agricultura familiar. Essas reivindicações, na opinião dos agricultores e religiosos, são imprescindíveis para começar qualquer debate sobre a preservação dos recursos naturais na região. Alguns questionamentos são comuns nos relatórios e depoimentos que avaliam as questões ambientais e o desenvolvimento: Como enfrentar as dificuldades econômicas que empurram o povo mais para dentro da floresta? Como garantir a presença eficiente de órgãos federais (por exemplo, INCRA, IBAMA) tão combatidos, especialmente no Alto Xingu (região de São Felix do Xingu), onde a grilagem dá as cartas? Para preservar os recursos naturais é preciso apresentar alternativas de geração de renda sem desmatar, quais? A atuação do Governo Federal ainda deixa muito a desejar na região. Mas a Igreja Católica pondera que: “temos que acreditar no futuro, mesmo que não haja nenhum sinal de esperança” (CP, 2004: 06). Diante dessa realidade, os religiosos concluíram que a Igreja Católica falava muito e agia pouco sobre as questões ambientais, era preciso ser mais incisivo:

Não conseguiremos com as mãos fechadas. A Igreja do Xingu deve ser mais empenhada nas lutas cotidianas do povo. Como fazer se passamos maior parte do tempo vigiando os nossos próprios medos [...] a formação é uma prioridade precisamos nos preparar tanto para a vida material, quanto para a vida espiritual, somos culpados pela destruição da natureza (CP, 2004, p. 12, 13).

A avaliação da Igreja Católica sobre a gravidade dos conflitos no Anapu estava correta. O ano de 2005 deu início a vários confrontos pela posse da terra que reunia de um lado madeireiros, empresários, fazendeiros e políticos, e de outro, o movimento social, a igreja, parlamentares do PT e agricultores. Esses confrontos ocasionaram o assassinato de

Dorothy Stang, no dia 12 de fevereiro de 2005 e de vários agricultores, a difamação do bispo Dom Erwin Krautler, parlamentares do PT e lideranças das organizações ligadas a FVPP. A fiscalização incisiva do IBAMA e da Polícia Federal, seguida do fechamento de várias serrarias, acirrou ainda mais os ânimos. O assassinato da freira aos 74 anos de idade causou comoção nacional e mostrou que a luta pela terra na Transamazônica e Xingu é o cenário atual de disputa política e econômica, mais forte.

7.2 BELO MONTE, CACHOEIRA SECA: OUTROS TEMPOS, NOVOS DISCURSOS, O MESMO CONFLITO

Após alguns meses da eleição de Lula, Belo Monte voltou ao cenário nacional, agora sem o marketing anterior e com um discurso governamental mais moderado que defendia a participação da sociedade nas decisões. A Eletronorte que no governo anterior, menosprezava as ações do MDTX passou a aproximar-se das lideranças do movimento social. Entretanto as declarações do Governo Federal de que Belo Monte seria realmente construída, geraram reações de frustração em algumas lideranças do movimento social dos agricultores da região que julgaram precipitado o discurso do Presidente. As palavras de Domingos de Moraes sobre a reação desse movimento e da igreja diante das decisões do governo, sobre a importância da hidrelétrica, evidenciam uma nova conjuntura no enfrentamento ao empreendimento:

Um fato bem marcante é a questão da Hidrelétrica de Belo Monte, nós temos a igreja, a Prelazia, defendendo a não construção ao lado de uma parcela do movimento social, e de outro lado nós temos a FVPP que tem uma posição ambígua, já não sabe de que lado está e preferem ficar calados (Domingos de Moraes, Altamira – 2005).

Diante das declarações do Governo Federal as prefeituras da região buscaram organizar-se criando o Consórcio Belo Monte, uma organização com a tarefa de assumir a interlocução das prefeituras com o Governo Federal sobre o assunto e gerenciar os recursos destinados ao Plano de Inserção Regional proposto pela Eletronorte. A Igreja Católica, que esperava uma postura no mínimo mais cautelosa do novo governo sobre a hidrelétrica, foi surpreendida pela aprovação repentina da obra pelo Congresso Nacional. Domingos de Moraes resume sua interpretação sobre a postura de recuo adotada pela Igreja Católica do Xingu e a ação do Governo Federal sobre a questão:

Eles (a Igreja) esperavam que o governo Lula e os nossos deputados continuassem na defesa, não levasse em frente esse projeto, e o que está se vendo é que o projeto está sendo feito. A mesma política que a Eletronorte

fazia na região, ela continua fazendo, inclusive agora muito mais ousada (Domingos de Moraes - 2005).

O discurso sobre o complexo hidrelétrico sempre polarizado publicamente, entre contrários e favoráveis a barragem, representa muito mais do que um debate de posições divergentes. Nessa direção, retomamos a teoria dos analistas do discurso que define a fala dos atores como o lugar de significação, confronto de sentido, de argumentação. São também, formas textuais de representação do político. Assim, a linguagem é um lugar de conflito, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Portanto, quando perguntado as lideranças das organizações locais ligadas a FVPP e a FETAGRI, sobre sua posição frente à retomada de Belo Monte, as respostas demonstraram, por exemplo, que no campo discursivo dos agricultores sobre o assunto, havia diferentes abordagens a exemplo de Juraci Costa, segundo ele, o que está em questão é a concepção de desenvolvimento. Os municípios, de modo geral, têm um modelo de desenvolvimento baseado na implantação de grandes infra-estruturas.

Na região a maioria dos dirigentes políticos dos municípios pensa o desenvolvimento da região, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a partir do asfaltamento da transamazônica como se isso é que puxa o desenvolvimento. E o movimento social de modo geral tem outra concepção, de que o desenvolvimento ele não necessariamente parte desses grandes projetos, pode ser construída a partir da base de projetos onde esses grandes projetos podem ser discutidos como elementos dentro desenvolvimento, não é a partir deles que vai acontecer o desenvolvimento. (Juraci Costa, Medicilândia 2005)

Juraci enfatiza que não dá para aceitar que se discuta um grande projeto como esse, se até agora não se conseguiu colocar energia nem nas vicinais do lado de onde se quer construir a barragem. Segundo ele, não é por falta de Belo Monte que a energia não está naquelas vicinais, *porque a energia hoje passa por cima da região e até o ano passado não se tinha nenhum tipo de financiamento que viabilizasse as pessoas colocar um transformador para colocar a energia em sua casa* (Juraci, Medicilândia 2005). Nessa mesma direção, o discurso de Maria Creuza é mais incisivo que o de Juraci:

Nós somos contra a todo e qualquer custo, porque isso só vai trazer consequência. Por mais que o município de Porto de Moz não venha ser atingido como eles dizem (...) na nossa avaliação vai ser atingido sim, nós não concordamos de jeito nenhum, nós somos contra esse tipo de coisa. Isso não é só o Comitê de Recursos Naturais falando, é o sindicato também (...) é a colônia de pescadores, a associação das mulheres, é a igreja, são as comunidades. Se depender de nós de Porto de Moz, a barragem não vai sair não. (Maria Creuza, Porto de Moz 2005).

Outras falas são claramente opostas ao discurso de Maria Creuza. Por exemplo, a de Avilmar ao reproduzir o discurso do Conselho Nacional de política Energética (CNPE), sobre a necessidade de se construir Belo Monte:

Em 2014 até 2015, o cenário do CNPE, vai decidir de qualquer jeito porque é uma necessidade do país e aí passa por cima de tudo e de todos, então isso quem fala é o CNPE, então se não criar logo as alternativas de energia para o país até lá, não terá outro jeito se não for a construção da hidrelétrica (Avilmar, Altamira 2005).

Em seu discurso Avilmar deixa claro que as decisões sobre Belo Monte são de inteira responsabilidade do Governo Federal, cabe a sociedade aceitar o fato, afinal quem fala sobre a necessidade de Belo Monte é o CNPE, o órgão que tem competência para isso e, se ele diz que é preciso construir, então vai ser construído. Nessa direção, Bakhtin (1995) ao falar sobre a posição social dos autores dos discursos, afirma que quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente serão definidas as suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário. Mas o discurso de Socorro Barbosa, vereadora pelo PT, em Porto de Moz, retoma a questão sob um outro ângulo:

Eu sou contra que seja feita a Barragem de Belo Monte. O PT é a favor disso (...) eu faço parte do PT, mas eu tenho a minha posição, (...) mesmo que o partido defenda uma outra coisa, mas eu tenho a minha concepção. Eu sou contra. O projeto foi mudado, então com isso o partido acha que vai diminuir o impacto então, o PT aprova o projeto. Mas eu vou defender sempre que eu sou contra, não tem benefícios para mim, não tem para a comunidade, então não tem porque se acovardar num negócio desse (Socorro Barbosa, Porto de Moz 2005).

A posição de Francisco Monteiro, também ligado ao PT de Medicilândia, aproxima-se mais da visão inexorável sobre o assunto, defendida por Avilmar:

O que eu penso é o seguinte: A Hidrelétrica de Belo Monte é fato, vai ser construída de qualquer forma, portanto nós somos favoráveis que isso aconteça no governo de Lula devido a responsabilidade na condução do processo, caso aconteça em outro governo, nós imaginamos que possa ter favorecimentos de terceiros, portanto se for pra ser construída, como vai ser construída, que seja nesse governo que nos dá uma margem de confiança (Monteiro, Medicilândia 2005).

Para reforçar sua defesa, Francisco Monteiro enfatiza que:

Têm correntes dentro do movimento social e do PT que está decepcionada com o Lula porque ele ainda não fez a reforma agrária, não transformou tudo isso aqui em reserva. Eu estou satisfeito com o Lula porque eu acho que os outros governos não teriam criado nem a Verde para Sempre, nem a Terra do Meio, não estava buscando asfaltar a BR 163 (Francisco Monteiro, Medicilândia 2005).

Nessa direção, vale ressaltar que a maioria dos vereadores do PT são ex-dirigentes dos STR, pessoas que durante sua atuação como sindicalistas tiveram confrontos com o governo

municipal. Atualmente, nos municípios em que o PT está na prefeitura, esses vereadores enfrentam, entre outras coisas, o mesmo discurso da oposição, agora sobre as críticas ao governo Lula. Sobre isso, Ademir Venturim⁴² faz a seguinte ponderação: “Eu disse ontem na câmara que quando a crise chegar aqui será feita por essas mesmas pessoas que estiveram no poder por 16 anos de mandato. Elas não têm razão de cobrar nada, deviam era pedir desculpas para o povo pelo que não fizeram e não ficar fazendo intrigas” (Ademir Venturim, Medicilândia-2005).

A estratégia do Governo Federal de tirar a construção de Belo Monte da mídia para evitar conflitos, tem surtido efeito. Sem a panacéia televisiva a obra está aprovada no Congresso Nacional e os estudos preliminares estão em curso. Esse silêncio também ajudou no recuo das organizações sociais sobre o assunto. Atualmente os conflitos fundiários e a agenda da interlocução com o Governo Federal têm ocupado um tempo significativo da pauta dos movimentos sociais de modo que a questão de Belo Monte não figura como prioridade. Todavia lideranças da Igreja Católica, da CPT, CIMI e FVPP criaram um grupo de estudos para monitorar e informar a sociedade em geral sobre as ações do governo relacionadas a Belo Monte. A última ação desse grupo foi apoiar a decisão do Ministério Público, em suspender a realização de consultas públicas sobre o projeto previstas para Abril do corrente ano. O motivo foi que esses eventos não incluíam a participação efetiva dos povos indígenas da Bacia do Xingu. Esse condicionante do Ministério Público Federal (MPF) pode adiar por tempo indeterminado as consultas públicas, se considerarmos o isolamento dessas tribos e o fato de que pouquíssimas falam Português.

Para os analistas do discurso, o uso lingüístico constitui um instrumento da construção social da realidade e, como tal, uma arma que não só reproduz relações de poder, mas também reflete formas de resistência a ideologias dominantes. Dessa forma, as diferentes posições sobre a construção de Belo Monte, evidenciam muito mais que contrariedades e concordâncias, refletem vozes na sua maioria subalternas, que reproduzem o discurso desenvolvimentista de defesa dos grandes projetos, questionam os rumos do desenvolvimento que os exclui, demonstram com seu desconhecimento o quanto estão alijados da formação e informação sobre o assunto, e mais importante, a partir de suas experiências enquanto atores sociais constroem elementos que os ajudam no debate. O que ressalta nos discursos não é a obra em si, mas o que ela representa para o futuro da região.

⁴² Ademir Venturim, conhecido como Bel é vereador pelo PT, em Medicilândia.

Após a eleição de Lula, os ambientalistas⁴³ também ganharam mais espaço no Governo Federal a partir do MMA, e as questões relacionadas ao meio ambiente passaram a ter mais visibilidade. Dessa forma a questão da demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca voltou ao cenário, e em julho de 2004 a FUNAI voltou a pedir a retirada das famílias mediante um processo de demarcação, a partir de um novo laudo antropológico por ela contratado, a reação de agricultores, madeireiros, políticos e lideranças do movimento social foi novamente de protesto contra a decisão de demarcar a área sem nenhuma conversa com as famílias e as organizações locais. O movimento social dos agricultores da Transamazônica também havia conquistado mais espaço a partir da interlocução estabelecida com o MMA e de seus representantes eleitos pelo PT.

Em sua página na internet o CIMI demonstrou sua contrariedade ao protesto, afirmando que invasores da terra indígena Cachoeira Seca, do povo Arara, em Uruará, no Pará, pretendiam barrar o processo de demarcação da área, iniciado há duas semanas pela FUNAI. Mais de 800 pessoas dos quatro municípios que fazem limites com a terra indígena fecharam a rodovia Transamazônica, o que resultou na suspensão da demarcação. Os discursos que antecederam a suspensão dos trabalhos demonstraram que o conflito está longe de ser resolvido: segundo Paulo Medeiros, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e candidato a prefeito em Uruará, em 2004, depois de uma plenária, que ocorreria na segunda-feira, eles se deslocariam para o local onde as equipes da FUNAI estavam fazendo a demarcação da área. “Vamos barrar. Nós não vamos aceitar a demarcação”. Medeiros disse ainda que os empresários e os colonos que participavam da mobilização, iriam fechar a Transamazônica. Suas palavras não deixavam dúvidas quanto à seriedade do conflito fundiário estabelecido: “Estamos tomando providências, também vamos entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da demarcação, os índios não reconhecem aquela área como deles. Eles não querem a aquela terra”. A afirmação de Paulo Medeiros se refere a parte da área que está completamente antropizada e, segundo ele, é rejeitada até mesmo pelos agricultores. Vale ressaltar que os índios nunca estiveram à frente de manifestações sobre a demarcação da área.

⁴³ A Ministra do Meio Ambiente Marina Silva foi uma das principais lideranças do movimento social dos seringueiros liderado por Chico Mendes no Acre. João Paulo Capobianco, um dos principais líderes do movimento ambientalista no Brasil, também ocupou cargo importante no MMA. Os ambientalistas ligados a ONG como ISA, WWF passaram a ter maior acesso ao MMA, graças a relação histórica de parceria estabelecida com os atuais dirigentes do Governo Federal, dentre esses a própria Ministra Marina Silva.

Segundo Petronila Almeida, missionária do CIMI, na Prelazia do Xingu, ao contrário da afirmação feita, os Arara de Cachoeira Seca, não só reconheciam a terra como parte de seu território, como lutavam pela sua garantia. “*A luta desse povo não é recente, vem desde 1993 quando saiu a portaria demarcatória da área. Depois de 11 anos, nenhuma providência foi tomada pelos órgãos competentes*”. Como prova dessa trajetória, Petronila lembra da visita de uma delegação desses índios a Brasília, entre os dias 14 a 18 de junho de 2004, quando realizaram diversas audiências com os órgãos competentes para tratar da demarcação. “*Eles, no dia 16, oficializaram a entrega ao Ministro da Justiça (...) um abaixo-assinado com 23 mil assinaturas coletadas durante a campanha pela demarcação da terra indígena Cachoeira Seca*⁴⁴”. Diante desses fatos, a missionária afirmava que:

Qualquer forma de violência que este povo venha a sofrer será de inteira responsabilidade dos órgãos federais, pelo descaso com um povo de apenas 16 anos de contato com os brancos, que corre grande risco de extermínio e massacre se não forem tomadas providências urgentes (Petronila Almeida, 2004).

Na ocasião da ida a Brasília, os Arara denunciaram que com a demora para demarcar a terra eles são constantemente ameaçados e perseguidos pelos invasores, especialmente os madeireiros. Em 2000, um índio Arara foi assassinado depois de tentar impedir a pesca predatória dentro da terra. De lá pra cá, com medo das ameaças, eles não saem mais sozinhos para caçar ou pescar. “*Todo mundo sai junto porque a gente tem medo de andar só. Se a gente encontrar o branco no mato e ele matar um, cadê o outro para salvar?*”, disse uma liderança Arara que fazia parte da comitiva.

Em conformidade com as definições de Maingueneau (1998) sobre a composição de um campo discursivo, é possível observar que em relação a demarcação do território indígena Arara e a conseqüente busca de outras terras para reassentar os agricultores, estamos diante de um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, move-se para estabelecer uma nova configuração. Dentro desse campo não existe homogeneidade; existem posicionamentos dominantes, dominados, centrais e periféricos e também silêncios no tocante a voz das populações indígenas.

⁴⁴ A campanha de apoio à demarcação da reserva Arara foi desencadeada pela Igreja Católica do Xingu, CIMI e CPT em 2003.

7.3 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, O DISCURSO DO DESAFIO

É perceptível que o movimento social dos agricultores familiares da Transamazônica, em relação a agricultura, sempre atuou em três frentes: Primeiro, buscar investimentos junto ao governo para atender a demanda dos agricultores por crédito, estradas, saúde e educação segundo, construir suas próprias experiências de desenvolvimento em resposta aos desafios da sustentabilidade do desenvolvimento e às críticas dos pesquisadores e do movimento ambientalistas e terceiro constituir-se como interlocutor político de uma expressiva parcela da sociedade. Atualmente, o Proambiente uma de suas experiências mais consistente, busca a construção do “lote dos sonhos”. Trata-se de um programa que retoma parte das aspirações do FNO Especial, mas ainda está em fase de experiência. Praticamente sob o comando das organizações de agricultores e ONG, apesar de ter se tornado uma política pública desde o PPA de 2004.

A proposta para a agricultura apresentada pelo I PGDT reivindicava desde meados de 1985, a implantação de linhas de financiamento de caráter agroambiental. De acordo com Monteiro (1996), a priorização da luta por financiamento dos Fundos Constitucionais – Uma linha de crédito instituída pela Constituinte de 1988, e executada no Norte (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), pelo Banco da Amazônia S/A sob a orientação da SUDAM – Constituiu-se no principal eixo de ação das organizações de agricultores, desenvolvida de 1991/1995. As primeiras pressões junto ao Banco da Amazônia foram realizadas em Rurópolis e em Altamira, na Transamazônica por decisão das organizações sindicais, ainda em 1991. No primeiro Grito do Campo, a pauta incorporou o crédito do FNO Especial como uma bandeira estadual, nessa época a Transamazônica era a região que havia acumulado maior discussão sobre o assunto. A partir de então, a FETAGRI encampou a reivindicação do FNO no estado. A primeira vitória veio no “II Grito do Campo⁴⁵”, quando o Banco da Amazônia aceitou financiar 25 cooperativas e associações dentro de um programa específico denominado “FNO – Urgente”, e mais tarde “FNO Especial”,

Todas as famílias contempladas com o FNO Especial, através das cooperativas e associações, se beneficiaram das regras de financiamento negociadas pelas organizações

⁴⁵ Realizado em agosto de 1991, com aproximadamente 2 mil pequenos produtores rurais e pescadores artesanais de todo o Estado. O Banco da Amazônia se cercou com 200 PM's e após uma negociação tensa, aceitou financiar 25 cooperativas e associações no Pará, cada uma com 50 famílias beneficiadas.

sindicais e o MPST nas manifestações dos agricultores familiares, denominadas de “Gritos”. Dessa forma se constata que esses financiamentos se transformaram no maior fato econômico e político nos últimos anos na transamazônica e no Estado do Pará. Os beneficiários do FNO Especial interpretam os financiamentos como parte de um projeto mais global, em que a agricultura familiar receberá investimentos mais abrangentes, melhorando uma situação econômica e social. Com base nessa avaliação, eles estariam dispostos a investir mais em suas propriedades e permanecer na atividade por mais tempo, ao contrario do que se observou nas fases de crise, de renda e de abandono verificada na década anterior. Essa conclusão é referendada pelas palavras de Bento Xavier: *O FNO foi importante porque ajudou a segurar as famílias na terra, diminuiu o êxodo, que poderia ser muito maior e ajudou na difusão de plantios consorciados e projetos do MMA, o PRONAF, serviu para estimular a continuação na agricultura (Bento, Medicilândia 2005).*

A busca pelo acesso ao crédito rural por meio do FNO foi citada pelas lideranças atuais dos STR, como um marco para as organizações de agricultores. As demais pessoas entrevistadas também consideraram o financiamento como um dos fatos marcantes na atuação das organizações de agricultores. Este é certamente um dos temas mais complexos e polêmicos. O FNO teve impacto sobre grande parte da população rural da região, positivo para uns, negativo para outros. Além disso, deixou um passivo ambiental considerável, uma vez que estimulou a pecuária entre pequenos agricultores, o que demandou a conversão de floresta em pastagens. Este aspecto tem sido bastante ressaltado por pesquisadores e ambientalistas:

São lamentáveis as condições em que se encontram as pastagens, se é que se podem chamar assim as áreas que foram desmatadas e abandonadas pelo colono. Esta situação pode ser atribuída ao grande incentivo proporcionado pelo FNO Especial, melhor dizendo, o programa de pecuarização da Amazônia. (MMA/SCA, 1999).

O depoimento dos técnicos do MMA evidencia muito mais que os impactos do FNO. Apresentam o descompasso na estratégia de um mesmo governo que de um lado estimula um modelo de produção no campo e de outro, critica esse mesmo modelo, demonstrando sua dificuldade de fazer um diálogo antecipado sobre o assunto. Ao fazer tais críticas o governo

compreende-se que a defesa do FNO Especial, feita pelos agricultores familiares, não se dá em oposição às avaliações de inviabilidade econômica do financiamento feitas por pesquisadores e técnicos dos bancos e da assistência técnica. É na verdade uma defesa de que a chegada do dinheiro na propriedade ajudou a família que atravessava problemas e isso foi para o agricultor o mais importante. O depoimento de Carlindo exemplifica isso: “Naquela época se ouvia falar muito em êxodo rural, que era uma coisa assustadora, e o FNO respondeu a isso, porque botou lá umas vaquinhas para tirar leite, ele abriu a roça, plantava e colhia, então cinco anos se passaram para chegar a 1ª parcela, quando chegou ele já estava de certa forma estruturado” (Carlindo, Uruará – 2005).

Outro efeito social apresentado nesses discursos, foi a importância que as lideranças das organizações de agricultores existentes em um projeto de colonização abandonado pelo governo, conquistaram junto a esses agricultores ao desempenharem o papel de interlocutores das aspirações dessa parcela da sociedade com o governo que os havia esquecido. O STR, por exemplo, inspira mais confiança nos agricultores que muitos órgãos públicos. Carlindo ainda destaca que mesmo alguns agricultores tendo vendido todo o gado para quitar a dívida junto ao banco, a iniciativa da FETAGRI em discutir a renegociação da dívida para todos os financiados, reforçou essa credibilidade nos STR:

A maioria resolveu esperar o agente financeiro para negociar. Foi quando o movimento sindical tomou a frente e começou dizer aos agricultores: a propriedade de vocês não está alienada ao BASA, *vocês não têm que dar o lote como garantia, o FNO não vai tomar propriedade do agricultor, nós vamos negociar isso*, então foi uma saída e é um ponto muito positivo (Carlindo, Uruará – 2005).

Os dirigentes dos STR são críticos em relação ao aspecto negativo do crédito, bem como aos erros na elaboração da política de financiamento. De acordo com Carlindo *Certamente, o FNO foi viável, mas precisa corrigir alguns pontos na proposta de crédito. Podemos observar que o banco, o agricultor e a assistência técnica têm visões diferentes da proposta, mas os três são culpados* (Carlindo, Uruará-2005). Sobre a culpa do agricultor, Carlindo explica que muitos não implantaram o projeto conforme estava previsto, nessa direção faz uma ponderação dizendo que os que implantaram com todos os problemas, plantaram consórcio de coco, cupuaçu e café, mas esses não geraram condições de pagar o banco, somente com o gado isso foi possível. Sobre o papel desempenhado pela assistência técnica, as críticas dos sindicalistas são mais severas. Em suas palavras Anilson, presidente do STR de Brasil Novo, responsabiliza os técnicos que fizeram os projetos, a maioria sem respeitar a vontade do agricultor:

O financiamento do FNO Especial, que foi gado leiteiro e plantio de coco e cupuaçu, (...) para começar eles ensinavam que todo mundo tinha que plantar isso e aí toda região começou a plantar, mas como é que você financia uma lavoura de cupuaçu a 50 quilômetros pra dentro do travessão? O agricultor não vai conseguir tirar esse cupuaçu nunca dessa distancia. A assistência técnica só elaborava o laudo aqui no escritório e o agricultor se virava, corria pro Banco com o laudo debaixo do braço financiar, (Anilson, Brasil Novo-2005).

Mesmo com as falhas, eles também consideram que o FNO revigorou a economia local ao injetar na Transamazônica um volume considerável de dinheiro que permitiu aos agricultores sobreviver em um momento de forte crise da agricultura, cujos principais produtos – cacau e pimenta – enfrentavam problemas sanitários e passavam por um momento de baixa nos preços. Além disso, o dinheiro do crédito movimentou o comércio local nas pequenas cidades da Transamazônica. A conquista do FNO também possui um significado simbólico para os agricultores. Conforme os mesmos definem: “não foi dada, foi arrancada”. O depoimento de alguns agricultores e sindicalistas resumem a opinião desses atores sobre o FNO:

Outro momento importante foi em 1992, quando o Neto Portugal foi lá na comunidade falar sobre a conjuntura e o crédito do FNO para a região Norte, mas que nós precisávamos estar preparados para receber ou poderíamos ser prejudicados por não estar, e que precisávamos estar preparados para puxar o barco caso ele fosse para o fundo (Domingos, Altamira - 2005).

O crédito do FNO é algo interessante porque foi feito com os governos federal, estadual e municipal para beneficiar o agricultor (Joaquim, Medicilândia – 2005).

O FNO tem suas partes negativas, mas ele tem mais partes positivas, por mais que o agricultor esteja devendo, mas ele se capitalizou, está melhor do que os que não pegaram crédito (Celito, Rurópolis – 2005).

De acordo com os formadores de opinião entrevistados pelo MPST na pesquisa realizada em 1997 na região da Transamazônica e Xingu, o papel das organizações de agricultores dividia-se em duas linhas de atuação, a primeira é obter recursos para seus associados, a exemplo do FNO especial e a segunda, é cobrar serviços do governo federal para a região. Os sindicalistas também avaliavam que o cenário da agricultura mudara nos últimos anos, principalmente a partir de 1992, e isso graças à entrada em cena dos movimentos sociais, que passaram a discutir junto aos vários setores um novo modelo sustentável para a Agricultura Familiar na região. Dentre essas iniciativas destacava

Os incentivos aos plantios consorciados agroflorestais; linhas de crédito do FNO Especial; construção de pequenas agroindústrias, melhoramento do solo através de introdução de leguminosas; programa de recuperação de cacauais e cafezais; manejo de pastagens; iniciativas de reflorestamento em áreas degradadas; manejo de açazais; apicultura; proposição de reservas

municipais; aproveitamento da madeira e manejo florestal (FETAGRI, 1998).

Essa nova realidade estimulou os agricultores a pensar em novos investimentos para seus lotes. Apesar de estarem endividados no banco, muitos buscaram novos créditos. O FNO especial ao contrário de outros créditos recebidos é considerado pelas lideranças como fruto de uma intensa mobilização da FETAGRI junto ao Banco da Amazônia, iniciado com o pedido de desburocratização para que os pequenos tivessem acesso chegando até os dias atuais com as negociações para o prolongamento das dívidas. As dívidas do FNO provocaram várias reflexões entre as lideranças e os agricultores, a principal delas é que a exemplo dos agricultores de Brasil Novo, é quase impossível pagar as parcelas com os lucros oriundos da produção desse mesmo financiamento:

E a gente tem outro problema (...) é que está vencendo o prazo para pagar as parcelas no banco e se tivesse um comercio para o leite seria muito fácil para o agricultor pagar essas parcelas com o próprio leite, a gente não tem quem compre o leite, não tem quem compre o gado e está vencendo, todo ano a gente tem uma parcela para pagar (Tarcísio Venturim, Brasil Novo-2005).

A fala de Ciriaco reforça que todo processo de negociação do crédito foi realizado dentro de uma estratégia, em que as organizações de agricultores, foram os atores principais:

Depois veio o recado das dívidas do FNO, então o Airton (Faleiro) dizia: - “não precisa ninguém se preocupar”, a dívida era no geral e uma solução precisava ser dada, eu vendi três gados e coloquei dinheiro no banco e terminei ficando na pior, pois perdi esse dinheiro e a dívida foi renegociada para todos (Ciriaco, Senador José Porfírio - 2005).

As dívidas também impulsionaram o debate sobre a necessidade de mudanças na estratégia de produção da agricultura familiar, as lideranças também refletem sobre o desafio que isso significa. A análise feita por Ademir Venturim exemplifica esse limite. Segundo ele, a agricultura familiar desmata com o discurso da sobrevivência e não tem uma política que garanta essa agricultura. *“A lei diz que você só pode derrubar 20% do modulo fiscal, na maioria dos lotes o colono já ultrapassou isso, então essa é uma política para o colono morrer de fome porque não tem como manter isso”*. De acordo com Ademir, no Espírito Santo, seu estado de origem, tem família vivendo em 20 ha com uma condição de vida muito boa, e aqui tem família em cima de 100 ha passando fome. *“Quando se fala em ecologia (...) o colono que não quer derrubar, mas tem precisão. Agora precisa melhorar muito ainda a definição da política que nos garante fazer isso diferente, tanto na forma de produzir como de preservar”*. Ademir afirma que na Transamazônica, é possível produzir sem destruir, mas enquanto isso não sai *“vamos assistindo a destruição”*(Ademir Venturim, Medicilândia-2005).

Ademir complementa esse quadro, comentando sobre a dificuldade de mudar a visão dos agricultores quanto a introdução de novas formas de cultivar a terra. Segundo ele, que faz parte de um grupo de agricultores que tem experiência de fazer roça sem uso do fogo, muitos não aceitaram fazer essa experiência, por que não acreditam nessa tecnologia: *“A gente faz essa experiência aqui há seis anos e ela mostra um resultado muito bom, mas para quem sempre ouviu falar que precisa queimar para produzir, que tem que tirar toda mata para produzir,(...) é uma experiência muito difícil de você fazer ela render na sociedade. Ademir acredita que esse desânimo dos agricultores também é resultado da situação da agricultura familiar que tem recebido pouquíssimos investimentos governamentais, sem contar que tecnologicamente copia os erros de outras regiões . “o mesmo veneno que se usa no Sul já se usa aqui porque fica mais barato usar veneno para matar o mato. “Não existe forma de você viabilizar uma roçadeira, um trator, tudo isso é muito caro” (Ademir Venturim, Medicilândia-2005).*

Quando o assunto é a dívida do financiamento, uma outra voz ecoa nesse universo marcado quase que exclusivamente pela fala dos homens: são as mulheres. Elas também fizeram reflexões sobre o FNO Especial, boa parte em concordância ao discurso já emitido por dirigentes e agricultores. Todavia, muitas enfatizaram que entre homens e mulheres existem visões de desenvolvimento e estratégias de investimento diferenciadas para o lote. As palavras de Maria denotam parte dessa diferença: *“O STR se preocupa mais com o FNO, (...) projetos grandes, e nós não, nós do movimento de mulheres preocupamos com a questão da saúde, da educação, a questão da violência, que é muito grande, essas coisas que parecem pequenas, mas que se tornam grandes,” (Maria, Uruará-2005).* Muitas mulheres agricultoras declararam que elas não participaram da decisão de seus maridos, pais e filhos, sobre o que fazer com o financiamento:

Quando saiu o FNO, os homens pensaram logo em gado, se tivesse pensado em criar um pouco de galinha, de caprino, de carneiro (...), agora que o gado está ruim de preço, teria sido interessante. (...) o olhar das mulheres é um outro olhar, não é esse olhar só econômico, do grande investimento. Nesses projetos, está claro e evidente que não teve a participação das mulheres, o que a mulher falou não foi levado em conta. Eu lembro que o meu pai fez o FNO lá no travessão da 20, e a minha irmã disse assim:- *eu queria que fosse eu que tivesse pego esse dinheiro*, porque ela sabia o que poderia fazer, talvez tivesse dado mais resultado (Antonia, Brasil Novo-2005).

Mesmo com todas as avaliações negativas sobre os impactos da pecuária no meio ambiente, uma significativa parcela dos financiados continuam avaliando que o gado deu mais resultado que qualquer outra cultura. Na avaliação de Carlindo, hoje os agricultores só estão

financiando cacau e gado, até a pimenta está fora da linha de interesse para financiamento. Mas ele analisa que o gado está com o preço defasado, há uma oscilação de preço muito grande no mercado, o cacau teve até de R\$ 10,00 o kilo a dois anos atrás, hoje está de R\$2,80. Assim, uma saída para a agricultura familiar na opinião dele, seria a diversificação da produção e não investir em uma só cultura ou um único produto, ou apenas criar gado. Anilson concordando com a necessidade de diversificação, defendida por Carlindo, relata que em Brasil Novo, muitos agricultores ficaram tão desanimados que pararam até de produzir qualquer cultura, preferindo investir somente no gado. Segundo ele, *“tem muitos lotes todo derrubado no travessão, com três a quatro famílias vivendo do lucro do gado, não produzem leite, sobrevive só com o gado de corte, ou seja, passa a maior dificuldade, mas hoje quem tem lote com cacau e pimenta, mesmo barato, vive melhor”*(Anilson, Brasil Novo-2005).

Apesar das avaliações técnicas apontarem sempre que o financiamento teve mais problemas que resultados positivos, os agricultores não concordam e afirmam sempre que só não valeu a pena para quem não soube investir. Ao dizerem isso, vários elementos de ordem social, política e econômica estão impressos nesse discurso, por exemplo, “não soube investir” aqueles que seguiram ao pé da letra o que estava no contrato de financiamento, aqueles que só apostaram no gado, aqueles que só investiram nos consórcio, aqueles que investiram em atividades que não conheciam (por exemplo, criar gado, plantar cupuaçu), aqueles que não seguiram as estratégias traçadas conjuntamente pelas organizações e se deixaram enganar pelos comerciantes, fazendeiros e produtores de mudas, mal intencionados, enfim, não saber investir significa também não ser capaz de compreender a dimensão do desafio que representou a conquista do FNO Especial.

7.3.1 Proambiente: Um Discurso de Muitas Vozes

A cartilha que trata da elaboração dos Planos de Utilização dos lotes, produzida pelo MMA, em janeiro de 2005, apresenta o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – Proambiente, como um programa do Governo Federal executado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a sociedade. Surgido em 2000, o programa é fruto das articulações entre movimentos sociais rurais da Amazônia Legal

(FETAGs, MONAPE, COIAB, CNS e GTA) e as organizações não-governamentais IPAM e FASE. Em 2004, com o Plano Plurianual, o Proambiente tornou-se uma política pública em fase experimental na Amazônia. Existem 11 pólos pioneiros na Amazônia. O caráter inovador do programa é a compensação pelos serviços ambientais (redução dos desmatamentos, a recuperação de áreas desmatadas, conservação do solo, da água e da biodiversidade, redução progressiva do uso de agrotóxicos, redução do risco do fogo, mudança para uma matriz energética renovável, transição agroecológica) executados pelos agricultores. Cada família deverá receber meio salário mínimo por mês como remuneração por esses serviços executados no lote. Atualmente esse valor diminuiu e as famílias estão recebendo apenas 100,00 reais por mês.

Na Transamazônica a trajetória do Proambiente começou ainda em 1999 quando por ocasião do Grito da Transamazônica a FETAGRI apresentou à Secretaria de Coordenação da Amazônia, do MMA, um projeto piloto de fazer roça sem uso do fogo no preparo da área destinada ao plantio. Mas foi no Grito da Amazônia em 2000 que o Proambiente foi apresentado como uma proposta preliminar construída a partir de várias experiências produtivas dentre elas a da Transamazônica. Conforme revelado nas palavras de Paulo Medeiros, as organizações de agricultores buscavam outras formas de investimentos que considerassem o melhor uso dos recursos naturais, mas que fossem viáveis no contexto da agricultura familiar da Amazônia: *“O FNO é insuficiente, hoje não responde mais, então estamos propondo uma discussão nacional do Proambiente, que é uma nova linha que vai financiar de forma sustentável e agroecológica”*. Mas somente em 2003 o Proambiente foi de fato implantado na Transamazônica com a elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) envolvendo todos os três municípios (Senador José Porfírio, Pacajá e Anapu).

A construção do DRP e do PDLS foi realizada pela equipe técnica do pólo e os dirigentes dos STR. O grupo foi incumbido de levantar informações que caracterizaram e diagnosticaram o pólo. O planejamento apontou as prioridades do pólo: recuperação das vicinais, novos financiamentos para produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, mais investimentos em saúde, educação, segurança pública, energia elétrica nos lotes, cursos e treinamentos sobre novas formas de plantar e manejo dos recursos naturais. Em todas as atividades do programa sempre se registrou uma participação expressiva dos agricultores e muitos elogios à idéia de se fazer um programa que incluía crédito para a agricultura, formação e também investimentos na infra-estrutura dos lotes e das comunidades.

Para a maioria era um “projeto completo”. Aproximadamente 500 famílias de agricultores familiares participaram dessa fase.

A seleção dessas famílias foi realizada pelos STR, que ficaram encarregados de percorrer as comunidades e realizar o cadastro das famílias interessadas, na oportunidade era coletado o nome de um representante da família e o endereço do lote. O número de famílias cadastradas para fazer parte do programa foi inicialmente de 500 famílias e critérios como proximidade geográfica e o caráter comunitário foram colocados em segundo plano. Atualmente existem apenas 340 famílias, na opinião das lideranças, as desistências ocorreram por vários motivos: frustração ligada à demora da remuneração dos serviços ambientais, o andamento tão lento do programa e os intervalos entre os passos, famílias que venderam seus lotes, agricultores que não quiseram assumir compromissos por medo do governo falhar e eles terem que assumir o ônus, famílias que ficaram frustradas ao descobrir que o Proambiente não seria mais uma linha de crédito e ainda outros que ficaram com medo de perder seus direitos de uso da terra e ficar preso ao governo. Ao ser considerado como política pública uma outra parcela dos agricultores sentiu-se mais confiante, acreditando que assim o programa teria de fato investimentos. Vale ressaltar que para garantir a aprovação do programa no PPA 2004 foi necessário também que os coordenadores da proposta, estabelecessem um amplo leque de articulações com setores públicos, responsáveis pelo fomento, pesquisa e assistência técnica dirigida à agricultura. Esse conjunto de instituições parceiras, também continuou na gestão dos pólos.

O pólo da Transamazônica, por exemplo, possui um Conselho Gestor, atualmente constituído por 13 entidades que atuam na região, sendo elas: Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI Regional Transamazônica; Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Banco da Amazônia; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - Transamazônica; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER Regional Transamazônica; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Universidade Federal do Pará – UFPA Campus de Altamira; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajá; e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador José Porfírio. O Conselho ainda não está institucionalizado e a participação dessas instituições ocorre de forma pontual, apenas nas reuniões regionais

convocadas pela FVPP ou pela FETAGRI e algumas visitas de campo acompanhando o trabalho dos técnicos.

Outros projetos e atividades também estão sendo desenvolvidos junto às famílias do pólo, como por exemplo, o projeto financiado pelo PADEQ⁴⁶ no município de Pacajá que teve a sua discussão e elaboração liderada pela equipe técnica. Outro exemplo é a parceria com a EMBRAPA na experimentação de roças de culturas anuais sem o uso do fogo e utilizando leguminosas para o preparo de área. Algumas famílias também estão envolvidas no programa de alfabetização PRONERA em todo o pólo. Na opinião de alguns agricultores e também da equipe técnica, essas iniciativas podem ajudar na melhor implementação do Proambiente. Esses lotes onde estão sendo desenvolvidos os experimentos em parceria com a EMBRAPA representam, na opinião da equipe, um espaço para trocas de experiências e inovações entre as famílias e os técnicos.

Na Transamazônica o programa ainda não possui uma equipe técnica permanente. Os profissionais são contratados a partir de projetos feitos pela FVPP, normalmente custeados pelo MMA e mais recentemente o MDA, para executar trabalhos específicos no pólo. Quando os recursos dos projetos acabam, os contratos são encerrados e os profissionais desligados do programa. Fazem parte da equipe 15 agricultores oriundos dos municípios do pólo, denominados “agentes do Proambiente”. Essas pessoas têm a tarefa de visitar todos os meses as famílias do pólo e manter o elo entre essas e a equipe técnica.

Uma das primeiras atividades em que esses técnicos tiveram um contato mais próximo com as famílias, aconteceu durante a realização dos diagnósticos, a tarefa era retratar a realidade de cada um dos lotes em conjunto com as famílias. Os diagnósticos concluídos e sistematizados constituíram uma importante ferramenta metodológica e política para a região. A etapa seguinte foi a de construção dos Planos de Utilização para cada lote, nessa fase a equipe em conjunto com a família, construiu o mapa do futuro lote a partir das atividades que a família planeja realizar. Esse trabalho foi sistematizado em um documento e entregue de volta a essas famílias. Durante as entrevistas feitas pelos técnicos, em muitos casos, apenas os homens respondiam às perguntas ou participavam da construção do Plano. Os filhos e a esposa quase sempre estavam à margem da discussão muito embora a equipe tentasse envolver todos os membros da família no processo. Outra situação era o fato de que a ferramenta metodológica utilizada na construção dos diagnósticos e dos planos de utilização

⁴⁶ PADEQ – Projetos Alternativos ao Desmatamento e às Queimadas. MMA/SDS/PDA

não era suficientemente conhecida pelos técnicos e agentes e menos ainda pelos agricultores. Os treinamentos realizados foram superficiais. Outro ponto limitante segundo a equipe, foi a falta de experiência dos produtores em fazer planejamento de longo prazo. Eles demonstraram uma imensa dificuldade de imaginar seus lotes nos próximos cinco anos, ou mesmo o que fazer após esse período.

Após a construção dos PU, foram realizadas várias oficinas envolvendo todas as famílias do pólo para a formalização dos acordos comunitários de prestação de serviços ambientais e certificação da propriedade. Essas oficinas consistiram basicamente no levantamento dos problemas existentes na localidade relacionados aos serviços ambientais e que ações poderiam ser feitas para solucionar esses problemas. Dentro das propostas aprovadas, os agricultores definiam o que iriam assumir individual ou coletivamente. No geral os compromissos assumidos foram bastante flexíveis e amplos, todos os grupos acharam por bem não falar em datas, quantidades ou nomes de responsáveis, muitos ficaram receosos de que quando houvesse a verificação do cumprimento do acordo pela equipe técnica, no ano seguinte, muitos poderiam ser penalizados por não ter executado os compromissos firmados.

A fala dos agricultores durante essas oficinas evidenciou que o discurso sobre o Proambiente não era homogêneo e em sua evidências discursivas estavam impressos os desafios do programa. De acordo com Maingueneau (1998) um mesmo discurso pode combinar vários elementos de ordem de discurso, o papel da análise é identificar esses discursos. Por exemplo, a preocupação com os impactos ambientais, ocasionado pelo modo de produção baseados no desmatamento e utilização do fogo na agricultura, existia entre os agricultores. Entre os nordestinos mais antigos, por exemplo, a experiência do passado era ainda bem viva, justificavam com isso sua presença no programa: *“O Proambiente começou por que a gente não queria que essa região transformasse no Maranhão. Não comemos capim e nem somos onça para comer só carne”* (Luiz, Pacajá – 2005). Mesmo quem não veio de outros estados estava atento às mudanças que ocorriam na região: *“Sou paraense legítimo, quando era menino era difícil queimar uma roça, pois tinha muita chuva, hoje o desmatamento e o calor tomaram conta”* (Raimundo, Anapu - 2005). A fala de Chiquinho, presidente do STR de Anapu, em concordância com a declaração de Raimundo, afirmava: *“temos a responsabilidade de preservar o que os outros não preservaram”*. *Quem imaginou que um dia teria seca na Amazônia?* (Chiquinho, Anapu - 2005). Mas esse discurso também era acompanhado da afirmação de que o sucesso das atividades relacionadas às mudanças positivas nesse cenário, estava sempre associado com novos investimentos públicos na

agricultura e na infra-estrutura da região. Essas falas não só apresentam o pensamento dos agricultores, elas também posicionam essas pessoas como atores sociais preocupados com a realidade vigente e dispostos a intervir nessa realidade.

No campo discursivo das preocupações ambientais, outros elementos se juntavam nesse discurso. O agricultor Robério acreditava que a parte mais importante do programa ainda não havia acontecido: *“Até agora o Proambiente só fez papel, daqui para frente é que as coisas começam na prática”*. De acordo com ele o agricultor tinha entrado no Proambiente, participado das pesquisas, reuniões, respondido a tantas perguntas, mas o programa ainda não chegara ao lote, pois sem financiamento não era possível fazer as atividades do PU. Quando o assunto era o crédito agrícola, todas as falas evocavam o passado de promessas do governo e os financiamentos que os deixaram endividados nos bancos e fizeram muitos perderem suas terras. Nessas declarações estava implícito que os agricultores queriam a segurança de que seus PU seriam executados e um compromisso maior do governo em viabilizar condições para isso.

O discurso é um lugar de significação, confronto e argumentação. Nessa direção, estão as palavras do agricultor Robério. Segundo ele, embora o Proambiente fosse uma política pública que apresentava novas estratégias de produção, o passivo de dívidas do governo com a agricultura familiar era grande e antigo: *“Antes o governo incentivava que fosse desmatado até 50%⁴⁷ do lote e agora quer restringir o agricultor e ainda quer que ele recupere a área desmatada”* (Robério, Pacajá-2005). Observação como essa foi recorrente entre os presentes e sempre seguida da afirmação de que os custos da recuperação ambiental dos lotes, não deveriam ser custeados pelos agricultores familiares, mas sim pelo governo. Em outras palavras, concordavam com a necessidade da recuperação, mas queriam saber como fazer e quem iria assumir esses custos.

O tom provocativo de alguns agricultores ao falar desses desafios embaraçava a equipe que coordenava as oficinas, como a fala de Enedino, um nordestino que chegou em Pacajá antes da abertura da rodovia: *“O agricultor tem uma missão de buscar a comida, proteger a natureza, criar os bichos, cuidar das estradas, saúde, escola. O agricultor tá cansado. Não sabemos se somos proprietários ou próprio otários”*. A análise do discurso preconiza que a realidade não fala por si só sem que as pessoas a façam falar com suas práticas cotidianas e

⁴⁷ No início do projeto de colonização os agricultores eram obrigados pelo INCRA a desmatar no mínimo 50% para poder demonstrar que eram “esforçados” e que mereciam a terra que ganharam. O governo também tinha pressa em expandir a fronteira e demonstrar o sucesso do seu Plano de Integração Nacional da Amazônia.

que a linguagem aparece entre o sujeito e a realidade, como um agente carregado de um conjunto de interesses que não podem ser desmerecidos. Nesse sentido, a fala de Enedino representa a realidade da maioria dos agricultores do pólo. Pessoas que moram em localidades distantes da rodovia, com a tarefa de produzir seu sustento, consertar as vicinais intransitáveis, andar a pé por longas distâncias carregando suas compras, seus filhos pequenos, brigar na prefeitura pela escola de Ensino Fundamental, pelo posto médico, e ainda contribuir para que as taxas de desmatamento e o número de focos de calor não aumentem na Amazônia. Ou seja, os agricultores querem mais do que impactos ambientais reduzidos, querem mudança em sua qualidade de vida.

Muitas críticas foram feitas ao ritmo do programa, para alguns era “*o mesmo caminho do passado, um comprimido para uma febre alta*”(Raimundo, Pacajá-2005). Ao falar do passado estavam a se referir a situação em que chegaram no início da colonização; tiveram que fazer tudo no braço, nada de máquinas. Alguns comentaram até que o Proambiente é um “*retardamento do investimento, uma forma de preservar a Amazônia, o agricultor fazendo tudo no braço atrasa o desmatamento*”(Antonio, Anapu-2005). Os agricultores que mais provocavam o debate, a exemplo de Robério, tinham lotes bastante diversificados (gado, frutíferas, cacau, arroz, milho, feijão, pequenos animais) e também haviam implantado, por conta própria, alguns experimentos como roça sem uso de fogo, recuperação de pastagens, entre outras iniciativas.

Apesar de todas as críticas feitas durante as oficinas, não havia por parte dos agricultores, resistência ao programa, todos os presentes o consideravam importante. Muitos andaram longas distâncias a pé para participar das oficinas. Os participantes das oficinas estavam preocupados com o futuro da agricultura e conseqüentemente o de suas famílias e segundo eles, os agricultores não querem desmatar por que tem medo de não ter onde produzir comida no futuro. As preocupações também diziam respeito aos desafios do presente, especialmente entre os agricultores dos projetos de assentamento feitos pelo INCRA nos últimos anos: “*as grandes áreas desmatadas e com capim, boa parte sem nenhuma cabeça de gado, dificulta a recuperação. A região pode se tornar um grande terreiro no futuro*”(Antonio, Anapu-2005).

Mesmo entre os que demonstraram mais interesse no programa, ainda havia a dúvida de que uma mudança na forma de produzir sem derrubar a mata e fazer uso do fogo, uma das principais metas do Proambiente, pudesse existir e ser acessível para os mais pobres.

“Queremos que o programa traga vantagens para a gente preservar os pedacinhos de mata que ainda existem, mas nós vivemos da roça, sinto uma dor de derrubar a mata mas é preciso, pois sinto vergonha de ter de comprar arroz”(José Francisco, Anapu – 2005). As palavras de Raimundo Mendonça, agricultor em Senador José Porfírio, são ainda mais incisivas nesse aspecto: *“se impedir o colono de derrubar para fazer uma roçinha, iremos passar fome”*. Sobre a redução do uso dos venenos na plantação, mesmo não sendo tão grande, até mesmo em função do preço, todos se mostraram interessados em outras tecnologias que fossem mais eficientes e trouxesse menos riscos à saúde: *“A gente se compromete a não usar agrotóxicos, desde que alternativas naturais nos sejam apresentadas”* (Maycleiton, Anapu – 2005).

As alternativas econômicas também eram reivindicadas. Os participantes das oficinas foram unânimes em dizer que “o agricultor acompanha a moda dos grandes (gado, arroz, café, soja) e quando o produto cai no mercado ele vai junto” (José, Anapu-2005). Para eles os pequenos trabalham sempre para o atravessador. A mudança desse quadro também estava associada com investimentos na melhoria das condições de trabalho. Entre os participantes havia uma concordância quase unânime de que a mecanização seria uma saída para reduzir o desmatamento e melhorar o trabalho dos agricultores. Uma outra justificativa do grupo para se investir em roças mecanizadas estava na mão-de-obra da família, sempre insuficiente para tantos trabalhos. Alguns sugeriram que as prefeituras deveriam adquirir esses equipamentos e ceder aos grupos de agricultores do pólo com uma programação de uso e custos de manutenção previamente estabelecida.

Outros pontos limitantes foram levantados na oficina, tais como o fato de ninguém ter mais a reserva legal de 80% exigida pela lei, o lixo doméstico (plástico, latas) estava aumentando nos quintais das casas. A situação fundiária era outra preocupação forte; a grande maioria dos lotes do pólo não possui títulos definitivos e isso gera insegurança entre os agricultores quanto a possibilidade de acessar créditos como o PRONAF. Mas entre as lideranças havia também quem demonstrasse dúvidas quanto a execução das ações previstas no Proambiente, as palavras de Gabriel são bastante emblemáticas nesse sentido *“Quem financia o exercício de fazer diferente se as estratégias dos bancos, por exemplo, é financiar a política vigente?”*(Gabriel, 2005). Para os agricultores, um questionamento ainda precisa ser respondido: qual o futuro estava reservado para a agricultura familiar na Amazônia, se os recursos públicos do Ministério da Agricultura financiavam a ampliação do monocultivo da

soja, arroz e a pecuária extensiva para os grandes produtores? Quem vai arcar com o ônus social e ambiental dessas atividades?

Os resultados das oficinas de acordo e um resumo geral dos PU foi apresentado no Seminário Interinstitucional do PROAMBIENTE realizado em Altamira, em janeiro de 2005, nesse evento ficou firmado que o Proambiente deveria associar-se a outros programas como o PRONAF. As lideranças cobraram dos representantes do governo federal, presentes no evento a responsabilidade de construir um fundo com fontes orçamentárias garantidas para o programa, segundo as lideranças é inviável planejar ações só com recursos de doações a exemplo do PPG7. Quanto à remuneração pelos serviços ambientais e a certificação, a proposta foi garantir uma remuneração fixa interministerial e interinstitucional vindo de um fundo gerado através de acordos locais com parceiros, além da captação internacional de recursos. O MDA ficaria responsável em viabilizar recursos junto ao PRONAF e o MMA buscaria recursos para a remuneração e certificação. O BASA deveria ser um dos principais financiadores do programa. Outra proposição que surgiu foi destinar parte do Imposto de Renda a um fundo de investimento cujo lucro custearia serviços ambientais. As organizações propuseram que o monitoramento feito pelo SIPAM nas propriedades serviria como comprovação do cumprimento das metas pelo agricultor. O INMETRO também aceitou a proposta de construir normas para os serviços ambientais através de uma metodologia padrão que certifica e define o que são serviços ambientais. Atualmente está em curso o trabalho de acompanhamento as atividades relativas aos serviços ambientais, acordadas entre as famílias durante as oficinas.

8 CONCLUSÕES E REFLEXÕES

O discurso que buscou equilibrar desenvolvimento e meio ambiente chegou à Transamazônica no final dos anos 80, influenciado pelo movimento ambientalista internacional, em especial pelas decisões da ECO92. A Igreja Católica do Xingu foi a principal disseminadora desse discurso na região; seu trabalho histórico com as populações indígenas do Xingu e sua influência junto às organizações de agricultores, através das CEB foram fatores decisivos para que ela desempenhasse esse papel, apoiada por pesquisadores e estudantes das universidades públicas, instituições de pesquisa, ONG internacionais e o movimento social dos agricultores familiares.

Os discursos orais e escritos que fizeram parte desse estudo revelaram que a palavra socioambiental, por exemplo, não faz parte do discurso cotidiano dos agricultores e nem das populações ribeirinhas. Apenas algumas lideranças ousaram arriscar uma interpretação associando a palavra com ações de preservação dos recursos naturais e atividades produtivas de geração de renda. O fato é que mesmo os ambientalistas não formulam um conceito prático para a palavra. Todas as explicações soaram na verdade como o resumo da ansiedade de encontrar caminhos para uma qualidade de vida mais digna no planeta, que se manifesta de formas por vezes antagônicas. Ao defender que as gerações futuras têm direito ao usufruto dos recursos naturais, os agricultores, por exemplo, falam de seus filhos e netos, falam da reprodução da agricultura familiar. Desse modo, a preservação pode ser paradoxalmente uma forma de garantir a agricultura familiar, garantir a comida para as gerações futuras. As populações das resex criadas recentemente traduzem bem essa dimensão ao considerarem como a coisa mais positiva na criação da resex, o fato de poderem fazer suas atividades sem as ameaças dos grileiros. Outro ponto positivo são os investimentos públicos (documentação, construção de escolas, encaminhamento de aposentadorias, tratamentos de saúde) iniciados por um governo de um Estado secularmente ausente junto a essas populações. Para as lideranças, tirar a terra das mãos dos grileiros é também uma vitória política de um grupo cuja defesa de seus ideais custou vidas.

Esse conjunto de atores coordenado pelo MPST, sempre foi reconhecido e respeitado pelo movimento ambientalista internacional. Uma das razões era que o modelo de desenvolvimento pregado pelos agricultores não tinha grandes impactos sobre o meio ambiente, falava-se no fortalecimento da agricultura familiar, diversificada, com infra-

estrutura, banir o latifúndio, enfim, era o espaço político que os ambientalistas precisavam para aportar o discurso da sustentabilidade em um projeto desenvolvimentista no coração da Amazônia. Apesar disso, o discurso conservacionista não foi apropriado e reproduzido em sua essência pelas organizações de agricultores, cujo interesse principal era garantir que o Governo Federal retomasse o projeto de colonização da Transamazônica, cumprindo as promessas de vida digna que arrastou milhares de famílias de todos os cantos do país para o meio da floresta amazônica.

Mesmo não buscando reproduzir nessa região, o modelo conservacionista de desenvolvimento, em todas as ações relacionadas às questões ambientais em foco na região, a Igreja Católica e o MPST, (representado institucionalmente pela FVPP) foram citados como atores importantes nessa construção, pelas organizações locais, pelos agricultores, os estudantes e a imprensa. Os documentos pesquisados também revelaram o envolvimento gradual desses atores em todos os temas ambientais, dos mais simples aos mais polêmicos. De outro lado, a crítica ofensiva de outros grupos políticos que se sentiram prejudicados pelas restrições da política ambiental na região, também aponta a Igreja Católica e o movimento social dos agricultores, como os responsáveis por todas as questões ambientais em debate, bem como pelas ações de fiscalização e restrição feitas pelo Governo Federal, nos últimos três anos. Com a eleição de Lula esses grupos passaram a enxergar a FVPP como o braço executivo do PT e do Governo Federal na região, logo, as lideranças dessas organizações passaram a ser responsabilizadas como co-autoras de todos os atos repressivos do governo na região, em especial os relacionados às questões ambientais.

Essas acusações eram insistentemente dirigidas para algumas lideranças, dentre elas José Geraldo, Antonia Melo, Dorothy Stang e o Bispo do Xingu. A influência pessoal do Bispo Erwin Krautler, uma liderança internacionalmente reconhecida por sua defesa em prol das populações indígenas e dos direitos humanos, foi significativa na difusão das questões ambientais relacionadas às populações indígenas bem como na construção do movimento social, oriundo das CEB, que surgiu na Amazônia nos últimos 30 anos, liderado pelos agricultores familiares. A Igreja Católica tencionava desde o princípio manter uma união entre colonos, índios, ribeirinhos e sem terras. Conforme reunia em suas grandes assembléias, os materiais de formação, produzidos pela Igreja, sempre trouxeram ilustrações onde esses grupos, de mãos dadas, apresentavam sempre os mesmos desejos e aspirações sobre o desenvolvimento da região. Todavia, apesar de excluídas da atenção do Estado, essas populações tinham interesses diversos e por vezes antagônicos e essa unidade aspirada pela

Igreja nunca se consolidou. Um exemplo disso é a não demarcação da reserva indígena Cachoeira Seca ocupada por índios e agricultores.

O movimento em prol de novos rumos para a Transamazônica, coordenado por agricultores e religiosos, amadureceu ao longo dos seus vinte anos de existência, e ganhou um contorno político bastante definido. Seus líderes tiveram destaque na estruturação do Partido dos Trabalhadores na região e, pouco a pouco, por meio desta legenda, foram conquistando importantes cargos eletivos, como prefeitos, vereadores e deputados. Paralelamente, houve uma organização formal do movimento por meio da FVPP e pela constituição, na cidade de Altamira, de um escritório regional que abrigou também a FETAGRI regional. Estas organizações do movimento contam com equipes técnicas e administrativas profissionalizadas, remuneradas e dedicadas exclusivamente aos trabalhos da organização.

O crescimento das organizações de agricultores também resultou no afastamento das lideranças da Igreja Católica. Alguns motivos foram citados como justificativa: o movimento é um grupo político que aspira o poder, para isso constrói relações com outros grupos que não possuem o apoio da Igreja. Os agricultores nunca incorporaram como prioridade as questões indígenas, isso reflete na opinião de padres e freiras, uma insensibilidade imperdoável por parte das lideranças. O movimento não só reivindica como atua em parceria com o governo, muitas vezes executando funções que são do próprio governo, a Igreja considera que esse não pode ser o papel do movimento social sob pena deste perder sua identidade de representante da sociedade civil. O movimento mudou seus ritos; os cânticos e as orações foram esquecidos na maioria dos eventos. Por fim, o recuo da Igreja quanto aos princípios da Teologia da Libertação foi considerado pelas lideranças do movimento como o principal motivo desse distanciamento. Novas lideranças surgiram entre os agricultores e o protagonismo político desse movimento social passou a ser assumido por elas.

A presença forte da agricultura de base familiar na região da Transamazônica é uma possibilidade muito forte de que o discurso que busca unir a preocupação ambiental e o desenvolvimento seja executado na prática, para além dos projetos-pilotos. A organização política desses agricultores, através dos STR, associações, cooperativas, FVPP e da FETAGRI regional, tem sido fundamental para garantir a participação dessa parcela da sociedade nos debates sobre o desenvolvimento e o futuro da região. A ausência do estado nessa região fez com que essas organizações se aperfeiçoassem na interlocução com o governo, na capacidade de propor alternativas para os problemas econômicos, sociais e

políticos, na construção de parcerias e na conquista de espaço político no governo. Internamente o trabalho das CEB possibilitou a existência de uma rede de agricultores que atuam como interlocutores em cada vicinal, fortalecendo a atuação desse movimento em prol do desenvolvimento e da agricultura familiar na Transamazônica. Essa estratégia funciona há mais de duas décadas. Dessa forma, existe um reconhecimento entre a população da região que boa parte das conquistas na área de saúde, educação, estradas, segurança foram obtidas pela capacidade de mobilização desses atores.

O FNO especial é um dos exemplos dessas conquistas que os agricultores consideram como o investimento mais significativo do governo na agricultura familiar da Transamazônica. A maior conquista do FNO na opinião de todos foi garantir a permanência das famílias nos lotes. As negociações das dívidas são exemplos do poder das organizações de agricultores. Os agricultores ligados aos STR, são também os responsáveis pelas experiências de recuperação de áreas degradadas, produção de mel de abelha, criação de unidades de conservação, roças sem uso do fogo e várias outras experiências em que o caráter da sustentabilidade econômica e ambiental está inserido. Os resultados dessas experiências e o acúmulo dos debates sobre o desenvolvimento, liderado por esses atores, serviram de base, por exemplo, para a criação do Proambiente. Mesmo sendo um projeto piloto é considerado o resumo das aspirações de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar na região. Apesar dos desafios que apresenta, não é visto pelos agricultores como algo externo a sua realidade.

Dessa forma, o discurso que preconiza o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado dos atores da Transamazônica tem em sua essência a busca da melhoria da qualidade de vida, com investimentos na infra-estrutura da região, iniciado com a retomada do Projeto de Colonização pelos trabalhadores rurais com o MPST. O extrativismo não é visto como modelo de desenvolvimento, mas sim a agricultura familiar diversificada e inserida qualitativamente no beneficiamento e na comercialização de sua produção. O extrativismo como fonte de renda embora faça parte de todos os discursos, na prática apenas a extração de madeira em larga escala e quase sempre de forma ilegal, foi citada como atividade extrativista capaz de gerar renda significativa na região. A preservação para grande parte dos agricultores só faz sentido se gerar renda. Vale ressaltar que os agricultores do Proambiente entendem essa renda também como investimentos do governo no lote ou na comunidade, a exemplo do pagamento dos serviços ambientais, desconto nos impostos e outros benefícios para os agricultores.

A exemplo do Proambiente, os espaços de interlocução construídos através da dinâmica do Curso de Ciências Agrárias da UFPA, PRONERA, das parcerias técnico-científicas firmadas no Proambiente e das Casas Familiares Rurais são exemplos de possibilidades de fortalecimento do debate sobre o desenvolvimento da região em bases sustentáveis. Todos esses projetos e programas têm no seu cotidiano a parceria de agricultores familiares, lideranças sindicais, professores, pesquisadores e dirigentes de órgãos públicos. Essa junção de diferentes atores em torno do desenvolvimento pode ajudar a construir, por exemplo, a melhor estratégia de uso e funcionamento das unidades de conservação criadas na região. Embora seja unânime a concordância entre os agricultores de que, com a criação das unidades de conservação o governo está “moralizando” o uso da terra; tirando-a dos grileiros. Essas mesmas organizações ainda não possuem uma idéia clara sobre o que fazer nessas áreas.

Outras críticas são feitas ao governo no tocante as políticas socioambientais para a agricultura familiar na Amazônia. Um exemplo disso é o Proambiente que ainda está na periferia dos investimentos públicos. Mesmo sendo uma política pública de consolidação da agricultura na Amazônia, está muito mais ligada ao MMA do que a qualquer outro Ministério que gerencia os recursos para as ações de desenvolvimento, apenas recentemente o MDA começou a incorporar esse assunto. Outro exemplo desse descompasso entre o discurso bem intencionado e os investimentos nas políticas públicas, se refletiu no FNO especial que também pregava novas formas de produção preconizando a redução do impacto ambiental, recuperação das áreas degradadas e a agro-industrialização da produção familiar. Essas proposições não saíram do discurso retórico dos bancos e das instituições de pesquisa e assistência técnica. Ou seja, a agricultura familiar na Transamazônica, mesmo fortalecida por esse crédito, ainda é uma versão, não abastada, da agricultura desenvolvimentista das décadas de 70 e 80.

Se o modelo desenvolvimentista ainda persiste, a estratégia de “preservar a Amazônia” defendida desde a ECO92, ainda está em curso dentro do movimento ambiental, basta ver as ações desempenhadas por grandes ONG como Greenpeace, WWF, ISA, na criação de unidades de conservação da Terra do Meio e Porto de Moz, nos protestos contra a expansão da soja, Belo Monte e tantas outras iniciativas na Amazônia. O diferencial é que essa estratégia dos ambientalistas passou a ser oficializada pelo Governo Federal, através do MMA, que investiu fortemente na criação de unidades de conservação, fiscalização e combate aos crimes ambientais. Os desmatamentos e os focos de incêndios são monitorados

diariamente. Hoje, os agricultores podem ter lotes monitorados com imagens de satélites identificando a situação de sua reserva legal. Como eles mesmos dizem: “ta tudo no computador”. Numa alusão a vigilância a que estão submetidos.

A mesma junção de esforços não se verifica na direção de buscar um aperfeiçoamento nas formas de produção da agricultura familiar, que desmata e queima para produzir comida. As distâncias existentes entre os agricultores nos fundos das vicinais e as instituições responsáveis pela pesquisa, assistência técnica, fomento e fiscalização ambiental, são quase intransponíveis. As lideranças dos STR costumam afirmar que a proteção da Amazônia começa pela melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram aqui. São elas que poderão garantir essa proteção, mas não pela força da lei. Já temos um dos mais rígidos códigos florestais que é cumprido apenas em parte, por exemplo, raríssimos são os casos de lotes que tem reserva legal de 80% ou que tem as áreas de preservação permanente protegidas. Ignorar essa realidade é tornar o discurso do equilíbrio social e ambiental retórico e reduzir a importância da Amazônia de um lado, para as unidades de conservação ambiental e de outro para os números do agronegócio.

A expansão da soja, as restrições aos desmatamentos e o fechamento da fronteira agrícola com a criação das unidades de conservação, transformou os lotes da agricultura familiar no próximo alvo do agronegócio e das madeireiras. Esse cenário também fez recrudescer os conflitos fundiários em uma região onde a regulamentação das terras é caótica, aliada à corrupção dos cartórios e órgãos públicos. Todavia, muitos acreditam que os agricultores serão expulsos não só por grileiros e latifundiários, mas pela contingência dessa realidade política, sócio-econômica e ambiental que exige mudança nas formas de produção, mas não faz investimentos necessários nessa direção.

Os exemplos de investimentos, nessa mudança de rota na agricultura são frágeis e insuficientes. Os projetos-pilotos custeados pelo MMA, ao longo de uma década, não foram aperfeiçoados e replicados como políticas públicas. Vale lembrar que o MMA tem uma dotação orçamentária e um quadro pessoal muito pequeno e suas ações obviamente não conseguem causar um impacto muito perceptível sobre a qualidade de vida dos habitantes da região da Transamazônica e Xingu. Mesmo algumas experiências de gestão sustentável de recursos naturais consideradas consolidadas são extremamente frágeis e podem ruir caso não haja um desenvolvimento econômico equitativo na região. Um exemplo disso é a recente constatação de que na Reserva Extrativista Chico Mendes, muitas vezes vista como um

paradigma de desenvolvimento aliado à conservação, enfrenta problemas como a rápida expansão da pecuária, a extração ilegal de madeira e a concentração da posse da terra.

Diante desse quadro, a consolidação das reservas extrativistas, dos projetos de desenvolvimento sustentável, bem como de terras indígenas, parques e estação ecológica existentes na Transamazônica, constitui-se uma tarefa muito mais complexa do que sua criação, pois requerem ações voltadas à criação de atividades econômicas viáveis para a população local. Outro limitante é que a grande maioria das lideranças que conduzem a mobilização em torno dessas áreas não possui experiência com populações ribeirinhas, manejo florestal comunitário e desconhecem as peculiaridades ambientais e organizativas dessas áreas.

Além do desafio das unidades de conservação existe o conflito em torno da expansão da soja, da demarcação da terra indígena Cachoeira Seca e da construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que se tornou muito mais crítico em função do tratamento que recebe do governo. Nesse exercício, as autoridades ora ignora os fatos ou usa as restrições legais e as prerrogativas políticas como escudo às manifestações da sociedade. No caso da expansão da soja e da construção de Belo Monte, a questão é ainda mais complexa. Há muitas vozes antagônicas e silêncios ainda mais significativos, rediscutir esses projetos significa ir além das concessões que serão feitas aos “atingidos” pelos impactos ambientais que serão causados e das restrições jurídicas que depõem contra esses empreendimentos. Nesse campo discursivo está colocado, mesmo que na posição periférica, o discurso sobre o modelo de desenvolvimento da região, do qual depende o futuro da agricultura familiar.

9 REFERÊNCIAS

- A PM pode intervir na questão dos canavieiros. In: **O Estado de São Paulo**, 26/05/1983.
- ACAMPAMENTO de Altamira pode terminar com proposta radical. In: **O Liberal**, 07/06/1991.
- AGRICULTORES protestam. In: **Gazeta Mercantil**, 26/05/1983.
- ALBALADEJO, C. VEIGA, I. (org). **A construção local dos territórios da agricultura familiar** (Amazônia - Nordeste). Parte I - A intervenção local em questão. V. 1. N. 2. Belém: UFPA/CAP/ NEAF e INPA: 2000.
- ALBALADEJO, C. VEIGA, I. (org). **Agricultura Familiar: Pesquisa, formação e desenvolvimento**. V. 1. N. 3. Belém: UFPA/ CAP/ NEAF: 2002.
- AMARAL, Ricardo. Transamazônica: delírio da ditadura virou lamaçal de 480 km. In: **Jornal do Brasil**, 21/11/1986. p. 36.
- AO LONGO da Transamazônica, a nova realidade abala estruturas. In: **O Estado de São Paulo**, 26/05/1974.
- ARAÚJO, Roberto. Campo religioso e trajetórias sociais na Transamazônica. In: LÉNA P. e OLIVEIRA A. (Org.) **Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.
- ATO público pede a recuperação da Transamazônica. In: **O Liberal**, 27/10/1985.
- ATO público pede melhores condições para Transamazônica. In: **O Liberal**, 28/10/1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BIRD libera US\$ 8 milhões para ajudar no combate às queimadas. In: **O Liberal**, 27/07/1989.
- BISPO do Xingu protesta contra o INCRA. In: **A Província do Pará**, 07,08/04/1985.

BISPO espancado tem missa de desagravo. In: **O GLOBO**, 05/06/1983.

BISPOS condenam ação da PM. In: **Folha de São Paulo**, 05/06/1983.

BOM dia leitor. In: **O Liberal**, 11/12/1985.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. Agricultura e políticas socioambientais rurais caminhos para o desenvolvimento socioambiental. In: RUSCHEINSKY, A (Org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BUARQUE, Sérgio. Os estranhos caminhos da Transamazônica. In: **O Estado de São Paulo**, 29/01/1974.

CACAU do Pará tira R\$ 40 milhões da lavoura Baiana. In: **O Liberal**, 20/11/1995. Atualidades.

CÂMARA dos Deputados. **Agricultura e Sociedade: uma abordagem a partir do parlamento**. Brasília, 1996.

CAMILO Viana diz que o Nossa Natureza é “balela”. In: **O Liberal**, 31/05/1989.

CANAVIEIROS do Pará não recebem e vão reter toda produção. In: **O Estado de São Paulo**, 19/04/1983.

CANAVIEIROS reivindicam o afastamento da Conan. In: **O Estado de São Paulo**, 13/05/1983.

CAROPRESO, Álvaro. Agrovilas minguem na beira da estrada. In: **O Estado de São Paulo**, 11/10/1990.

CASTRO E. PINTON, F. (org.). **Faces do trópico úmido: concertos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP/UFP/NAEA, 1997.

CHICO Mendes ganha em Bruxelas título póstumo. In: **O Liberal**, 11/04/1989.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. **Conselho Missionário nacional**. disponível em: <http://www.cnbb.org.br/impresao.php>. Acessado em 06 de abril de 2006.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Dossiê Arara**: documentos de caráter jurídico, antropológico e político sobre o polêmico processo de demarcação da terra indígena cachoeira seca do povo Arara.

COOPERATIVA dos Jornalistas de Porto Alegre. Transamazônica, 10 anos. a estrada que custou Cr\$ 2 bilhões (valores de 1974) está hoje praticamente intransitável. In: **COOJORNAL**. N. 60. Porto Alegre, Dez, 1984. p.28-29.

COSTA, M. L. **Discurso e conflito**: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COSTA, Raimundo e KOTSCHO, Ricardo. À beira da estrada, todos os sonhos acabam. In: **O Estado de São Paulo**, 30/09/1975. p. 56.

DEFENSORES da Transamazônica em protesto ontem em Brasília. In: **Correio Brasiliense**, 18/09/1991. p. 9.

DEPOIMENTOS de agricultores inocentam bispo no acidente. In: **O Liberal**, 29/11/1987.

DIEGUES, A.C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOROTHY e a verdade. In: **Revista Hoje**, 4. ed. 10/2005.

EMEDIATO, Luiz Fernando. Na selva, os herdeiros do desencanto. In: **O Estado de São Paulo**, 29/09/1978. p. 16.

ESTERCI, N. VALLE, R. S. T. (orgs) **Reforma agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2003.

ESTUDO sobre retomada das obras na Transamazônica. In: **O Liberal**, 11/05/1986.

EXPULSOS de terras indígenas, posseiros interdita a Transamazônica. In: **O Liberal**, 13/06/1990.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAMINTOS, garimpeiros acampam em Medicilândia. In: **O Liberal**, 10/04/1990.

FEDERAÇÃO de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Experiência em educação popular**. Rio de Janeiro, 1997. (Proposta N. 71).

FEDERAÇÃO de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Fundo Dema**. Manual de operações. Belém: Centro de Estudos e Práticas de Educação Popular, 2004.

FÓRUM da Amazônia Oriental. **Observatório da cidadania – Pará**. Políticas públicas e controle popular. n.2. Belém, 2003.

FREIRE, Marcos. Mais críticas à colonização da Transamazônica. In: **O Estado de São Paulo**, 28/05/1974.

GOVERNO assentou gente sem vocação. In: **O Liberal**, 05/06/1994.

GOVERNO Federal pode intervir para liberar estrada no Pará. In **Folha de São Paulo**, 31/05/1983.

GUANZIROLI, Carlos Enrique, CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.) **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília – DF: Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, 2000.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S, B; MANESCHY, M, C. (Org). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Universitária, 2002.

HÉBETTE, Jean. **O Movimento pela sobrevivência na Transamazônica**. Passado e futuro, glória e desafios. Contribuição ao debate lançado pela palestra de Paulo Medeiros. Altamira, 1994. (cópia)

INSTITUTO Alemão de Desenvolvimento - IAD. **Sociedade civil e política ambiental na Amazônia: os casos da barragem de Belo Monte e da rodovia federal BR 163**. Bonn, 2004. (Relatório).

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de utilização de unidade de produção**. Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Certificação de serviços ambientais do Proambiente**. Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

INSTITUTO Nacional de Pesquisa da Amazônia. Um desafio a ser vencido: as doenças. In: **O Estado de São Paulo**, 01/10/1978. p. 47.

INSTITUTO Sócio Ambiental. **Arara**. Enciclopédia. Povos indígenas do Brasil. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/arara/subgrupos.shtm>. Acessado em: 06 de abril de 2006.

KRAUTLER, Erwin. A guerra “justa” do presidente Sarney. In: **O Liberal**, 01/02/1987.

KURCK, Cláudio. Passeata contra Kararaô. In: **Gazeta Mercantil**, 24/02/1989.

LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: **Boletim Rede Amazônia**, Ano 1. N.1. Rio de Janeiro/Belém: 2002.

LITTLE, E. P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo de ação política In: **A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Termos Chaves da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARTINS, J.S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, S. R. **Limites del desarrollo sostenible em América Latina, em el marco de las políticas de (re)ajuste econômico**. Pelotas: UFPEL, 1997.

MINISTRO dos transportes anuncia asfaltamento da Transamazônica. In: **O Liberal**, 12/11/1987.

NA DISTANTE agrovila. Retrato do abandono. In: **O Estado de São Paulo**, 28/09/1975.

NO PA, lavradores bloqueiam ponte. In: **Folha de São Paulo**, 24/05/1983.

NOVAES, W. **A década do impasse: da Rio 92 à Rio +10**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2002.

OLIVEIRA, Kátia. Cruzadas modernas. In: **Revista Hoje**, 3. ed. 04/2005. p. 34.

OS FORNECEDORES de cana ainda bloqueiam a estrada. In: **O Estado de São Paulo**, 25/05/1983.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso, uma Crítica a Afirmação do Óbvio**. Campinas: UNICAMP. 1995.

PENNA nega intervenção em usina de cana no Pará. In: **O Estado de São Paulo**, 27/05/1983.

PEREIRA, Helena. Transamazônica, abandonada, é hoje um pesadelo para os colonos. In: **O Globo**, 21/06/1987.

PETIT, P. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós- 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. CONAN: fornecedores bloqueiam estrada. In: **O Estado de São Paulo**, 24/05/1983.

PLANTADORES de cana continuam a obstruir a Transamazônica. In: **Folha de São Paulo**, 26/05/1983.

PM continua em prontidão na Transamazônica. In: **Folha de São Paulo**, 03/06/1983.

POSSEIROS interditam rodovia Transamazônica. In: **A Província do Pará**, 14-15/06/1990. Cad. 1. p. 9.

PREFEITO de Medicilândia pede socorro para a Transamazônica. In: **O Liberal**, 06/04/1989.

PRESSÕES da Conan. In: **Folha de São Paulo**, 03-09/06,1983.

RAMALHO, Cristiane. Transamazônica, 20 anos depois. O sonho que virou poeira. In: **Manchete**, 26/01/1991.

REIGOTA, M. **Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina**: um estudo de suas representações sociais. São Paulo: Annablume, 1999.

REIS, Rangel. Novas críticas à colonização da Amazônia. In: **Jornal da Tarde**, 31/05/1974.

RICARDO. Carlos Alberto. **The goldman prize**. Disponível em: <http://www.goldmanprize.org/recipients/bios-portuguese.html>. Acessado em: 06 de abril de 2006.

SABLAYROLLES, P. ROCHA, C. (org). **Desenvolvimento sustentável da Agricultura familiar**. Belém: AFATRA, 2003.

SANT'ANA JUNIOR, H. A. Desenvolvimentistas e sustentabilistas no Governo da Floresta. In: **Boletim Rede Amazônia**, Ano 2. N. 2. Rio de Janeiro/Belém, 2003.

SANTILI, J. **Socioambientalismo e novos direitos** – proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SCHERER, W. I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOPREN debaterá em Altamira a situação ecológica do Xingu. In: **O Liberal**, 28/12/1988.

SUGANDO a lama. In: **O Liberal**, 22/12/1987.

TCE pode investigar os gordos salários pagos na Assembléia. In: **Diário do Pará**, 26/11/1995. Cidades. p. A-12.

TOURRAND, Jean François. **Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

TRANSAMAZÔNICA é desobstruída após um acordo. In: **Folha de São Paulo**, 02,06,1983.

TRANSAMAZÔNICA em estado deplorável. In: **O Liberal**, 07/05/1986.

TRANSAMAZÔNICA interdita. In: **O Liberal**, 11/05/1990.

TRANSAMAZÔNICA. Caravana de políticos reivindicará em Brasília. In: **Diário do Pará**, 30/06/1993.

TRECHOS da Transamazônica vão ser asfaltados no próximo ano. In: **O Liberal**, 16/12/1987.

UMA longa caminhada: do sertão para a selva. In: **Folha São Paulo**, 13/10/1985.

USINA paga hoje os canavieiros. In: **Folha de São Paulo**, 07/06/1983.

VICH, V. ZAVALA, V. **Oralidad y poder**. Herramientas metodológicas. Buenos Aires: Norma, 2004.

VIEIRA, P. RIBEIRO, M. FRANCO, R. CORDEIRO, R. (org) **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre/Florianópolis: Palotti/APED, 1998.

ANEXOS